



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCTI

**Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia –
PPACT**

Valoração de acervos:
aplicação do método Significance 2.0 na Coleção
Maximiano de Carvalho e Silva

Thalles Augusto de Carvalho Siciliano
Matrícula: 2023-77

Orientação: Profa. Ma. Ozana Hannesch

Rio de Janeiro/Brasil
2025



Valoração de acervos: aplicação do método Significance 2.0 na Coleção Maximiano de Carvalho e Silva

por

Thalles Augusto de Carvalho Siciliano
*Aluno do Mestrado Profissional em Preservação de
Acervos de Ciência e Tecnologia*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos em Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Acervos de Ciência e Tecnologia

Linha de Pesquisa: Acervos, Conservação e Processamento

Orientador: Profa. Ma. Ozana Hannesch

MAST/MCTI – RJ – Novembro de 2025

Catálogo informatizado pelo autor(a)
Bibliotecário Thalles Augusto de Carvalho Siciliano, CRB-7: 7189

S566 Siciliano, Thalles Augusto de Carvalho

Valoração de livros : aplicação do método Significance 2.0 na coleção Maximiano de Carvalho e Silva / Thalles Augusto de Carvalho Siciliano. – Rio de Janeiro, 2025.

127 f. il.:

Orientador: Ozana Hannesch.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, 2025.

1. Significância Cultural. 2. Biblioteca particular. 3. Coleção especial. 4. Livro raro. 5. Maximiano de Carvalho e Silva. I. Ozana Hannesch. II. Título

CDD 025.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que citada a fonte.

Thalles Augusto de Carvalho Siciliano

**Valoração de acervos:
aplicação do método Significance 2.0 na Coleção Maximiano
de Carvalho e Silva**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Banca Examinadora:

Orientador:

Profª. Ma. Ozana Hannesch

Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT/MAST

Examinador Interno:

Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo

Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins – PPACT/MAST

Examinador Externo:

Bibliotecária Ma. Anne Marie Lafosse Paes de Carvalho

Atelier Anne Marie Lafosse

Suplente interno:

Profª. Dra. Maria Celina Soares de Melo e Silva

Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins – PPACT/MAST

Suplente externo:

Bibliotecária Ma. Rosangela Coutinho da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 2025



THALLES AUGUSTO DE CARVALHO SICILIANO

Valoração de acervos: aplicação do método
Significance 2.0 na Coleção Maximiano de Carvalho e Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de
Ciência e Tecnologia – PPACT.

Aprovado em: 24 / 11 / 2025

Profa. Ma. Ozana Hannesch (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
(PPACT/MAST)

Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (membro interno)
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
(PPACT/MAST)

Bibliotecária Ma. Anne Marie Lafosse Paes de Carvalho
Atelier Anne Marie Lafosse

Rio de Janeiro, Novembro de 2025



Para mamãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço à minha mãe, Naira, minha maior apoiadora. Obrigado pelo amor, paciência e torcida ao longo desses anos. Obrigado pelo eterno incentivo aos estudos, que sempre foram e sempre serão prioridade.

Agradeço ao meu amor, Flavianne, por renovar minhas forças todos os dias e tornar esse percurso mais leve.

Agradeço à minha orientadora, Ozana Hannesch, por ter sido uma parceira paciente, comprometida, compreensiva, pontual e certeira nos comentários e sugestões nas diversas versões deste texto. Obrigado por ter aceitado meu tema e por ter sido minha orientadora nesse percurso tão cheio de desafios, cansaço e dúvidas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT) e, por extensão, ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) por toda a estrutura e apoio ao longo desses dois anos de curso. Agradeço a todos os funcionários do MAST pelas conversas de corredor, pela gentileza e simpatia de sempre. Especial agradecimento à Secretaria do PPACT pela presteza e suporte.

Agradeço aos demais professores do PPACT por todo o conhecimento, conversas e ensinamentos transmitidos com muita didática, responsabilidade e boa vontade em todas as aulas.

Agradeço à banca examinadora pela presença e interesse. Sem dúvidas vocês e suas contribuições são fundamentais neste trabalho.

Agradeço aos meus amigos e aos colegas da UFF.

Without clarifying to the public why it is important to society in general and to individuals in particular to make long-term commitments of resources to the collection and preservation of cultural content, it is unlikely to happen. And without such an understanding, we will not be able to make judicious and equitable decisions about how those costs should be allocated among the various private and public sector constituencies.¹

Abby Smith²

¹ Sem esclarecer ao público por que é importante para a sociedade em geral e para os indivíduos em particular comprometer recursos a longo prazo com a coleta e preservação de conteúdos culturais, é improvável que isto aconteça. E sem esse entendimento não seremos capazes de tomar decisões criteriosas e equitativas sobre como esses custos devem ser alocados entre os diversos setores públicos e privados.

² SMITH, Abby. Valuing preservation. **Library Trends**, Urbana, Illinois, v. 56, n. 1, p. 4-25, 2007. p. 5-6.

RESUMO

SICILIANO, Thalles Augusto de Carvalho Siciliano. **Valoração de acervos**: aplicação do método *Significance* 2.0 à Coleção Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2025.

A dissertação examina os valores e a formação de acervos bibliográficos sob a ótica do método *Significance* 2.0. O objetivo principal é identificar os valores envolvidos na formação da Coleção Maximiano de Carvalho e Silva, doada à Universidade Federal Fluminense em 2024. Os objetivos específicos são: aplicar o método *Significance* 2.0 à coleção, descrever as etapas de execução e produzir a declaração de significância, produto final da aplicação do método. Definiu-se como pergunta de pesquisa: que valores foram percebidos pela Universidade na seleção e aquisição da coleção Maximiano de Carvalho e Silva? Para revisão sobre o tema do valor, buscou-se apoiar em teóricos como Muñoz Viñas, Alois Riegl, bem como em outros pesquisadores de assuntos, a saber: livros raros, coleções especiais, avaliação de coleções, bibliotecas particulares e patrimônio bibliográfico. A metodologia adotada foi o *Significance* 2.0, um guia originado nos anos 1990, na Austrália, que se propõe a perceber como e por que um objeto ou coleção é importante por meio do percurso de dez etapas e de consideração a oito critérios. Os resultados alcançados permitiram: identificar e conhecer a proveniência da coleção; reunir informações sobre o proprietário; esclarecer sobre a formação e desenvolvimento da coleção e seus itens mais relevantes; perscrutar sobre suas características materiais e potencialidades de seu uso e pesquisa, entre outros tópicos. Concluiu-se que, apesar de não haver resolução inequívoca para os problemas de atribuição de valores, o *Significance* possui algumas vantagens, pois estabelece uma metodologia transparente, aborda os valores de forma criteriosa, auxilia a reconhecer as diferentes funções dos bens culturais e prevê soluções para a escuta dos atores sociais. Desse modo, o *Significance* serviu para aprofundar, complementar e comunicar os conhecimentos sobre a Coleção Maximiano de Carvalho e Silva, promovendo entendimento e registro dos sentidos e interpretações de distintas abordagens para um item ou para a coleção. Contudo, ocorreram algumas dificuldades no processo, que envolveram a perda do contato dos doadores, dificuldade de obter respostas de especialistas e alunos, e o desafio de comparar a coleção, que é muito pequena, com outras similares, porém muito maiores.

Palavras-chave: Significância cultural. Biblioteca particular. Coleção especial. Livro raro. Maximiano de Carvalho e Silva.

ABSTRACT

This dissertation examines the values and formation of bibliographic collections from the perspective of the Significance 2.0 method. The main objective is to identify the values involved in the formation of the Maximiano de Carvalho e Silva Collection, donated to the Fluminense Federal University in 2024. The specific objectives are to apply the Significance 2.0 method to the collection, describe the implementation steps, and produce a statement of significance, the final product of the method's application. The research question was defined as: What values did the University perceive in the selection and acquisition of the Maximiano de Carvalho e Silva collection? For a review of the topic of value, we sought support from theorists such as Muñoz Viñas and Alois Riegl, as well as other researchers on topics such as rare books, special collections, collection evaluation, private libraries, and bibliographic heritage. The methodology adopted was Significance 2.0, a guide originated in the 1990s in Australia. It aims to understand how and why an object or collection is important through a ten-step process and consideration of eight criteria. The results achieved enabled: identifying and understanding the provenance of the collection; gathering information about the owner; clarifying the formation and development of the collection and its most relevant items; examining its material characteristics and potential for use and research, among other topics. The conclusion was that, although there is no unequivocal solution to the problems of assigning values, Significance offers some advantages. It establishes a transparent methodology, addresses values judiciously, helps recognize the different functions of cultural assets, and provides solutions for listening to social stakeholders. Thus, Significance served to deepen, complement, and communicate knowledge about the Maximiano de Carvalho e Silva Collection, promoting understanding and recording the meanings and interpretations of different approaches to an item or the collection. However, there were some difficulties in the process, which involved losing contact with donors, difficulty in obtaining responses from experts and students, and the challenge of comparing the collection, which is very small, with other similar but much larger ones.

Keywords: Cultural significance. Personal library. Special collections. Rare book. Maximiano de Carvalho e Silva.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
2.1	VALORES E SIGNIFICÂNCIA CULTURAL	19
2.1.1	Raridade e o valor dos livros	37
2.1.2	Coleções especiais	42
2.1.3	Avaliação e seleção de livros	45
2.2	BIBLIOTECAS PARTICULARES	53
2.3	PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	57
3	COLEÇÃO MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA	66
4	METODOLOGIA	70
5	RESULTADOS	76
5.1	ETAPA 1: SOBRE A HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA COLEÇÃO	76
5.2	ETAPA 2: CONSULTAR ESPECIALISTAS	80
5.3	5.3 ETAPA 3: EXPLORAR O CONTEXTO DA COLEÇÃO	82
5.4	5.4 ETAPA 4: ANALISAR E DESCREVER A CONDIÇÃO DA COLEÇÃO	84
5.5	5.5 ETAPA 5: COMPARAR A COLEÇÃO COM OUTRAS SIMILARES	88
5.6	5.6 ETAPA 6: IDENTIFICAR LUGARES (EDIFÍCIOS, TERRITÓRIOS) E COLEÇÕES RELACIONADAS	89
5.7	5.7 ETAPA 7: AVALIAR POR CRITÉRIOS E GRAU DE SIGNIFICÂNCIA	90
5.8	5.8 ETAPA 8: ESCREVER A DECLARAÇÃO	98
5.9	ETAPA 9: AGIR	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXO 1 - FICHA DE DIAGNÓSTICO DO LACORD	120

ANEXO 2 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SDC/UFF Nº 4, DE 17 DE MAIO DE 2023.....	121
ANEXO 3 - LISTA DE OBRAS DA COLEÇÃO MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA.....	124

1 INTRODUÇÃO

Em nosso cotidiano podemos observar que algumas coisas são preservadas, sobreviveram até nossa época, e outras são praticamente condenadas à morte e ao esquecimento. Às vezes, separados por poucos metros de distância, pode existir um prédio antigo prestes a desabar e outro, praticamente da mesma idade, recentemente restaurado, pintado e em pleno uso. Mas, por que conservamos? Razões políticas, espirituais, econômicas e educacionais, além de um desejo de manter o passado em mente nos ajudam a responder essa questão. Algumas dessas respostas parecem ter surgido nos primórdios da história da humanidade. Segundo Berducou (2007), na Babilônia e em Nippur foram encontradas coleções e objetos datados entre 556 e 539 a.C que mostram a intenção daquele povo de conservar e rememorar um passado muito distante. Há várias possíveis razões para essa coleção e seleção de objetos e documentos: interesse político, fervor religioso, desejo de educar etc. Também foi por causa da beleza e do alto valor de mercado que alguns objetos foram preservados e às vezes restaurados.

Devemos entender que há nuances que permeiam essas dinâmicas de preservação. Há decisões tomadas antes, durante e após os processos de tombamento, registro, restauração, conservação, entre outros, que influenciam a trajetória desses bens. Segundo Chagas (2002, p. 5), “ainda que os processos de preservação possam ser voluntários ou involuntários, individuais ou coletivos, de curta ou de longa duração, eles são sempre seletivos e sociais”, ou seja, são subjetivos e ocorrem como atos de vontade e de poder.

A partir do *Significance* 2.0, busca-se valorar a chamada Coleção Maximiano de Carvalho e Silva (1926-2022), que às vezes será denominada Coleção MCS ao longo deste trabalho. Os livros faziam parte do acervo do docente, que lecionou na UFF. Além disso, ele foi eleito Professor Emérito (1998) pela UFF e foi um dos primeiros diretores do Instituto de Letras da instituição (Universidade Federal Fluminense, 2022; Universidade Federal Fluminense, 2025a; Curriculum..., 20–?). Ele colecionava, principalmente, livros e periódicos sobre Letras, Filologia e áreas afins. A doação ocorreu em 2024 pela viúva do professor, Sra. Dirce Carvalho e Silva.

Hoje a Coleção MCS está sob a guarda do Centro de Obras Raras e Especiais (CORES), da Universidade Federal Fluminense (UFF). O CORES foi inaugurado em outubro de 2017 para reunir as obras consideradas raras e/ou especiais existentes nas bibliotecas da UFF, bem como preservar³ a memória institucional (Centro..., 2024; Carvalho, 2021). A coleção pertencente à UFF é um excerto da biblioteca do titular.

³ Entendemos o conceito de preservação tal como Cassares (2000) e Munõz Viñas ([2004]) o entendem, isto é, o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que buscam adequar as condições circundantes aos itens e garantir sua integridade.

Nosso objeto de estudo, portanto, é a atribuição de valor em coleções especiais. Nosso estudo de caso é a Coleção Maximiano de Carvalho e Silva.

Sobre o método usado para a declaração de significância em si, escolhemos o *Significance 2.0* porque ele é usado internacionalmente e revisado periodicamente. Entendemos que um método pode esclarecer com quais valores o item foi selecionado ou quais valores foram identificados para sua seleção como item especial e merecedor de registro no Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN). Iniciado em 1995, o CPBN serve para divulgar obras, fornecer sua localização/proveniência e cancelar projetos de agências de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Particularmente, este Banco, estipula em seus editais que a instituição possua registros de seus acervos bibliográficos no CPBN (Boletim..., 1995; Pereira, 2020). Esse catálogo coletivo é

[...] gerenciado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), que reúne registros bibliográficos dos séculos XV-XIX (obras estrangeiras até 1799 e obras nacionais até 1900) ou de períodos subsequentes, que tenham sua raridade justificada (Plano..., 2016).

Utilizar um método para a identificação de valor aumenta a clareza e apresenta os argumentos para a declaração de significância a partir de documentos e os atores envolvidos na tarefa. Outro motivo é a possibilidade de seguir um percurso estabelecido de etapas e critérios que permitem conhecer e reunir informações especializadas sobre um item ou coleção, com vistas a propiciar justificar a preservação. O *Significance 2.0* será abordado com mais detalhes na seção de Metodologia.

O estudo ora proposto se justifica porque apenas critérios de raridade podem não ser suficientes para expressar os valores de um item ou coleção de forma mais completa, pois tais critérios são compreendidos atualmente apenas como diretrizes, ou seja, são gerais e não comportam as nuances necessárias para entender completamente um item ou coleção. Ainda, valorar é algo naturalmente subjetivo e um método possibilitaria uma abordagem mais ampliada e ajustada aos valores identificados como importantes. Assim, poderíamos contar com mais perspectivas para aprimorar e parametrizar esses valores.

Abaixo, um trecho de um exemplo de declaração de significância do Arquivo da Corte Suprema da Austrália:

A Corte Suprema da Austrália é a encarregada de tomar decisões sobre os assuntos e casos que têm importância em nível federal. É a câmara mais alta de apelação para casos federais, estatais e territoriais. Ainda que tenha sido

estabelecida em 1901 pela seção 71 da Constituição, a designação do primeiro tribunal aconteceu depois da aprovação da Lei Judicial de 1903.

A vasta coleção da Corte Suprema se encontra no Arquivo Nacional da Austrália e inclui, por exemplo, cadernos dos juízes, correspondências, relatórios, registros e gravações de processos e filmagens da abertura da Corte no novo edifício de Canberra. Estas peças ilustram o desenvolvimento do direito consuetudinário, suas práticas e princípios e oferecem um olhar para o interior das principais decisões judiciais que afetaram a sociedade, a democracia e o governo australianos. Por exemplo: as questões associadas à Commonwealth versus o poder estatal (no Caso dos Engenheiros de 1920 e no Caso do Reservatório Franklin da Tasmânia em 1983), sobre regulações da economia (Caso nacionalização bancária, de 1948), sobre questões relacionadas à liberdade de expressão e à subversão (Caso Partido Comunista de 1951), sobre a doutrina de separação de poderes (Caso Caldereros de 1956), sobre os direitos dos nativos (Caso Mabo de 1992) ou sobre as questões relacionadas aos direitos humanos (Caso Toonen, 1994) (Russel; Winkworth, [2021], p. 47).

Ao ler este trecho, podemos ter uma noção maior da importância daquele conjunto documental (da Corte Suprema) para a Austrália. É bem diferente do que simplesmente dizer que se trata de um “arquivo especial” ou que é “importante para a história da Austrália”. Segundo Russell e Winkworth (2001), não basta dizer apenas que o objeto é significativo, deve-se explicar por que é importante e o que significa. No caso dos livros, o mesmo se aplica. Ao nosso ver, não basta dizer ao público (incluindo chefias, políticos, autoridades etc) que um certo livro é raro por conta de critérios de raridade ou que é muito antigo. É necessário haver informação para que haja ressonância.

Não é possível valorizar aquilo que não se conhece (Cabral, [2012]; Fernández Zamora, 2009). Por exemplo, dizer que o livro *Cultura e opulência do Brasil*, escrito por André João Antonil e publicado em 1711 é raro não diz quase nada ao público. Provavelmente o público irá se surpreender com sua antiguidade, mas não poderá apreciá-lo mais por falta de informação. Por outro lado, se informarmos o que está no catálogo da Biblioteca Nacional certamente haverá mais significado:

Raridade/Importância: Primeira edição. O jesuíta italiano João Antônio Andreoni, que assinava sob o pseudônimo André João Antonil, veio ao Brasil em 1681, com Antônio Vieira, e aqui viveu até morrer. Exerceu o cargo de reitor do Colégio da Bahia, foi Provincial de 1705 e 1709 e teria empreendido breves viagens a Pernambuco e ao Rio de Janeiro. De suas observações surgiu a primeira edição da obra, em Lisboa, 1711. O teor da obra, provavelmente, provocou reação de medo do Conselho Ultramarino; de tal modo que, quando o livro estava em processo inicial de distribuição, foi vedada sua circulação, proibido e destruído pelo governo d'El-Rei D. João V, de Portugal. Escaparam alguns poucos exemplares que haviam sido dados (BOSCH 415). "É sem dúvida o mais completo depoimento que se conhece sobre a vida econômica do Brasil no tempo colonial [...]" (BORBA DE MORAES & BERRIEN, 1998, 3270). "Da edição de 1711, restaram apenas seis [na verdade, sete] exemplares encontráveis, hoje em dia [...]" A obra está dividida em quatro partes e uma conclusão, e trata do plantio da cana e fabrico do açúcar, da lavoura do tabaco, da mineração, dos gados e do

aproveitamento dos couros. Oferece conselhos aos senhores de engenho sobre o governo de suas famílias, o tratamento que deve dispensar aos escravizados e aos hóspedes, e sobre os males causados ao Brasil pela cobiça do ouro. Na "Conclusão", o autor apresenta um resumo de tudo o que era mandado do Brasil para Portugal, e seu valor. Para Antonil, os escravizados eram "as mãos e os pés do senhor de engenho", porque sem eles no Brasil não era possível "fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". E, para garantir a disciplina do escravizado, Antonil recomendou que a eles fosse concedido, apenas, "pão, pano e pau", ou seja: alimento para mantê-lo vivo, roupas para cobrir sua nudez e pancada, para mantê-lo obediente. Pela multiplicidade de suas abordagens, o livro é considerado o mais completo depoimento que se conhece sobre a vida econômica do Brasil no tempo colonial. Seu valor documental foi reconhecido por todos os grandes estudiosos da Bibliografia Brasileira - Inocêncio Silva, Backer-Sommervogel, Borba de Moraes, Borba de Moraes & Berrien, Wilson Martins, Capistrano de Abreu, Serafim Leite e outros [...]. Exemplar completo e único no acervo da BN⁴.

Certamente esse é apenas um exemplo, e a quantidade de informação apresentada ao público também importa e pode variar por motivos estratégicos, didáticos, pedagógicos etc, mas procuramos mostrar o impacto de informar ao público os significados e importância do item em vez de simplesmente dizer que se trata de uma raridade. Acreditamos que informação é uma importante aliada da valorização e, conseqüentemente, da preservação dos bens culturais.

Destacamos a necessidade de tornar inteligível os valores da Coleção MCS. Queremos que a declaração de significância seja apreciada não só por profissionais, mas também por quaisquer outros interessados, servindo como uma potencial ferramenta de divulgação e educação patrimonial. Assim, também pretendemos incentivar a utilização do *Significance* no Brasil.

Pretendemos produzir uma declaração que descreva mais claramente o enquadramento de algumas obras raras da UFF no CPBN. Compreendemos que nossa pesquisa pode estabelecer as bases para um modelo de aplicação do *Significance 2.0* nas outras coleções especiais da UFF e, talvez, de outras instituições que lidam com acervos bibliográficos especiais. Suas etapas e metodologia também permitem que seja replicável quantas vezes forem necessárias, perpetuando e padronizando a análise.

A motivação para estudar esse assunto surgiu ao refletirmos que o valor dos livros e coleções bibliográficas institucionais não cabe apenas em critérios de raridade, que não expressam de forma mais completa os significados presentes nos acervos. Quando tomamos conhecimento da existência do método *Significance 2.0*, que sugere etapas e métodos para ajudar a identificar não só os valores dos itens e coleções, mas também produzir um texto sucinto e claro que reúna as

⁴ Informações retiradas do registro do livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas...* no catálogo da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1194986?guid=1723744604086&returnUrl=%2fsophia_web%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1723744604086%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1194986%231194986&i=2. Acesso em: 15 ago. 2024.

informações que foram consideradas pelos responsáveis pela valoração, argumentos e justificativas de importância de uma obra ou conjunto de obras bibliográficas ao serem enquadradas como coleção especial ou itens raros para a instituição, ficamos interessados em estudar o tema mais profundamente.

Nosso objetivo geral é identificar os valores envolvidos na formação da Coleção Maximiano de Carvalho e Silva. Nossos objetivos específicos são: aplicar o método *Significance* 2.0 à coleção Maximiano de Carvalho e Silva, descrever suas etapas, produzir a declaração de significância. Nossa pergunta de pesquisa é: que valores foram percebidos pela UFF na formação da coleção Maximiano de Carvalho e Silva?

O trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. A primeira é a referencial teórico-metodológico, que traz teóricos e a literatura de apoio. Abrange temas como valores, significância cultural, raridade bibliográfica, coleções especiais e avaliação e seleção de livros. A segunda traz as informações gerais sobre a Coleção Maximiano de Carvalho e Silva como dados do proprietário, formação, bem como o processo de seleção e aquisição por parte da UFF. A terceira é a metodologia, que trata sobre o método *Significance*, contextualizando-o historicamente e explicando suas etapas. Explanamos como procedemos na coleta de dados e informações, além das dificuldades encontradas em cada etapa. A quarta seção traz os resultados do cumprimento das etapas do *Significance* em nove tópicos. A quinta seção são as considerações finais, nas quais refletimos sobre os objetivos, metodologia e resultados alcançados. Ainda há três anexos: a ficha de diagnóstico utilizada para a análise material dos itens, a mais recente instrução normativa da UFF sobre critérios de raridade para livros e periódicos, e a lista de obras pertencentes à Coleção MCS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nosso trabalho é voltado aos bens materiais. Portanto, nosso escopo não abrange o chamado patrimônio imaterial ou intangível. Embora não falemos especificamente sobre essa categoria, compreendemos que há uma carga simbólica intangível nos bens materiais. Para os fins desta pesquisa, adotamos o conceito de bens culturais. Segundo Chagas (2022, p. 4)

o trabalho [que é uma ação transformadora do homem sobre si, a natureza e os outros homens] gera bens a que se atribui valores e significados, esses bens conformam o patrimônio cultural; o patrimônio pode ser criado, preservado e destruído.

A ideia de bem cultural é abordada desde o século XIX, mesmo sem essa nomenclatura. Segundo Guedes e Maio ([2015]), vários autores citam a Declaração de Bruxelas, de 1874, como o primeiro documento internacional a propor medidas para evitar a prática de roubos e pilhagem de monumentos históricos, obras de arte e ciência. Em 27 de julho de 1874, 15 Estados europeus se reuniram em Bruxelas (Bélgica) para examinar o então projeto do acordo internacional sobre as Leis e Costumes da Guerra (Fiankan-Bokonga, 2017).

O tema dos bens culturais continuou a ser debatido ao longo do século XIX. Em 1899, por exemplo, a primeira Convenção de Haia abordou as pilhagens e roubos de obras de arte, que então começavam a ser enxergados como crimes, que deveriam ser incluídos nos tratados de paz, bem como regulamentados e punidos (Guedes; Maio, [2015]). Nessa época,

o que hoje delimitamos como *bem cultural* era expresso nos debates como obras de arte, monumentos históricos ou mesmo instituições dedicadas às artes, à religião, à ciência, em conjunto com bens de outros ramos do conhecimento, entre os quais os relacionados à educação e aos serviços humanitários (Guedes; Maio, [2015], online, grifo do autor).

No âmbito jurídico europeu, notadamente na Itália, a expressão bem cultural pode ser entendida como itens móveis ou imóveis de interesse artístico, histórico, arqueológico ou etnográfico, como testemunhos de paleontologia, peças de numismática, documentos impressos e manuscritos, estampas, gravuras, cidades, parques e jardins de interesse artístico e histórico (Lage, 2002).

Segundo Alexandrino (2009), o primeiro tratado internacional que abordou esse termo foi o texto da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, publicado em 1954 pela UNESCO. Nesse texto, a entidade considera bens culturais os “bens móveis e imóveis que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos [...]”, como monumentos arquitetônicos, edifícios (incluindo aqueles que contêm bens culturais como bibliotecas, museus, arquivos etc.), centros, obras de arte, arquivos, livros (incluindo coleções) e coleções científicas (UNESCO, 2010, p. 3). Outras convenções foram organizadas para debater os bens culturais, com destaque para a Convenção de Paris (1970), sobre importação, exportação e transferência ilícita de bens culturais, de 1970; a convenção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972; e, por fim, a convenção da UNIDROIT (International Institute for the Unification of Private Law), sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, ocorrida em 1995 (Alexandrino, 2009).

Segundo o Dicionário do Patrimônio Cultural elaborado pelo IPHAN, bens culturais são bens de natureza material e imaterial aos quais foram atribuídos significados e valores, podendo

servir como referência de identidade e testemunho da ação e memória de um ou mais grupos sociais (Guedes; Maio, [2015]).

A partir dessas definições, podemos entender que os bens culturais são objetos (móveis ou imóveis) ou locais que possuem valores ou significados para um determinado povo, podendo ser uma referência de identidade e testemunho.

2.1 VALORES E SIGNIFICÂNCIA CULTURAL

O que são valores? Devemos deixar claro esse conceito, que será importante nesta pesquisa, pois tratamos de valoração, isto é, a ação ou o efeito de avaliar e atribuir valores (Valoração, 2024). Outra razão dessa conceituação é o fato desse termo ser polissêmico, como veremos adiante.

O termo valor, etimologicamente, vem da palavra latina *valore*, que por sua vez é derivada de *valere*, denotando algo que é forte, saudável, hábil, que tem autoridade, mérito, preço e importância (Varoli-Piazza, 2007; Valentim, 2017). Autores como Berducou (2007) e Varoli-Piazza (2007) afirmam que, mesmo no âmbito do patrimônio cultural, o conceito de valor é polissêmico e pode ser usado e encontrado em mais de um contexto (como na Economia, a Linguística e a Filosofia). A título de exemplo, só o Dicionário Michaelis (2024) fornece 19 definições. Berducou (2007) argumenta que a palavra valor está presente nas áreas da Economia e da Cultura. A autora prossegue dizendo que vários grupos envolvidos na conservação preferem usar termos como mensagem, significado etc.

Muñoz Viñas ([2004]) traz outros autores para defender duas ideias. A primeira é a de valor entendido como a propriedade de satisfazer ou consumir uma ação por meio de um objeto adequado para tal (ex.: uma bota tem valor enquanto protege o trabalhador que a usa). A segunda é o entendimento de que o conceito de valor, na maioria dos casos, pode ser substituído pelo conceito de função, especificamente função patrimonial, que pode ser tangível (ex.: uma ferramenta ainda pode ou poderia consertar algo) ou intangível (ex.: geração de identidade e comunicação, memória) (Muñoz Viñas, [2004]). Essas ideias podem ser observadas, por exemplo, em objetos musealizados que geralmente foram criados para um determinado fim e, após entrarem no museu, adquirem função patrimonial de memória, documentação histórica, entre outras do gênero.

Mason (2002) nos diz que os valores são usados comumente em dois sentidos: o primeiro, como moral, princípios ou outras ideias que sirvam de guias para ações (individual ou coletiva). Já o segundo é referente às qualidades e características vistas nas coisas, particularmente nas

características denominadas pelo autor de “positivas” (atuais e potenciais), as quais podem ser tangíveis (ouro, diamantes etc.) ou intangíveis (monumentos, artefatos etc.). Mesmo assim essa divisão não tem limites claros, pois nenhum valor ou ideia pode existir sem sua correspondente manifestação física (Pearce, 2000; Varoli-Piazza, 2007). Mason (2002, p. 8, tradução nossa) sugere um caminho para a compreensão da noção de valor: “[...] parece que a resposta está em algum lugar no meio: ‘o valor é formado no *nexus* entre ideias e coisas’”. Nessa linha, Meneses (1998, p. 91) assinala que “[...] seria inútil buscar nos objetos o sentido dos objetos”, pois o sentido está fora deles e lhe são atribuídos. Indo nessa direção, Chagas (2002, p. 6) diz que

do ponto de vista museológico, preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. A memória não está aprisionada nas coisas aguardando um herói libertador, ela situa-se na relação entre o sujeito e o objeto de memorização. Ela também não é o passado projetado de modo fiel ou fidedigno no presente. Diga-se de passagem, fidedignidade, fidelidade e autenticidade são valores atribuídos.

Como veremos adiante, a atribuição de valores é tema de estudos desde, pelo menos, o início do século XX, com as teorias de Alois Riegl (1858-1905), quando percebemos os valores como algo atribuído. Historiador da arte austríaco, Riegl é um dos principais teóricos a estudar sobre valores até hoje. Escreveu, entre outras obras, o ensaio *O culto moderno aos monumentos: sua essência e origem* (do alemão *Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen, seine Entstehung*), publicado em 1903.

Segundo Berducou (2007), ele foi a primeira pessoa na área de estudos do patrimônio que demonstrou a coexistência de valores contraditórios, da relatividade dos pontos de vista a partir da origem do observador que aprecia esses valores, e o impacto que a restauração pode ter na legibilidade desses valores. Segundo suas palavras:

A denominação de "monumentos", usada para essas obras, deve ser entendida não em sentido objetivo, mas em sentido subjetivo. Seu significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles (Riegl, 2014, p. 36)

Inclusive ele já sabia das conotações econômicas da palavra valor, ao falar de um valor relacionado à raridade ou idade de um monumento. Sua metodologia identificou, analisou e classificou esses conteúdos intangíveis no seu texto (Berducou, 2007).

Alguns conceitos importantes permeiam a obra de Riegl e nos ajudam a entender seus pensamentos. Para ele, monumento é a obra criada pelo homem e elaborada com o objetivo de manter ações humanas ou destinos vivos na consciência das gerações futuras. Obra de arte é toda criação humana tangível, visível ou audível que tem valor de arte. Histórico é tudo aquilo que foi e

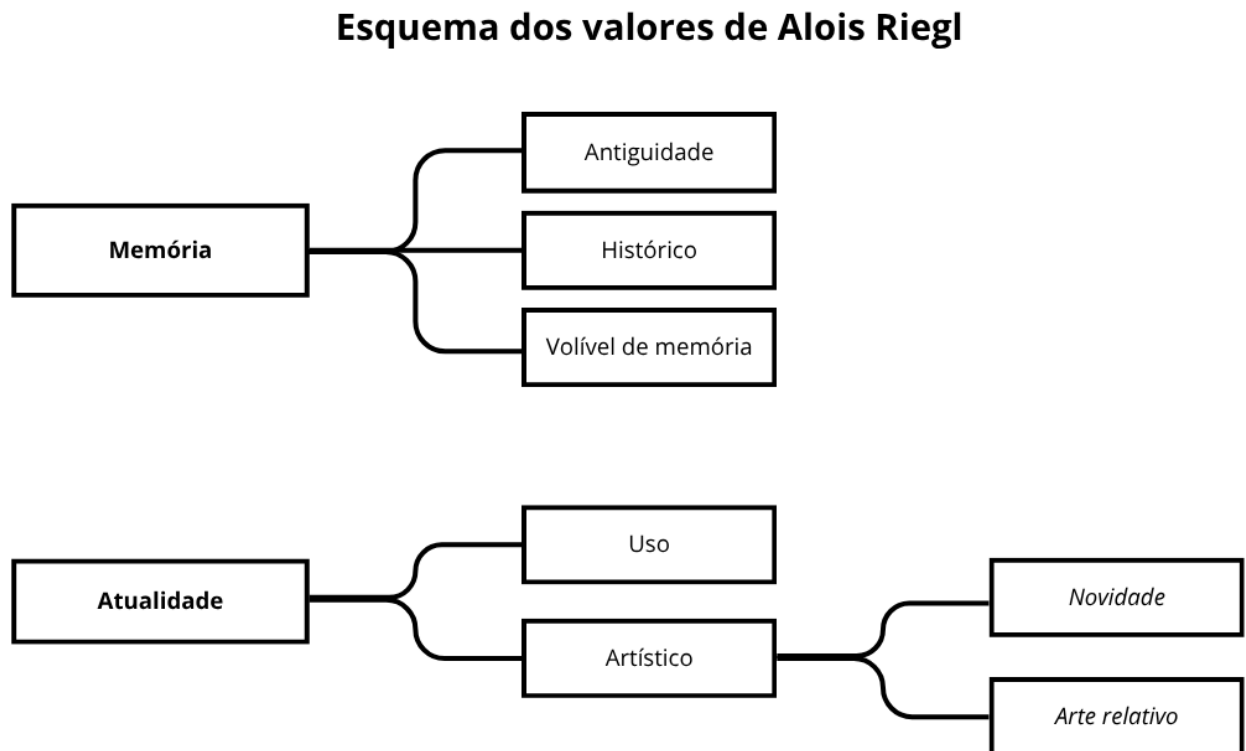
não é mais nos dias de hoje. O ponto principal do conceito de histórico, para ele, é formado pela ideia de evolução, cujas etapas são lembradas e representadas pelos testemunhos (escritos, monumentos de arte etc). Todo monumento de arte, “sem exceção”, é um monumento histórico, visto que ele representa um estágio das artes plásticas. Inversamente, todo monumento histórico também é um monumento de arte, pois tem, ao lado do seu valor histórico, elementos de arte (Riegl, 2014, p. 31-32).

Sobre isso, ele nos dá um exemplo

[...] mesmo um monumento escrito banal - como um pedaço de papel contendo uma breve nota sem importância - contém ao lado do seu valor histórico referente à evolução da fabricação do papel, da escrita, dos materiais usados para a execução da escrita etc. toda uma série de elementos de arte: a configuração externa da folha de papel, a forma das letras e o tipo da sua composição. *É claro que esses elementos são insignificantes*, e que na maioria dos casos os deixaremos sem maior observação, pois possuímos outros monumentos que nos comunicam o mesmo, de forma mais rica e pormenorizada (Riegl, 2014, p. 33, grifo nosso).

Riegl (2014) divide os valores em dois grandes grupos: **memória** e **atualidade**. O grupo dos valores de memória é relacionado ao estudo e percepção do passado. É composto por três outros valores: *antiguidade*, *valor intencional* e o *valor não-histórico*. O outro grande grupo, da atualidade, relaciona-se com o presente momento da valoração. É composto pelos valores de *uso* (utilitário, prático) e *artístico*, este último contendo os valores de *novidade* e de *arte relativo* (Riegl, 2014; Berducou, 2007). Os agrupamentos feitos por Riegl podem ser observados na figura 1, que segue:

Figura 1 - Esquema dos valores de Alois Riegl



Fonte: o autor, com base em Riegl (2014).

Começaremos pelos valores do grande grupo de **memória**. O *valor de antiguidade* tem uma vantagem sobre todos os outros: ele pode ser apreciado por todos e ter validade para todos. Diz Riegl (2014, p. 54) que mesmo “o mais limitado dos camponeses saberá diferenciar um campanário [torre desenhada para conter sinos. Comum em construções religiosas] antigo de um campanário novo”. Ou seja, ele não precisa de conhecimento histórico ou artístico. Ele é fácil e imediatamente reconhecido pelas massas (Fabris, 2014; Riegl, 2014).

O *valor histórico* considera que o monumento é testemunha de um passado, um certo estágio da evolução humana. Assim, esse monumento adquire uma função de documento, então deve ser o mais fiel possível ao aspecto original que tinha no momento de sua criação. Deve receber cuidados preventivos de modo a manter esse aspecto original.

Vale explicar que essa ideia de manter o aspecto original dos monumentos era uma das correntes de pensamento vigentes ainda no século XIX. Em 1877 a recém-fundada *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB), instituição britânica que teve como principal objetivo

preservar edifícios históricos no Reino Unido, publicou um manifesto criticando restaurações consideradas sem critérios ou diretrizes, as quais retiravam ou adicionavam elementos de acordo com o “capricho individual” do profissional (Society for the Protection of Ancient Buildings, 2025, online, tradução nossa).

Esse *valor histórico* de Riegl, com raízes no *Manifesto* oitocentista de Morris e Webb, contrapõe-se ao valor de antiguidade; primeiro porque necessita de conhecimento histórico e artístico, não podendo ser apreciado pelas massas. E segundo, porque sua preservação não quer conservar os traços da idade (antiguidade), mas, sim, sua autenticidade⁵, para uma futura atividade de restituição histórico-artística (Fabris, 2014; Riegl, 2014).

Assim, podemos entender que o valor histórico é aquele que precisa de conhecimento prévio para ser evocado ou atribuído. Ou seja, é necessária a ação de sujeitos considerados especialistas em determinada área. A presença dos especialistas também é necessária na manutenção do aspecto dos monumentos dotados de valor histórico, que precisam de cuidados específicos. Já o valor de antiguidade seria aquele percebido de forma tácita pelo grande público, que apenas seria capaz de diferenciar coisas “velhas” de coisas “novas”, como é o exemplo citado acima do campanário (Fabris, 2014; Riegl, 2014).

A partir dessa exposição, podemos identificar dois grupos a partir da obra de Riegl: o grande público e os ditos especialistas. Ambos parecem estar em lados opostos de uma balança que ora pende para a erudição (valor histórico), ora para o conhecimento tácito (valor de antiguidade). Assim, o conhecimento histórico e artístico não poderia ser apreciado plenamente pelas “massas”, como se isso fosse uma dádiva ou capacidade apenas dos iniciados, dos conhecedores. Essa conjuntura demonstra uma certa visão *top down* de Riegl (2014), segundo a qual o conhecimento emana dos especialistas e chega até as ditas massas.

O terceiro valor do grupo da memória, o valor *volível* ou *volitivo de memória* envolve os monumentos que nasceram também para relembrar intencionalmente um passado, um certo momento da evolução humana (Fabris, 2014; Riegl, 2014). O objetivo de quem criou ou elegeu esses-monumentos é fazer permanecê-los para sempre na consciência das gerações futuras. Esses valores apresentam uma ligação com os valores de atualidade porque os monumentos [históricos] volíveis precisam ser praticamente imortais e, ao mesmo tempo, atuais, devendo perpetuar uma espécie de “essência” dotada de capacidades evocativas de um passado, o que lhes confere uma função de ponte entre o passado e o presente (Fabris, 2014; Riegl, 2014). Por causa dessa necessidade de “imortalidade, presente eterno” e uma “essência incessante”, Riegl defende que as

⁵ Esse termo é debatido com mais detalhes no texto de Gonçalves (1988).

degradações e seus efeitos precisam ser combatidos (Riegl, 2014, p. 17). Isso torna a atividade de restauração “[...] o postulado fundamental dos monumentos comemorativos volíveis” (Riegl, 2014, p. 63). Já os monumentos *não-volíveis* também podem evocar momentos históricos, mas não dependem de fatores ligados à época de sua produção (Riegl, 2014).

O segundo grande grupo de valores, o da **atualidade**, pode surgir de necessidades sensíveis (*valores práticos ou utilitários*) ou espirituais (*valores de arte*). Sobre os *valores práticos/utilitários/de uso*, eles abarcam “[...] os aspectos funcionais e o uso diário do monumento para fins pragmáticos” (Fabris, 2014, p. 17). Relacionam-se com as obras que estamos acostumados a ver sendo plenamente usadas pela sociedade, e a falta desse uso nos incomoda porque ficam sujeitos aos efeitos de uma destruição “violenta, intolerável mesmo para o culto de antiguidade” (Riegl, 2014, p. 68). Por exemplo, se uma igreja que estamos acostumados a ver sendo usada sofresse graves deteriorações ou fosse destruída, isso provocaria incômodo (Riegl, 2014).

De outra parte, os *valores de arte* são subdivididos em outros dois: o *valor de novidade* e o *valor de arte relativo*. Para Riegl (2014), todo monumento possui um valor de arte desde que cumpra as exigências do que ele chamou de “querer da arte” (*Kunstwollen*), isto é, a vontade de fazer arte, o impulso estético que gera a arte, ao contrário daquele que só faz objetos utilitários, no material e na técnica. Envolve conhecimento sensorial e vontade. Desse modo, as exigências do “querer da arte” são duas, justamente os valores de novidade e de arte relativo.

O valor de novidade (primeira exigência) repousa na condição de que toda obra de arte deve apresentar uma integralidade e não possuir nenhuma dissolução. Ele “diz respeito a uma apreciação puramente estética do testemunho do passado” (Fabris, 2014, p. 18). Riegl (2014, p. 69) nos diz que “[...] toda obra nova possui, apenas por conta da sua ‘novidade’, um valor de arte [...]”. Aquilo que é considerado novo pode ser apreciado por todos, mesmo aqueles sem conhecimentos prévios. Esse valor é reconhecido na medida que sua integralidade e seu aspecto de “novo” seja conservado.

O outro valor, e também a segunda exigência do querer da arte, é o *valor de arte relativo*. Segundo Riegl (2014), nesse tipo de valor, as obras antigas podem ser apreciadas (pelas classes cultas) não só por sua capacidade de testemunhar o passado, mas também por sua concepção, forma e cor. Ele prossegue dizendo que apesar das obras com muitos séculos de idade serem mais valorizadas que as modernas, elas também, em seu tempo, despertaram pouco interesse e foram criticadas, sendo hoje apresentadas como grandes manifestações das artes plásticas, tais como a

pintura holandesa do século XVII. Ou seja, esse valor de arte (relativo) não se trata de um valor objetivo e permanente, mas algo que muda constantemente (Riegl, 2014).

Como pudemos ver, Alois Riegl trouxe diversas contribuições para discussão no campo dos valores na arte. Identificou e sugeriu uma sistematização deles. Defendeu que mudam com o tempo, de acordo com o contexto histórico e social, por exemplo. Por fim, também considerou que os valores são atribuídos por pessoas, e não inatos aos monumentos, constatação presente em discussões que acontecem até os dias de hoje.

A noção que vigorou por um tempo na Conservação era que os valores eram achados, fixos e imutáveis, isto é, intrínsecos (Mason, 2002). Os debates sobre o valor intrínseco ocorrem há um certo tempo, especialmente em áreas como a Arquivologia, por exemplo. Em 1979, nos Estados Unidos, o termo ganha relevância no âmbito do *National Archives and Records Service* (NARS) por conta dos movimentos que sugeriam substituir em larga escala registros originais em papel por cópias (em microfilme). Para indicar quais registros precisariam ou não de substituição, o NARS formou o Comitê de Valor Intrínseco (*Committee on Intrinsic Value*), que seria responsável por elaborar documentos e diretrizes sobre os critérios que guiaram essa seleção. O relatório final foi finalizado em 1980 (Estados Unidos, 1999).

Segundo o NARS, valor intrínseco se aplica a registros “permanentemente valiosos” com qualidades e características que tornam sua forma física original “a única forma aceitável para preservação arquivística” (Estados Unidos, 1999, tradução nossa, *online*). Contudo, O NARS reconhece que, “ainda que todos os registros em suas formas físicas originais tenham qualidades e características que não seriam preservadas em cópias”, os registros com valor intrínseco possuem um grau tão significativo que seus originais devem ser preservados (Estados Unidos, 1999, tradução nossa, *online*).

O NARS elencou nove qualidades que um registro deve apresentar para ter valor intrínseco. Essas qualidades envolvem, por exemplo, forma física, idade, “qualidade estética ou artística”, “interesse público geral e substancial devido à associação direta com pessoas, locais, coisas, assuntos ou eventos famosos ou historicamente importantes”, valor de uso em exposições, entre outros (Child, 2001, p. 38-39). A autora ressalta que muitos desses critérios também podem ser aplicados a materiais de biblioteca.

Há algumas considerações sobre a aplicação do valor intrínseco. De acordo com o NARS, embora o valor intrínseco seja mais facilmente aplicado a itens com mais idade, todos os registros são elencáveis à decisões sobre esse tipo de valor (Estados Unidos, 1999). Ainda, a determinação

do valor intrínseco é apenas o primeiro passo nas tomadas de decisão sobre preservação (Estados Unidos, 1999).

As prioridades e a ordem das atividades de preservação devem ser guiadas por fatores adicionais, como a significância e a frequência de uso, a taxa de deterioração, a gravidade de problemas potenciais futuros de preservação e a eficácia e o custo dos tratamentos disponíveis (Estados Unidos, 1999, *online*, tradução nossa)

O relatório do NARS assinala que o conceito de valor intrínseco não é relativo, mas sua aplicação, sim, já que profissionais podem diferir suas opiniões sobre um dado registro (Estados Unidos, 1999). O entendimento acerca do conceito de valor intrínseco não ser relativo, segundo o NARS, pode gerar debates à medida que a própria ação de conceituar envolve escolhas de termos, contexto sociogeográfico de quem conceitua, nível de instrução, entre outros fatores.

Outro teórico reconhecido por abordar a questão dos valores é o conservador-restaurador espanhol Salvador Muñoz Viñas (1963-), que publicou o livro *Teoría contemporánea de la restauración*, em 2004. Sua obra critica e debate vários aspectos da área, como a chamada conservação científica, a diferença entre conservação e restauração, e o conceito de conservação preventiva, para citar apenas alguns exemplos. Para ele, a Restauração é o equivalente à conservação-restauração, ou seja, o conjunto de atividades do restaurador.

Sobre os valores, o autor defende que todos os objetos da Restauração estão relacionados entre si por meio de seu caráter simbólico. No contexto deste trabalho tratamos esses objetos da Restauração como bens culturais. Também, na mesma linha que Riegl, argumenta que a teoria contemporânea da Restauração admite que a restauração é definida em função de seus objetos; porém, ao mesmo tempo, defende que esses objetos têm características subjetivas, estabelecidas pelas pessoas, e por isso, não são intrínsecas. Portanto, “os objetos da Restauração são signos de aspectos intangíveis de uma cultura [...]. Os objetos capazes de representar alguns desses aspectos são conservados e restaurados” (Muñoz Viñas, [2004], p. 40, tradução nossa).

Müller (1998 *apud* Muñoz Viñas [2004]) diz que um objeto se torna cultural de acordo com o seu significado para a sociedade. Esses objetos culturais, por sua vez, cumprem certas funções patrimoniais, a saber: geração de identidade e comunicação. A primeira função nos diz algo sobre a história de um grupo ou de toda a humanidade. A função de **comunicação**, que tem a ver com educação e as entidades culturais.

Nada disso faz sentido se alguém ou um povo não sabe ou não compreende a importância de um bem cultural. Por exemplo, Muñoz Viñas ([2004]) escreve que pode ser fácil para cada um de nós separar nossas fotografias e objetos mais importantes, porém é difícil explicar e tentar

replicar esse sentimento em outra pessoa. Nem todos enxergam os mesmos significados ou valores nas mesmas coisas. Contudo, o autor considera que “qualquer objeto pode ter valores implícitos projetados sobre ele” (Muñoz Viñas, [2004], p. 50). Citando os semiólogos Umberto Eco e Roland Barthes, Muñoz Viñas ([2004]) considera que os objetos podem cumprir uma função-signo/secundária. Ele dá o exemplo de um carro, que serve para transporte (função primária) e também para indicar gostos ou classe social (função-signo/secundária).

Associando essas discussões à temática do valor, o texto de Muñoz Viñas ([2004]) estabelece que a simbolicidade dos bens culturais tem quatro características: intensidade simbólica, mecanismos de simbolização, natureza dos conceitos simbolizados e a alteração da função original e predomínio da função-signo. A **intensidade simbólica** é o quão simbólico é aquele objeto, pois nem todos são igualmente valiosos. Os **mecanismos de simbolização** têm duas características: *caráter sinedóquico*, quando a parte representa o todo, ou seja, um objeto foi importante para todo um acontecimento (parte) e esse acontecimento passa a representar toda a história do coletivo (todo), e a *hipocodificação*, quando o significado é impreciso e sua definição difícil (Muñoz Viñas, [2004]).

Sobre a natureza dos conceitos simbolizados pelos objetos da Restauração, eles podem pertencer a uma das categorias seguintes, apesar delas não serem excludentes:

- 1) *Valores altoculturais*⁶: o valor simbólico *altocultural* é aquele transmitido por especialistas por meio da educação e comunicação às massas. Fazem parte dessa categoria os objetos artísticos e os históricos;
- 2) *Valores de identificação grupal*: “representam conhecimentos ou acontecimentos considerados cruciais na formação de uma identidade grupal [...]”;
- 3) *Valores ideológicos*: princípios morais ou políticos que regem uma sociedade podem estar implícitos em muitos objetos da Restauração;
- 4) *Valores sentimentais pessoais*: objetos representativos e significativos que evocam memórias apenas de um indivíduo ou de grupos extremamente pequenos, como uma família, mas não para uma sociedade. Diferentemente dos outros objetos, relembram acontecimentos ou memórias concretas (pessoas, acontecimentos, lugares) e não valores abstratos. Inclui móveis, fotografias, cartas pessoais (Muñoz Viñas, [2004], p. 54-55).

Por último, o ponto dos bens culturais sofrerem alteração da função original e predomínio da função-signo. Muñoz Viñas ([2004]) passa a mencionar categorias de valor que estão abarcadas pelos conceitos de simbolização. Um exemplo seria uma espada usada por Napoleão nas suas

⁶ No original em espanhol o autor chama esses valores de *altoculturales*. Não encontramos tradução oficial para o termo, então decidimos fazer uma tradução livre.

batalhas (função primária) e hoje é um documento para historiadores e peça de museu (função-signo).

Analisando as ideias de Viñas e Riegl, podemos dizer que eles concordam em alguns pontos. Primeiro, que os valores mudam conforme o tempo e a percepção dos públicos envolvidos, uma ideia presente nas discussões atuais (2025). Segundo, os grupos dos especialistas e do grande público representam uma espécie de dualidade nos textos de Viñas e Riegl quando abordam os valores altoculturais e o valor histórico (especialistas) e o de antiguidade (grande público). Por fim, a noção de que os valores são atribuídos e não natos aos objetos, algo que começou no início do século XX e ainda hoje é discutido. Acrescentando uma perspectiva de abordagem dos valores, Lowenthal (2000) aponta que o patrimônio, ao ser definido e administrado por uma elite, algo que é comum, sua gestão é precária e se torna um campo de disputas, fragmentado pela rivalidade.

Na Conservação-Restauração, a questão dos valores seguiu diversos caminhos ao longo do tempo. Um desses caminhos envolve a adoção do conceito de significância, que apareceu pela primeira vez na Carta de Veneza, de 1964, cujo objetivo era reexaminar os princípios da Carta de Atenas, de 1931, sobre a conservação e restauração de monumentos (Valentim, Pontual. Loretto, 2022). Mason (2002) faz uma crítica ao considerar que os valores na conservação vêm sendo tratados de duas formas: 1) um tipo predomina e sobrepõe os outros e 2) os valores são tratados como uma espécie de “caixa preta”, sendo comprimidos no conceito de “significância”. O primeiro é perigoso porque acaba excluindo outros valores e o segundo, ao juntar todos os valores em uma declaração unificada de significância, deixa diferentes tipos de valores de lado em detrimento de outros. Por exemplo, uma igreja histórica é classificada pelas autoridades e pelo público como algo de significância histórica ou artística, mas esses dois valores (histórico e artístico) podem prevalecer sobre o valor religioso (Mason, 2002). Contudo, o autor admite que todos os esforços que buscam descrever os valores atribuídos a um objeto contam com dificuldades conceituais e práticas, como podemos ver no Quadro 1. Uma solução proposta por ele é estabelecer uma tipologia de valores, que serviria para melhor entender os processos de valoração (Mason, 2002).

Quadro 1 - Tipos de valores de acordo com especialistas e organizações

Table 1 Summary of heritage value typologies devised by various scholars and organizations

(Reigl 1982; Lipe 1984; for the Burra Charter, Australia ICOMOS 1999; Frey 1997; English Heritage 1997).

Reigl (1902)	Lipe (1984)	Burra Charter (1998)	Frey (1997)	English Heritage (1997)
Age	Economic	Aesthetic	Monetary	Cultural
Historical	Aesthetic	Historic	Option	Educational and academic
Commemorative	Associative-symbolic	Scientific	Existence	Economic
Use	Informational	Social (including spiritual,	Bequest	Resource
Newness		political, national, other	Prestige	Recreational
		cultural)	Educational	Aesthetic

Fonte: Mason, 2002, p. 9.

No quadro acima temos algumas tentativas de tipificar e classificar valores ao longo do tempo. Por mais que haja diferenças, há alguns pontos a serem observados. Primeiro, destacamos a presença do valor estético em três das cinco referências presentes, o que indica a importância dada à beleza ou harmonia visual dos monumentos, um dos valores mais estudados pelos especialistas. Outro valor presente em três referências é o econômico, o que pode indicar preocupação com compra e venda por meio de leilões ou galerias de arte, por exemplo, precificação em caso de seguros e com o tráfico de obras de arte. A frequência de alguns tipos de valores pode sugerir o nível de importância atribuída a cada um deles, uma noção hierárquica de valor.

Os valores têm dinâmicas próprias. Sua avaliação é cheia de dificuldades: várias naturezas de valores (culturais, econômicos, políticos etc.) e eles podem competir entre si (Mason, 2002). Há diversos grupos que constantemente disputam o protagonismo no campo do patrimônio. Segundo Lowenthal (2000, p. 18, tradutor), “quanto mais um patrimônio é valorizado, maior é a disputa por sua posse e significado”. Meneses (2009, p. 38, grifo do autor) reforça que “o campo dos valores é uma arena de conflito, de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, do patrimônio cultural, é um campo eminentemente *político*”. Jensen (2000) nos diz, por exemplo, que há um conflito entre tradicionalistas/elitistas e os grupos minoritários. Segundo ela, esses dois grupos concordam que o patrimônio cultural tem um papel educacional. Ao mesmo tempo, os tradicionalistas defendem que os textos clássicos (literatura, filosofia etc.) são necessários para alcançar essas metas educacionais. Do outro lado, os grupos minoritários afirmam que ideias e experiências adquiridas pelos grupos oprimidos (que hoje constituem seu

patrimônio cultural) hoje são igualmente necessárias para as mesmas metas educacionais (Jensen, 2000).

Outro conflito nos é narrado por Lowenthal (2000, p. 21), que nos traz um exemplo do povo indígena norte-americano Zuni: “‘tudo que serve para propósitos cerimoniais, religiosos e ritualísticos que minha cultura produz’, diz um porta-voz da referida etnia, ‘é feito para se desintegrar, voltar para a terra. A conservação é um desserviço para minha cultura’”. Esse exemplo serve para explicar que a conservação não tem o mesmo valor para todos os grupos sociais. Assim, Mason (2002) defende que a atribuição de importância muda ao longo do tempo e é moldada pelo contexto (forças, sociais, economia e tendências culturais). Contudo, pondera também que nem todas as gerações, necessariamente, reconhecem os mesmos valores e a forma como os enxergam.

Segundo Hannesch (2013), até a primeira metade do século XX a tarefa de atribuir valores e dizer o que era ou não patrimônio era dos especialistas. Isso começou a mudar a partir da segunda metade desse mesmo século, quando órgãos internacionais e associações profissionais, capitaneados pela UNESCO, promoveram debates que estabeleceram as bases para diretrizes de preservação para bibliotecas, museus e arquivos (Hannesch, 2013).

Segundo Arizpe (2000), em maio de 1995, houve uma reunião do Conselho Executivo da Unesco na cidade de Fez, Marrocos. Na ocasião, vários estados-membros deixaram claro que não queriam mais a restauração de centros históricos que se tornaram cidades fantasmas. Também afirmaram que seus governos não podiam mais criar e manter mais museus voltados à elite e que não fossem autofinanciáveis. Ainda aproveitaram para demonstrar sua preocupação em vários fóruns que os mais jovens estavam cada vez mais desinteressados pelo patrimônio cultural do passado, então passaram a procurar outras atividades culturais. Com base no que diz Arizpe (2000), podemos ver que os valores dados ao patrimônio cultural dependem dos significados escolhidos a partir de uma série de mudanças e recombinações culturais. Isso também indica que as práticas de patrimonialização não se sustentam sem manutenção ou financiamento. Aliado a esse cenário, a falta de valoração por parte do público pode impactar a preservação dos monumentos e sítios a longo prazo.

Sobrinho (2019, p. 21) entende que “[...] a ação de valorar é muito pessoal e sofre influência por parte do agente que determina os valores”. Jensen (2000) explica que nossas heranças biológica e genética não são controladas por nós. Já a herança de propriedades é determinada por legislação, testamento ou desejo. Então é normal que muitos acreditem que nosso patrimônio cultural é algo que nos é objetivamente dado, como parte da cultura que nascemos. A

autora ressalta que essa comparação, da herança cultural e a herança no sentido primário (biológico e genético), tem limitações e complexidades que impactam no legado e no entendimento sobre o patrimônio cultural. Ela conclui que “o património nem sempre é algo já presente em uma cultura. É, pelo contrário, selecionado, negociado e talvez até construído pelos herdeiros” (Jensen, 2000, p. 38, tradução nossa).

Segundo Gonçalves (2005) essa visão de um patrimônio construído ou inventado é a que vigora nas análises modernas sobre patrimônio, porém o autor aponta uma “sombra” nessa análise: não basta apenas que o Estado ou certos indivíduos ou grupos classifiquem os bens como patrimônio, é necessário que haja respaldo e ressonância junto aos setores da população. Isto é, o público precisa se enxergar e se sentir representado.

Segundo Valentim, Pontual e Loretto (2022), os debates sobre a significância de um bem cultural também começaram no início do século XX. Um dos primeiros exemplos dessa prática é vista nos relatórios dos técnicos do *National Park Service* (NPS), instituição estadunidense fundada em 1916 que tem como atribuição preservar e administrar locais naturais e culturais nos Estados Unidos (National Park Service, 2024). Os funcionários adotavam o termo como sinônimo de “importância” e o entendiam como uma “qualidade” atribuída aos bens considerados patrimônio nacional (Valentim; Pontual; Loretto, 2022). Nessa época, ainda de acordo com Valentim, Pontual e Loretto (2022), eram comumente usados termos como significância nacional, significância histórica ou significância arqueológica para representar a ideia de importância do bem cultural.

Isso nos leva à outra noção fundamental neste trabalho: a de significância cultural. Bullock (2014), que atuou no Conselho de Coleções da Austrália, explica que o termo significância encontra sentido em contextos cotidianos, profissionais e acadêmicos, podendo se manifestar em preferências pessoais, de uma comunidade ou de uma sociedade, as quais podem mudar de forma imperceptível. Segundo Russell e Winkworth ([2021], p. 13), autores do método *Significance*, o termo “[...] se refere ao valor e aos significados que objetos e conjuntos têm para as pessoas e para as comunidades”.

Como dissemos, o termo *significância cultural* foi mencionado pela primeira vez na Carta de Veneza (1964) (Valentim; Pontual; Loretto, 2022):

A noção de monumento histórico compreende a edificação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acréscimo histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural (Carta de Veneza, 1964, p. 2, grifo nosso).

A Carta de Veneza buscou reexaminar os princípios da Carta de Atenas sobre a conservação e restauração de monumentos de arquitetura, mas seu escopo pode ser expandido a outros bens culturais. Nessa Carta não há uma definição do que seria essa *significação cultural*, algo que surgiu apenas na Carta de Burra, publicada em 1979 (Valentim; Pontual; Loretto, 2022; The Burra Charter, 2013). Nesta última, se indicam as linhas de orientação para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural. A versão mais atual da Carta de Burra entende que a significância cultural designa:

[...] o valor estético, histórico, científico, social espiritual de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras. A significação cultural se corporifica no sítio propriamente dito, no seu tecido, entorno, uso, associações, significados, registros, sítios relacionados e objetos relacionados. Os sítios podem ter um conjunto de valores para diferentes indivíduos ou grupos (The Burra Charter, 2013, p. 2, tradução nossa).

Segundo a própria Carta de Burra, ela pode ser aplicada para apoiar declarações de significância, isto é, um texto sucinto sobre como e por que algo pode ser considerado importante (Russell; Winkworth, 2009; The Burra Charter, 2013). Usada por várias instituições, aqueles tipos de patrimônio (isto é, monumentos e sítios), a declaração de significância passou a ser exigida pela UNESCO na década de 1990 para a inscrição de bens na Lista de Patrimônio Mundial (Azevêdo; Pontual; Zancheti, 2014; Valentim; Pontual; Loretto, 2022). Autores como Zancheti e Hidaka (2014, p. 4) fazem diversas críticas ao documento ao dizerem que ele ratifica a “tradição mais fortemente estabelecida” do campo da conservação patrimonial: a visão dos valores dos bens como algo permanente e objetivo, que depende apenas do trabalho de estudiosos e ditos especialistas. Segundo os autores, a Carta de Burra, apesar de mencionar a participação de grupos e pessoas envolvidas com um determinado sítio, descreve o processo de avaliação de significância como algo vertical (Zancheti; Hidaka, 2014).

Diante do exposto, fica claro que o fator humano é importante e que alguns objetos são privilegiados em relação a outros. Ao longo da história os seres humanos, conscientemente ou não, decidiram salvaguardar certos itens em vez de outros. Ao mesmo tempo que um ou mais objetos são selecionados para sobreviver, outros são igualmente condenados a morrer (Varoli-Piazza, 2007).

Considerando a relevância do aspecto local (isto é, características tanto geográficas quanto comunitárias) nos processos patrimoniais, é possível pensarmos em valores globais aceitos universalmente? Arizpe (2000) discute isso em seu artigo sobre o patrimônio cultural, e parte do aspecto da coexistência e trocas de múltiplas culturas entre si, que por um lado pode gerar mais

criatividade, mas, por outro, pode causar resistências por meio de políticas que priorizam a diferenciação (Arizpe, 2000). Nesse contexto, a autora busca entender como potencializar o valor do patrimônio cultural para preservá-lo e usá-lo em prol do conhecimento cultural abrangente, em vez de “trincheiras culturais” (Arizpe, 2000, p. 32, tradução nossa).

Partindo da problemática dos valores globais, e analisando o caso dos monumentos, a autora diz que, quando um sítio é considerado valioso universalmente, sua salvaguarda pode ser percebida como responsabilidade de todos e ao mesmo tempo de ninguém. Porém, independentemente de quem seja a responsabilidade, é altamente provável que as populações relacionadas com esses patrimônios sejam multiculturais. Compreender essa complexidade é importante porque a forma que essas populações atribuem valores aos seus patrimônios depende da forma que definiram sua identidade cultural. Ou seja, o multiculturalismo é algo a ser discutido (Arizpe, 2000) e pode influenciar nos valores percebidos.

Contudo, Arizpe (2000) argumenta que há um valor que as pessoas de todas as culturas parecem concordar. Então diretora-geral adjunta da Unesco, em uma de suas viagens à capital das Filipinas, a autora nos conta como descobriu isso:

Fui levada para visitar as igrejas barrocas de Manila que constam na Lista do Patrimônio Mundial. O guia me mostrou o local com especial satisfação e orgulho. Então perguntei: ‘E por que ter uma placa da Unesco na Lista do Patrimônio Mundial ajuda você a promover esses lugares?’ Ele respondeu: ‘Porque, senhora, assim sabemos que eles não são apenas nosso orgulho, mas de toda a humanidade, e isso nos deixa ainda mais orgulhosos’ (Arizpe, 2000, p. 36, tradução nossa).

Apesar disso, a autora faz uma crítica a essa suposta representação mundial trazida pelo Comitê do Patrimônio Mundial (World Heritage Committee). Ela ressalta que ao mesmo tempo que a lista do patrimônio mundial tem como objeto principal promover a conservação do patrimônio cultural de todo o mundo, ela também acaba sendo vista como um inventário cultural. Mas, o fato é que essa lista não é balanceada geográfica e culturalmente. A autora menciona que, em 1994, um grupo de especialistas foi incumbido de avaliar essa representatividade. Eles concluíram que havia uma representação “excessiva” do patrimônio europeu (cidades históricas, edifícios religiosos, principalmente cristãos); da arquitetura considerada “de elite”, em contraste com a “popular”; e de locais históricos, em relação aos locais pré-históricos e do século XX (Arizpe, 2000, p. 36, tradução nossa).

Outra iniciativa semelhante de proteção do patrimônio no âmbito da UNESCO é o Programa Memória do Mundo (*Memory of the World Programme*, MoW). Ele surgiu em 1992 a partir da preocupação com a destruição da Biblioteca de Sarajevo, durante a Guerra da Bósnia

(Comitê..., [2024]). Sua missão é “aumentar a conscientização e a proteção do patrimônio documental mundial e alcançar a sua acessibilidade universal e permanente” (Unesco, 2021, p. 1, tradução nossa). O MoW tem três objetivos principais em relação ao patrimônio documental: facilitar sua preservação, auxiliar o acesso e “[...] aumentar mundialmente o conhecimento sobre a existência e significância do patrimônio documental e, assim, promover o diálogo e a compreensão mútua entre pessoas e culturas” (Unesco, 2021, p. 1-2, tradução nossa). É importante ressaltar que o MoW não está interessado apenas na esfera mundial, mas também nas esferas nacional e regional, com comitês e subcomitês instituídos para as três esferas (Unesco, 2021).

Apesar da importância da iniciativa, que hoje conta com 496 registros⁷, o programa tem sido alvo de críticas e alimentado reflexões. No âmbito dos livros, Fernandez Zamora (2009) já lamentava, na época do seu texto, a pouca popularidade das declarações sobre patrimônio documental. Os critérios do MoW costumam ser o foco dessa discussão. De acordo com as *Diretrizes gerais do Programa Memória do Mundo* (2021), os critérios do MoW são divididos em primários e comparativos. É importante destacar que eles são relativos ao que o MoW denomina *significância mundial*, termo que não é bem definido no documento. Contudo, nas diretrizes do documento se procura esclarecer que o patrimônio documental em análise terá significância mundial se atender os seguintes critérios primários: significância histórica; significância de forma e estilo; e significância social, comunitária ou espiritual (Unesco, 2021, p. 11-13, tradução nossa). Esses tipos são melhor explicados:

- *Significância histórica*: tem a ver com o que o patrimônio documental “diz” em relação à história do mundo, envolvendo, por exemplo, personalidades, locais, eventos, movimentos espirituais etc (Unesco, 2021, p. 12, tradução nossa);
- *Significância de forma e estilo*: relaciona-se com a natureza física do patrimônio documental (se é manuscrito, impresso, se tem qualidades artísticas “notáveis”, entre outros) (Unesco, 2021, p. 13, tradução nossa);
- *Significância social, comunitária ou espiritual*: pode ser “fortemente” atrelada a uma comunidade, e vice-versa (Unesco, 2021, p. 13, tradução nossa).

Os critérios comparativos da significância mundial servem para fornecer mais informações sobre o patrimônio documental em questão. São eles:

- *Condição*: não é considerado, por si só, uma prova de significância, “mas é relevante para sua elegibilidade e inscrição” (Unesco, 2021, p. 13, tradução nossa). A Unesco considera que um documento é inelegível se estiver tão deteriorado a ponto de inviabilizar sua

⁷ Consulta feita no dia 04 de julho de 2024 no site <https://www.unesco.org/en/memory-world>.

restauração, ou se estiver em boas condições, porém armazenado inadequadamente, aumentando seu risco de perda (Unesco, 2021).

- *Unicidade ou raridade*: a Unesco assim define esse critério:

O documento ou a coleção pode ser descrito como único (o único de seu tipo já criado) ou raro (um dos poucos sobreviveram de um número maior)? Essa qualidade pode precisar de elaboração: uma coleção, um manuscrito ou outro item pode ser único, mas não necessariamente raro. Pode haver outras coleções ou itens que são semelhantes, mas não idênticos (Unesco, 2021, p. 13, tradução nossa).

Considerando que nosso objeto de estudo é o livro, e também considerando que há discussões sobre raridade e unicidade no campo da Biblioteconomia, acreditamos que esse tópico merece uma atenção especial.

Pinheiro (1989) já fazia ressalvas sobre o termo “único” e defende a ideia de exemplar único conhecido, já que pode haver exemplares ainda não catalogados ou descobertos em instituições, como bibliotecas particulares ainda não estudadas, porões, salas anexas etc. Beffa e Napoleone (2017) criticam o critério “significância mundial, caráter único e insubstituível”, pois ele não abrange bibliotecas e livros, que geralmente são produzidos em série. As autoras defendem que as coleções de bibliotecas podem representar histórias únicas, mesmo com acervos similares. Segundo Azevedo (2021, p. 184), de 1997 a 2017, das quase 100 nomeações do MoW, “apenas seis foram de coleções bibliográficas” e mesmo assim a maioria é composta por documentação textual, códices e fotografias, ou seja, documentos “únicos”, não produzidos em série. O autor prossegue e, junto a outros autores, atribui esse fenômeno à “falta de compreensão de história do livro e bibliografia material” (Azevedo, 2021, p. 189).

No caso do MoW, já há uma certa falta de representatividade dos livros nos critérios (Azevedo, 2021; Beffa; Napoleone, 2017; Fernandez Zamora, 2009) e também há a predominância de países europeus e arquiteturas consideradas “de elite” (Arizpe, 2000). Azevedo (2021, p. 191) adverte que toda definição que busca ser mundial “[...] já nasce defasada e fora da realidade” e que normalmente os comitês que deliberam sobre assuntos mundiais normalmente são compostos majoritariamente por europeus e norte-americanos, os quais geralmente usam sua “longa tradição” para sustentar seus argumentos. Também é curioso o fato do MoW até hoje, após mais de 30 anos de existência, ter tão poucos registros de livros e bibliotecas apesar de ter nascido a partir da destruição da Biblioteca de Sarajevo.

A partir das reflexões dos autores acima, podemos perceber que muitos deles abordam as questões envolvendo a atuação dos sujeitos definidores de valor e o impacto de suas visões e escolhas no campo do patrimônio. Esse processo de reconhecimento e atribuição é repleto de

mudanças, dinâmicas e conflitos por conta de alguns motivos que citamos ao longo do texto, entre outras, por:

- Diferentes tipos de valores podem coexistir em um bem cultural;
- Nem todos os grupos sociais enxergam o mesmo significado ou valor nas mesmas coisas (Mason, 2002; Muñoz Viñas, [2004]; Lowenthal, 2000);
- Mudanças nas funções primárias/tangíveis e secundárias/intangíveis/função-signo de um bem cultural (Mason, 2002; Muñoz Viñas, [2004]);
- O campo da cultura e do patrimônio é um campo político (Meneses, 2009);
- O peso das decisões “verticais” dos especialistas em relação aos valores e significância, apesar dos aparentes esforços de inclusão de pessoas fora da academia (Zancheti; Hidaka, 2014, p. 4);
- Formas e visões distintas sobre a interpretação e representação dos bens culturais.

É claro que não há uma resolução inequívoca para os problemas de atribuição de valores. Todo método possui falhas e é suscetível à críticas, inclusive o que utilizamos. Porém, acreditamos que o método Significance 2.0 nos ajuda a lidar melhor com algumas dessas e de outras questões porque, primeiro, estabelece etapas e suas respectivas metodologias, garantindo mais transparência e clareza ao processo. Segundo, não estabelece uma hierarquia de valores e busca abordá-los de maneira ampla ao elencar uma série de critérios primários e secundários construídos ao longo de mais de 20 anos de experiência dos autores no ramo de significância cultural. Tais elementos/diretrizes rebatem, por exemplo, as já citadas críticas feitas por Mason (2002) à significância.

Terceiro, especificamente na capacidade de interpretação e representação dos bens culturais, o método utilizado neste estudo nos ajuda a compreender algumas questões expostas nos parágrafos acima. Uma delas é a existência de diversas funções de um bem cultural, que podem ser tangíveis/primárias (função primária, aquela que o objeto foi criado originalmente para fazer) ou intangíveis/função-signo (memória, comunicação de valores, documentação histórica, identidade etc) (Mason, 2002; Muñoz Viñas, [2004]). O Significance utilizado auxilia a reconhecer as diferentes funções dos bens culturais porque conta com diversas formas de perceber suas significâncias (cultural, histórica, espiritual etc). Para isso, sugere etapas que são cumpridas por meio de documentação, relatos, relação com locais, grupos, pessoas e eventos históricos, contexto de criação, entre outros.

Por fim, sobre as decisões “verticais” dos especialistas (Zancheti; Hidaka, 2014, p. 4), o método Significance prevê soluções para a escuta das comunidades e atores sociais relacionados aos bens culturais analisados, possibilitando respaldo e ressonância junto ao público relacionado com o bem cultural analisado (Gonçalves, 2005).

2.1.1 Raridade e o valor dos livros

Não é difícil vermos iniciativas de salvaguarda de acervos documentais privilegiando conjuntos considerados de grande valor histórico, de pesquisa, monetário, entre outros. No caso dos livros e bibliotecas o cenário é parecido. Livros raros e coleções especiais (termo que será discutido mais adiante) costumam ser contemplados em programas, projetos e demais ações com objetivos patrimoniais, como o já citado Programa Memória do Mundo.

A raridade bibliográfica é um aspecto a ser ponderado/examinado nessas ações globais. Esse termo também é complexo e pode ter várias acepções, dependendo do contexto, da finalidade e até da região onde é usado. Assim como os valores e a significância, a raridade é fruto de atribuição e de processos que se desenvolveram ao longo do tempo. Neste trabalho, falaremos sobre livros raros e raridade. Diante dos vários entendimentos sobre o que significa o termo *livro raro*, é importante dedicarmos algumas linhas a esse tema.

Não há setor de uma biblioteca menos conhecido e compreendido do que o de material raro, tanto pelos padrões comuns de uma biblioteca, quanto pelo público em geral (Grupo..., 1994). Aliás, a gestão de materiais raros envolve algumas dificuldades:

Na literatura, encontramos fatos curiosos e algumas dificuldades em relação ao setor de obras raras, dentro de uma biblioteca. Ele é visto, pelo menos, de três formas distintas: DE CIMA, do gabinete do diretor, é visto como um luxo caro; DE LADO, por outras chefias, como um departamento diferente, esnobe; DE FORA, pelo público frequentador, como uma biblioteca um pouco modificada, sofisticada, até, com regras e normas A MAIS a serem cumpridas (Grupo..., 1994, p. 11).

A raridade bibliográfica envolve aspectos do livro enquanto objeto e também meio de transmissão de informações e visões de mundo (Sant’Ana, 2009). Riegl (2014) já escreveu algo semelhante no início do século XX, mesmo sem se referir diretamente a livros raros. Segundo ele, um pergaminho do século XV que registra, por exemplo, a compra de um cavalo possui um “duplo valor de memória”: um em relação aos aspectos físicos do documento (forma do papel, caracteres etc) e outro ao seu conteúdo (condições da transação, nomes, idioma, locuções inabituais etc).

A pergunta sobre o que caracteriza um livro raro depende de fatores comerciais, culturais, históricos, materiais, entre outros. Há vários caminhos que podemos percorrer e não há modos objetivos ou fórmulas (Rodrigues, 2011). O livro raro costuma ser definido pelo senso comum e pela maioria dos dicionários como algo incomum, mais valioso que os livros comuns de mercado e como algo difícil de encontrar (Sant’Ana, 2009).

O tema tem motivado pesquisas ao longo de décadas no Brasil e no mundo. Bessone (2014, p. 206), ao estudar bibliotecas particulares no Rio de Janeiro entre 1870 e 1920, afirma que “o conceito de livro raro ainda não estava definido e seu valor de mercado não era considerado de forma profissional aqui [no Brasil]”. No fim do século XIX, prossegue a autora, os anúncios de livros nos jornais começaram a detalhar mais qualitativamente os exemplares, destacando formato, encadernação, edição, ilustrações, raridade e “tudo que pudesse valorizar o exemplar à venda” (Bessone, 2014, p. 190). Décadas depois, em 1989, é publicado um dos principais livros sobre o assunto no Brasil: *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*, de Ana Virgínia Pinheiro (1989). Nele, a autora revela que não havia investigações bibliográficas que abordassem critérios de raridade de forma metodológica e sistemática.

No âmbito internacional, uma obra que merece destaque é o livro *The invention of rare books*, de David McKitterick (2018). O autor investiga como a ideia de livro raro tomou forma nos séculos XVI e XVII, e como colecionadores, o mercado livreiro e as bibliotecas gradualmente se uniram para identificar cânones que ainda se mantêm hoje. Para ele, o termo *rari libri* surgiu no século XVII e foi cunhado por antiquários holandeses, primeiros comerciantes e colecionadores de livros (McKitterick, 2018). No Brasil, apesar de haver um ou outro anúncio nos jornais, os primeiros anúncios com foco na raridade e características físicas dos livros começaram a surgir no fim do século XIX (Bessone, 2014).

Já Araújo e Silveira (2019) afirmam que a obra *Musaeum Typographicum*, publicada em 1755 pelo livreiro Guillaume-François DeBure iniciou a adjetivação de livros como raros. DeBure selecionou e organizou 110 obras impressas entre 1457 e 1737 e detalhou a raridade de cada um deles, atribuindo-lhes níveis (Araújo; Silveira, 2019). Porém, segundo Jackson (1949), o uso mais antigo da palavra *raro* aplicada a um livro data de 1483, no prólogo escrito por William Caxton para o livro intitulado *Book callid Caton* (ou ainda, *The booke callyd Caton*⁸). O trecho diz o seguinte:

⁸ Disponível em: <https://www.loc.gov/item/48031304/>. Acesso em: 16 jul 2024.

There was a noble clerke named pogius ... , whiche had in the cyte of Florence a noble & well stuffed lybrarye whiche alle noble straungers comynge to Florence desyred to see. **And therein they fonde many noble and rare bookes.** And whanne they had axyd of hym, whiche was the best boke of them alle, and that he reputed for best. He sayd that the helde Cathon glosed for the best book of his lyberarye (Jackson, 1949, p. 315-316, grifo nosso).^{9 10}

Nos antigos catálogos e bibliografias com enfoque em raridade, termos como *raríssimo*, *raro*, *único* etc costumavam aparecer frequentemente e sem critérios aparentes. Atualmente, as bibliotecas se esforçam para elaborar seus critérios de raridade, de modo a guiar suas decisões sobre seleção, aquisição, catalogação, segurança, acesso, entre outras medidas. Além da definição de critérios, é preciso informar de forma clara aos usuários o motivo da possível separação dos materiais em função de suas características Bishop (1942) considera que é injusto com usuários colocar livros em locais separados sem critérios claros e definidos, tendo em vista que são ferramentas de relações públicas, indicando o motivo da separação de alguns itens.

No Brasil, os principais critérios são os elaborados e usados pela Biblioteca Nacional, publicados na Ordem de Serviço 12/1984, de 25 de setembro e empregados até hoje (Siciliano, 2019) por várias instituições, integral ou parcialmente. São eles:

- a) todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII
- b) impressões do século XVIII até 1720
- c) obras editadas no Brasil até 1841
- d) edições de tiragens reduzidas
- e) edições especiais, de luxo, para bibliófilos
- f) edições clandestinas
- g) exemplares de coleções especiais, em geral com belas encadernações e “ex-libris”
- h) exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo-se dedicatórias (Biblioteca Nacional, 1984, p. [1]).

Inclusive há um problema causado pelo uso em larga escala desses critérios por outras bibliotecas sem a devida adaptação. Araujo (2015) critica essa prática e atribui isso à falta de debates e reflexões conceituais sobre gestão de coleções especiais. O autor, de modo igual a Sant’Ana (2009), entende que esses critérios devem funcionar como referência e não como algo pronto, já que as instituições diferem e os significados dados aos acervos também são diferentes. Também não podemos deixar de notar a idade desses critérios, que completam 40 anos em 2024. Por sua vez, Azevedo (2021, p. 179) afirma que o conceito de livro raro no Brasil é “bastante nebuloso”, “defasado” e inspirado parcialmente em parâmetros europeus.

⁹ Transcrevemos a citação de forma literal, preservando o inglês antigo.

¹⁰ A tradução gerada pelo Google Tradutor foi esta: “havia um nobre escrivão chamado Pogius..., que possuía na cidade de Florença uma biblioteca nobre e bem recheada, que todos os nobres estrangeiros que vinham a Florença desejavam ver. E lá encontraram muitos livros nobres e raros. E quando o encontraram, descobriram que era o melhor livro de todos, e que ele tinha a reputação de ser o melhor. Ele disse que o cativo Cathon era considerado o melhor livro de sua biblioteca.

Para a *American Library Association* (ALA) (2007 *apud* Kilmarx *et al.*, 2020, p. 6) o termo *livro raro* é usado para caracterizar um livro que se encaixe em um ou todos os seus seis critérios:

- 1) valor de mercado; 2) raridade e escassez; 3) data e local de publicação; 4) características físicas e intrínsecas; 5) valor bibliográfico e de pesquisa (interesse histórico, cultural ou intelectual); e 6) condição.

Segundo Kilmarx *et al.* (2020), esses critérios vêm de princípios comerciais, não patrimoniais, não indicando o que é raro dentro de uma instituição. Sant’Ana (2009, p. 2) aponta que há uma “quase total divergência” entre colecionadores e gestores de acervos raros sobre a definição de raridade bibliográfica.

Embora ambos reconheçam o valor histórico de uma obra antiga ou de um clássico da literatura, em geral os colecionadores não se prendem à antiguidade de uma obra para sua caracterização como rara, utilizando este termo mais como sinônimo de algo valioso. As bibliotecas, por sua vez, referem-se à data como um dos principais critérios de raridade, reconhecendo na obra a sua possibilidade de uso e não o simples valor monetário.

O autor prossegue e diz que as instituições públicas de memória não costumam utilizar o valor de mercado ou a dificuldade de encontrar uma obra como principais argumentos para atribuição de raridade, mas, sim, a importância histórica e o conteúdo do livro (Sant’Ana, 2009). Em entrevista publicada no site do Museu da Imagem e do Som, Moraes (1981) também explica a diferença entre os interesses das instituições e dos colecionadores:

para um colecionador particular é a beleza do exemplar. O exemplar ser o mais bem conservado possível. Eu acho que o colecionador particular deve sempre comprar bons exemplares. Já para uma biblioteca, o critério seria [variável] porque a biblioteca não tem o livro somente porque ele é raro, ela tem o livro para ser estudado. Então ela pode se permitir ter um exemplar feio, mas que o texto está perfeito, dá perfeitamente pra ler. Os franceses chamam esses exemplares assim, que só dá pra ler, não é de colecionador, de *exemplaire du travail* [...].

No âmbito do colecionismo, os livros se tornam raros a partir de alguns quesitos. Dois deles são a procura e o interesse (Sant’Ana, 2009). De acordo com Moraes (2005), todos os livros que citam algo importante pela primeira vez acabam marcando a história, são procurados, geralmente se tornam raros e possuem valor bibliográfico universal. Camargo (1992, p. 1 *apud* Sant’Ana, 2009, p. 4) pontua que “a raridade está diretamente ligada ao valor do livro no mercado”. Rodrigues (2011, p. 1) também considera que “[...] a raridade está direta e intimamente ligada à escassez da obra, ou seja, um livro alcança o status de raridade bibliográfica quando a sua procura excede a oferta [...]”, o que aumenta seu valor de mercado. Robinson (2012) também reconhece o peso da escassez na raridade bibliográfica, mas alerta que ela não é algo definidor, por si só, de um livro raro, e que o contexto significa bastante.

Essa questão é crucial no entendimento do conceito de livro raro e coleções especiais no Brasil e nos Estados Unidos e Europa. Partindo das reflexões de Kilmarx *et al* (2020), poderíamos dizer que, dependendo da região do mundo, a questão patrimonial pode ser mais presente, enquanto que em outros locais podem predominar o aspecto comercial, a relação oferta e demanda e o valor bibliofílico. No âmbito de uma instituição, “[...] não há material melhor para se divulgar a biblioteca do que o material raro, por ser diferente, pouco comum, às vezes único, o que valoriza a coleção” (Grupo [...], 1994, p. 11).

Há mais de trinta anos, Pinheiro (1990, p. 46) afirmou que o estudo sobre o livro, no Brasil, e “ainda são monopolizadas por bibliófilos e artistas, de modo geral, autodidatas no colecionamento de livros preciosos”. Esse fator talvez tenha contribuído para o predomínio dos critérios comerciais. Interessante notar que a afirmação da autora ainda faz tanto sentido atualmente quanto na época em que foi publicada.

Baseado na literatura consultada, poderíamos dizer que livros raros são incomuns, inéditos, singulares, escassos e procurados, sobretudo comercialmente (Camargo, 1992 *apud* Sant’Ana, 2009; Sant’Ana, 2009; Rodrigues, 2011). O termo, não necessariamente como o conhecemos hoje, existe desde o fim do século XV, até onde pudemos pesquisar.

O livro raro pode ser estudado em relação ao seu conteúdo (texto, mensagem) e sua materialidade (objeto), podendo servir como documento histórico, registro de tecnologias, transmissor de visões de mundo, entre outras possibilidades (Riegl, 2014; Sant’Ana, 2009). O conceito não tem uma definição segura, o que gera debates em todo o mundo. Uma ferramenta usada para direcionar a atribuição de raridade é a relação de critérios institucionais. Mesmo assim, instituições públicas de memória e entidades comerciais, incluindo colecionadores, divergem sobre isso e adotam diretrizes diferentes para lidar com livros raros, podendo privilegiar aspectos patrimoniais ou comerciais (Sant’Ana, 2009), dependendo da região do mundo (Kilmarx *et al*, 2020). No Brasil, o conceito é considerado “bastante nebuloso” e “defasado” (Azevedo, 2021, p. 179).

Azevedo (2021) defende a consideração sobre o valor patrimonial em vez do bibliofílico. Wright (1957) acredita que a primeira regra que o bibliotecário de livros raros precisa aprender é que a raridade por si só não pode ser critério do valor de um livro para a aprendizagem. O autor também considera que todo bibliotecário de livros raros precisa avaliar a “genuína utilidade” do material que está adquirindo para os pesquisadores, isto é, os livros raros precisam servir para fins de aprendizagem.

O *Significance* não serve para substituir a atribuição de raridade, isso é resultado da aplicação de critérios institucionais. São propósitos diferentes. Na verdade, o método serve para aprofundar e complementar os conhecimentos sobre os sentidos e interpretações de um item ou coleção, além de comunicá-los (Russell; Winkworth, 2009). Sabemos que, mesmo com critérios, até a própria raridade varia de acordo com a região, de onde o livro está, entre outros motivos (Kilmarx *et al*, 2020; Rodrigues, 2011). Isso também acontece com os significados e valores atribuídos aos itens como já apresentado e discutido. Dessa forma, diante dessas variedades de aspectos a considerar, utilizar o *Significance* e suas etapas permite abranger e comunicar a significância e a raridade dos itens de forma mais ampla e rica, indo além de conferir uma lista de critérios, mas produzindo um texto corrido, simples e explicativo.

Outra contribuição do *Significance* é a possibilidade de trazer diversas “vozes” ao processo de análise de um livro raro. Sabemos que boa parte dos conhecimentos sobre esse assunto vem de colecionadores (Pinheiro, 1990). É claro que essa base de conhecimentos é pioneira e fundamental para áreas como a Biblioteconomia e a História. Contudo, escutar outros públicos pode suscitar novas visões, valores e significados sobre livros raros e as coleções as quais fazem parte.

2.1.2 Coleções especiais

Diretamente ligadas aos livros raros, as coleções especiais são igualmente complexas de serem definidas e sua conceituação pode variar de acordo com a cultura, o país, a instituição, entre outros fatores. Segundo R. Greenhalgh e M. Greenhalgh (2022) a literatura traz duas categorias de conceituação: uma relacionada à caracterização das obras por seus atributos físicos ou assuntos, e outra como um local ou seção que acomoda obras diferenciadas e com valor histórico. Algumas definições nos ajudam a entender o que são coleções especiais. Uma delas é a proposta pelo *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, no qual Cunha e Cavalcanti (2008, p. 92) definem coleção especial como “[...] acervo ou setor que geralmente fica separado do acervo geral devido ao assunto ou formato dos documentos. As obras raras e os multimeios se enquadram nesta categoria”.

Outra definição mais completa, mesmo excluindo as coleções caracterizadas por formato ou assunto, é a proposta por Dooley e Luce (2010, p. 16, tradução nossa):

Definimos coleções especiais como materiais de biblioteca e arquivo em qualquer formato (ex.: livros raros, manuscritos, fotografias, arquivos institucionais) que geralmente são caracterizados por seu valor artefactual ou monetário, formato físico, singularidade ou raridade e/ou um compromisso institucional com a preservação e o

acesso a longo prazo. Geralmente ficam em uma unidade separada com segurança e serviços ao usuário especializados. A circulação de materiais geralmente é restrita.

Uma das definições mais gerais é a proposta pela Association of College and Research Libraries (2020, *online*, tradução nossa): “Toda a gama de materiais de fontes primárias textuais, gráficas e artefatos em formatos analógicos e digitais”, o que inclui “livros impressos, itens efêmeros, manuscritos, fotografias, mapas, obras de arte, materiais audiovisuais, materiais de arquivo e outros objetos”.

Ou seja, de modo generalista, podemos dizer que coleções especiais são conjuntos de materiais considerados peculiares, singulares e valiosos (valor histórico, monetário, de pesquisa etc) para a instituição a ponto de serem armazenados separadamente das coleções gerais sob condições diferenciadas de acesso, segurança e preservação (Greenhalgh, R.; Greenhalgh, M., 2022; University of Glasgow, [2019]). Podem incluir livros raros ou não. Segundo a Association of Research Libraries (2003), elas podem incluir itens não duplicados, singulares e raros, bem como ter associação com pessoas e instituições importantes para a história, cultura, política, ciência ou as artes.

Como dito anteriormente, o conceito de coleção especial surgiu da ação de separar livros e manuscritos das coleções gerais por motivos de segurança e preservação. Na segunda metade do século XIX, a Biblioteca do Congresso do Estados Unidos, frequentemente indicada como a maior do mundo¹¹, começou a guardar e separar livros, panfletos, documentos, manuscritos, materiais efêmeros considerados raros (Library of Congress, 2025). A expressão “seção/divisão de coleções especiais” costuma abranger livros raros, manuscritos, arquivos e demais tipologias agrupadas como uma unidade separada das demais (Kilmarx *et al.*, 2020).

Assim, fatores como o crescimento dos acervos, da aquisição de livros importantes e seu uso por acadêmicos levou as bibliotecas a criarem espaços separados das coleções gerais para abrigar livros e manuscritos considerados antigos, valiosos, raros, únicos ou frágeis demais para estarem nas prateleiras de livre acesso e também emprestadas (Bishop, 1942; Cullingford, 2022). Em 1907, quando o autor foi superintendente da Sala de Leitura da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, ele relata que encontrou vários livros com a etiqueta “*office*” (escritório, em tradução livre). Nesse grupo de obras estava incluída uma “escolhida e extensa coleção de *erotica*” (Bishop, 1942, p. 377, tradução nossa).

Diferentemente do livro raro, que costuma ser valioso individualmente, uma coleção especial tem valor enquanto conjunto e pode, inclusive, tornar um livro raro porque ele pertence a

¹¹ Uma das fontes é esta: <https://www.bostonbrandmedia.com/news/top-10-biggest-libraries-in-the-world>. Acesso em: 07 jul. 2025.

uma determinada coleção importante (Biblioteca Nacional, 2014; University of Glasgow, [2019]). Essas obras também podem se tornar especiais porque pertenceram a alguma pessoa ilustre ou por possuir alguma dedicatória ou autógrafo desta (Cóscia, 2015).

Há também coleções que se tornaram especiais porque possuem valor histórico e de pesquisa em relação a um determinado tema. É o caso da Coleção ABIA, localizada na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Formada pela documentação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), teve como objetivo reunir a partir dos anos 1980 o máximo de informações sobre AIDS produzidas no Brasil e no mundo (Lima; Almeida; Risi, 2019).

Muito do que estudamos sobre coleções especiais surgiu no exterior (Greenhalgh, R.; Greenhalgh, M., 2022). Sobre o contexto brasileiro, Cóscia (2015, p. 71) afirmou que “[...] apenas recentemente as coleções especiais passaram a ser vistas como um material bibliográfico diferenciado, que exigia um tratamento técnico específico nas Bibliotecas”. A autora apontou que faltava, a muitas instituições, estudos e “critérios práticos para o recebimento consciente de coleções especiais” (Cóscia, 2015, p. 75). Na mesma época, Araújo (2015) considerou que havia ausência de um debate conceitual sobre coleções especiais e livros raros. Segundo ele, isso colaborava para que os curadores monumentalizassem suas coleções a partir do uso “alargado, automático e por vezes pasteurizado” dos critérios de raridade da Biblioteca Nacional “em grande parte das bibliotecas de nosso país” (Araújo, 2015, p. 22). Concordamos com o autor quando ele entende que

estes critérios devem funcionar como princípios e referências e não, necessariamente, como instrumentos totais, uma vez que as instituições diferem umas das outras e que os significados dados aos documentos podem ser outros (Araújo, 2015, p. 22).

Parece que essa afirmação ainda tem certa validade. Azevedo (2021), em seu texto sobre livros raros e patrimônio bibliográfico, defende um maior estímulo às discussões locais e regionais, para que os profissionais envolvidos com bibliotecas não fiquem restritos aos critérios da Biblioteca Nacional. O autor salienta que, por mais óbvio que possa ser, a finalidade de uma biblioteca nacional não é a mesma de uma biblioteca pública, por exemplo. Como as coleções especiais dependem de fatores locais, regionais ou institucionais, por exemplo, é “urgente”, em um país do tamanho do Brasil, “haver debates em microescalas” (Azevedo, 2021, p. 197). No Brasil, as coleções especiais podem ter aspectos diferentes daqueles estudados e consolidados no exterior (Greenhalgh, R.; Greenhalgh, M., 2022).

Essa falta de debates conceituais acaba interferindo no tratamento dispensado às coleções especiais no Brasil, pois são necessários conhecimentos e habilidades específicas que só podem

ser amadurecidas e bem empregadas a partir do avanço de estudos e discussões conceituais. Esse conhecimento acumulado também é importante no momento do diálogo interdisciplinar com profissionais como restauradores, técnicos em microfilmagem e digitalização, encadernadores e todos aqueles envolvidos no tratamento de livros raros e coleções especiais (Pinheiro, 2015). Ainda segundo Pinheiro (2015, p. 38)

[...] o bibliotecário de livros raros se distingue dos outros bibliotecários por causa das qualidades que deve possuir, das competências que lhe são exclusivas e dos conhecimentos que deve acumular. Tais qualidades e conhecimentos atribuem caráter de gestão estratégica à custódia de coleções especiais.

Esses conhecimentos possibilitam melhores decisões sobre prioridades de processamento (catalogação, preservação etc), reprodução, condições de acesso, segurança, armazenamento, acondicionamento e serviços e produtos (Pinheiro, 2015). Segundo R. Greenhalgh e M. Greenhalgh (2022), as preocupações principais na gestão de coleções especiais são a proteção e a preservação das obras, que nortearão as decisões de tratamento. Portanto, é necessário haver ferramentas de gestão de coleções que possam direcionar a tomada de decisão.

2.1.3 Avaliação e seleção de livros

A análise e a seleção de livros estão intrinsecamente relacionadas à valoração de acervos, pois são processos que têm como ponto central a ação de escolher. Como as instituições culturais costumam sofrer com a falta de recursos (financeiros, humanos, infraestrutura etc), não é possível salvaguardar e oferecer tratamento técnico a todos os itens da mesma forma. Isso leva profissionais a refletirem de forma criteriosa sobre a alocação de recursos cada vez mais escassos. A valoração se relaciona com esses processos na medida em que permite perceber os valores presentes nos objetos, fornecendo subsídios e argumentos para priorização de certos objetos ou coleções consideradas importantes para as instituições e seus respectivos públicos. Além disso, a valoração promove o estudo e o conhecimento sobre os acervos, podendo descobrir, resgatar ou realçar o valor e importância dos bens culturais.

Diversas metodologias e ferramentas de análise e seleção foram discutidas por vários profissionais ao longo do tempo. Contudo, houve falta de consenso especialmente sobre o que será ou não incluído nos planos de salvaguarda. E ainda há decisões sobre as prioridades dentro do conjunto selecionado.

Nesse contexto, a avaliação de significância proposta pelo método é particularmente útil porque “pode ser incluída para todo tipo de tarefas na gestão de coleções [...]”, como, por

exemplo, na geração de “parâmetros sobre as prioridades de conservação e para a tomada de decisões sobre o seu tratamento, de maneira tal que o valor do objeto seja entendido e preservado” (Russel; Winkworth, [2021], p. 26). Com base em informações adquiridas criteriosamente, pode-se planejar e agir com mais responsabilidade e objetividade.

Diante da revisão teórica realizada até aqui, percebemos que os valores possuem diversos tipos, dinâmicas e características que devem ser consideradas no momento da avaliação de acervos. Especificamente sobre preservação, Atkinson (2001, p. 16) reproduz uma frase que, segundo ele, resume o problema fundamental de preservação no âmbito do desenvolvimento de coleções: “enquanto todos concordarão que nem tudo precisa ser preservado para sempre, há muito menos concordância sobre que livros exatamente não necessitam ser preservados”. Esse era um problema discutido nos anos 1980, época que viu surgir cada vez mais publicações sobre o processo de escolhas sobre o que preservar e, conseqüentemente, o que não preservar. No texto chamado *Deciding what to save*, Margaret Child (1982) faz críticas à falta de consenso e iniciativas de planejamento de preservação em bibliotecas, especialmente na seleção para preservação. Ela questionava qual era exatamente o escopo dos problemas de conservação e quais segmentos deveriam ser perseguidos primeiro, o que envolveria o estabelecimento, por exemplo, de recortes temporais e geográficos dos itens mais carentes de atenção.

Child (1982, p. 2-3) adverte que nem tudo pode ser preservado para sempre. Na realidade, segundo ela, deveríamos pensar em uma “deterioração planejada”, já que apenas uma “minúscula” parte dos materiais será preservada em sua forma original e o resto existirá em fac-símiles ou reproduções. Child (1982, p. 2, tradução nossa) é categórica: “há uma escolha a ser feita”. Na verdade, há várias escolhas elencadas pela própria autora: devemos escolher apenas os livros e itens seriados ou tudo que está em papel? Como determinar quais materiais serão preservados em seus formatos originais e quais terão seu conteúdo intelectual transferido para outro meio/mídia? Quem decide isso?

Aliado a isso, Atkinson (2001, p. 24) chamava a atenção, também nos anos 1980, para o “relativismo ético e a tolerância humanística que caracterizam nossa era e profissão”. Isto é, em linhas gerais, uma tendência a considerar que tudo é ou pode ser relevante, retirando o caráter absoluto dos critérios de avaliação. Diz o autor que essas tendências relativísticas foram adotadas por bibliotecas de pesquisa norte-americanas no fim do século XX.

Não há dúvida alguma em minha mente de que esta é a razão principal para o fato de as coleções de pesquisa estarem sendo cada vez mais dirigidas por um ideal de ‘inclusividade’. A Library of Congress é considerada a melhor biblioteca do país [EUA]: não é apenas uma coincidência que ela seja também a maior. Quantidade é qualidade em

uma biblioteca de pesquisa e esta perspectiva evoluiu, posso afirmar, principalmente em face da nossa incapacidade de definir ou medir a qualidade bibliográfica em quaisquer outros termos (Atkinson, 2001, p. 25).

O resultado dessas condições apontadas foi a dificuldade em descartar materiais, algo que persiste até hoje em coleções especiais em bibliotecas. Em rápida busca na internet, encontramos poucos textos sobre o assunto, enquanto que na Arquivologia e Museologia o tema é debatido com mais frequência. Alguns exemplos são as políticas da Simon Fraser University (Canadá)¹², do Pont-Ball Library (EUA)¹³ e o próprio Museu de Astronomia e Ciências Afins¹⁴. Ainda nos anos 1980, Atkinson (2001) criticava a falta de critérios e aparatos mais claros e objetivos que guiassem o descarte de materiais. Em meio ao relativismo que o autor criticava, “qualquer afirmação tem valor potencial e qualquer afirmação é, assim, merecedora de retenção. Pode-se imaginar se já houve, antes, uma era tão monumentalmente mal equipada para elaborar um sistema de deterioração planejada” (Atkinson, 2001, p. 25).

Diante desse cenário, Child (1982) pergunta se não seria mais fácil, rápido e barato apenas começar o processo de avaliação por algum lugar. Em seguida, ela responde a algumas perguntas que fez durante o texto, propondo alternativas de recorte temporal, geográfico e de tipologias. A autora conclui e insiste que

[...] não devemos nos preocupar muito com os detalhes mais delicados da definição do escopo, mas devemos começar a lidar com a parte mais facilmente compreensível do problema, de forma organizada, o mais rápido possível. Tudo o que for feito será um grande passo à frente da atual postura de continuar a torcer as mãos e não fazer nada (Child, 1982, p. 3, tradução nossa).

Devemos ter cuidado com as decisões que tomamos com base nesses valores. Atkinson (2001) diz que as duas decisões fundamentais que permeiam todos os processos da preservação são *o que* preservar e *como*. Devemos pensar nos atores, nos métodos, nos valores envolvidos, para quem conservar, entre outras coisas. Outra preocupação é que as decisões sobre *por que* conservar muitas vezes são tomadas independentemente de *como* será feita a conservação. Isso acontece, em parte, por causa da relativa separação das esferas de profissionais envolvidos no processo de conservação, apesar da área ser interdisciplinar e requerer profissionais de várias áreas (Report, 2000; Berducou, 2007).

¹² De-accessioning of Library Special Collections and Rare Book material policy. Disponível em: <https://www.lib.sfu.ca/about/branches-depts/special-collections/about/de-accessioning>. Acesso em: 09 abr. 2024.

¹³ Archives & Special Collections. Disponível em: <https://www2.stetson.edu/library/about-us/departments/archives/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

¹⁴ Política de Aquisição e Descarte de Acervos. Disponível em: https://www.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

Hazen (2001) ressalta também a decisão sobre a escala da preservação, isto é, preservar coleções ou itens individuais? Essa é uma decisão que ele considera “crucial”, que afeta as medidas de tratamento. Se escolhermos a coleção, devemos pensar em políticas que se apliquem a todos os materiais. Isso envolve gerenciamento de riscos e controle ambiental, por exemplo. Essas decisões de preservação eliminam a necessidade de análise caso a caso e, assim, são “relativamente fáceis de se formular e executar” porque “eliminam a necessidade de escolha entre itens específicos” (Hazen, 2001, p. 11). Por outro lado, se escolhermos os itens individuais, devemos analisar caso a caso, o que dificulta mais o processo de um modo geral, pois na “na preservação item-por-item, eles devem determinar que documentos merecem menos a destruição”, gerando “escolhas repetidas entre itens específicos” (Hazen, 2001, p. 10-11).

Essa dificuldade que os profissionais da conservação têm de tomarem decisões se deve ao fato deles não terem muitas oportunidades de discutir com acadêmicos e especialistas sobre as implicações de seus trabalhos. Geralmente os conservadores chegam após os julgamentos de valor terem sido tomados, e isso dá a impressão de que tudo está previamente estabelecido (Bluestone, 2000). A conservação, de acordo com o mesmo autor, deve integrar a interpretação e a discussão sobre as relações entre os objetos e seus significados ao trabalho de conservação, preservação e restauração. O autor continua dizendo que, ao mesmo tempo, é necessário menos abstração para contribuir mais na elaboração de políticas e decisões feitas por conservadores e gestores culturais.

Na mesma linha, Mason (2002) e Hazen (2001) ressaltam que os conservadores costumam ser habilidosos em perceber aspectos técnicos do contexto do patrimônio, como temperatura, umidade, níveis de pH, hidrólise ácida, deterioração etc. e têm desenvolvido metodologias para analisar esse contexto, contudo, esses profissionais precisam perceber outros contextos, como o econômico, cultural e político. Hazen (2001) diz que a literatura sugere que a preservação é uma área “própria e exclusiva” dos químicos, físicos e cientistas afins. Ao contrário da literatura, o autor defende que “[...] devido aos imensos custos da preservação, toda esta questão deveria estar vinculada àqueles que definem a política bibliotecária geral e que distribuem recursos para implementá-la” (Hazen, 2001, p. 7). Mason (2002) conclui dizendo que é importante considerar esses contextos (social, cultural, econômico etc.) tão séria e profundamente quanto o artefato/sítio em si.

Além de observar os contextos e os envolvidos, devemos observar o que queremos preservar. Muñoz Viñas ([2004], p. 75, tradução nossa) chama atenção para o que ele chama de conservação informacional, que “sacrifica” o objeto em prol da informação contida nele. Essa opção se aplica a objetos que não são “destacadamente simbólicos”. Apesar dele mesmo salientar

que os especialistas podem extrair informação de quase todos os objetos, e que, partindo desse pressuposto, toda conservação seria informacional, ele defende que há sistemas capazes de conservar a informação sem a necessidade de se manter o suporte. Um exemplo disso seria o conteúdo de um CD-ROM que precisa ser conservado. As principais opções seriam fazer uma cópia do CD ou levar sua informação para outro suporte, o que nos permitiria, segundo ele, dispensar o CD original (Muñoz Viñas, [2004]).

Isso pode ser aplicado aos livros. No âmbito universitário, onde estamos inseridos, vemos que os livros correntes são vistos apenas como suportes de informação textual facilmente encontráveis no mercado e “em qualquer biblioteca” (Azevedo, 2021, p. 200). Contudo, a partir do momento que algum livro que hoje é corrente adquirir valor simbólico, a situação mudará e seu suporte será tão importante quanto seu conteúdo. Mesmo assim, é comum vermos chefias e até bibliotecários levando essa ideia de substituíbilidade muito a sério. Segundo Weitzel e Santos (2018), descarta-se hoje o que será procurado ou comprado amanhã. Vamos ao encontro de Muñoz Viñas ([2004], p. 76-77) quando ele afirma que “[...] todos os objetos são únicos em um sentido ou outro”. Aspectos como marcas de proveniência, encadernação e outras características advindas após a impressão podem singularizar um exemplar, tornando-o único e insubstituível.

Segundo Lancaster (2004, p. 1), “uma avaliação é feita não como um exercício intelectual, mas para reunir dados úteis para atividades destinadas a solucionar problemas ou tomar decisões”. Para auxiliar nesse processo, Ogden (2001, p. 9-10) elenca sete perguntas que nos auxiliam a estabelecer valores permanente, de pesquisa ou educacional de uma coleção ou publicação com o objetivo de determinar prioridades de tratamento:

1. Qual a importância do tema documentado por essa coleção ou essa publicação? Sua significância principal é local, estadual, regional, nacional ou internacional?
2. Como essa coleção ou publicação se relaciona a outros materiais pertencentes ao mesmo tema?
3. Como a coleção se relaciona aos materiais sobre a mesma matéria pertencentes a outras instituições?
4. A informação nela contida é única ou repete informações contidas em registros, publicações ou outras fontes pertencentes a outras instituições?
5. A instituição está comprometida a continuar documentando esse tema?
6. Por que seria melhor gastar recursos com a preservação desse material do que adquirir material novo?
7. Qual o impacto que a destruição desse material teria na documentação e na compreensão do tema?

Ao longo desse processo, Ogden (2001) nos diz que “é muito útil” reconhecer que grande parte dos materiais da maioria das instituições não têm valor permanente, sendo de interesse atual e, portanto, devem ser protegidos de modo a serem úteis pelo maior tempo possível. Isso ocorre

bastante em universidades e centros de pesquisa, por exemplo, que precisam acompanhar o progresso das ciências em andamento.

Apesar da avaliação ser um processo humano, subjetivo por natureza, há formas de se diminuir isso e chegar a resultados mais objetivos e claros. Há diversos métodos e cada um tem suas características. Entre outras funções, eles servem para determinar prioridades de tratamento. Um dos pioneiros é a abordagem materialística, esboçada por Ross Atkinson, bibliotecário que trabalhava com desenvolvimento de coleções da Universidade de Iowa, Estados Unidos, em 1986. Essa metodologia nos auxilia a selecionar uma categoria de materiais a serem preservados de acordo com o valor, finalidade e grau de deterioração (Hannesch, 2013).

Atkinson (2001, p. 19) elaborou o que ele chamou de ciclo de decisões, que envolve quatro perguntas que se sucedem: o que necessita de preservação? O que deveria ser preservado? Que modos são possíveis? Que modos deveriam ser utilizados? Ele também dividiu os materiais em três categorias de preservação: *classe 1* (elevado valor econômico), *classe 2* (materiais muito usados) e *classe 3* (materiais com pouco uso, mas com potencial de pesquisa no futuro) (Quadro 2). É possível também usar esse método para decisões sobre itens individuais. Cada classe tem um modo primário de preservação, um âmbito de decisão e um tipo de decisão, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Tipologias de preservação de Ross Atkinson

	Classe 1	Classe 2	Classe 3
objeto	elevado valor econômico	elevado valor de uso	pouco uso/ pesquisa futura
modo primário	restauração	substituir/reparar	microforma
âmbito da decisão	local	local	regional/nacional
tipo de decisão	macro	micro	macro

Fonte: Atkinson, 2001, p. 21.

Sua proposta ainda hoje é reconhecida. Sua contemporânea, Margaret Child, então diretora assistente das bibliotecas da Smithsonian Institution e estudiosa do tema sobre seleção de prioridades, escreveu um texto complementando as observações de Atkinson, também em 1986. Dizia ela que a estratégia do colega

de dividir o acervo das bibliotecas de pesquisa em categorias distintas, com cada uma delas sendo tratada diferentemente no processo de seleção para preservação, é tão óbvia que parece simplista, mas acredito que seja a única maneira útil de dividir o problema em segmentos manejáveis (Child, 2001, p. 32).

A autora prossegue e, ainda nos anos 1980, afirma que “agora é tecnologicamente possível salvar tudo. [...] pela primeira vez na história, nós realmente temos uma escolha e a maioria das pessoas não gosta de fazer escolhas” (Child, 2001, p. 33-34). Unindo-se a Atkinson, ela confessa que

De fato, passei a acreditar, como Atkinson, que o único método psicologicamente prático para se incitar bibliotecários e estudiosos a fazer as escolhas necessárias é enfocar a parte superior da escala, identificando os materiais mais importantes [...] e obscurecendo ou ignorando a consequência de tal decisão, isto é, que se permita que outros materiais se deteriore e, finalmente, desapareçam (Child, 2001, p. 33-34).

Hannesch (2013) também comenta sobre a abordagem materialística, dizendo que suas vantagens são justamente identificar imediatamente as categorias que precisam de um certo tipo de tratamento e, então, priorizar os materiais de acordo com seu estado de conservação e valor. Contudo, a autora adverte que é necessário ter clareza no enquadramento dos materiais e também ter um conjunto de informação adequado, pois é a partir disso que as ações serão definidas.

Mason (2002) propõe o que ele chama de *toolbox approach* (abordagem da caixa de ferramentas, em tradução livre). Diz ele que para analisarmos completamente os valores patrimoniais é necessário manter uma espécie de caixa de ferramentas, ou seja, variados métodos e ferramentas, como análises de especialistas, avaliações etnográficas, entrevistas, análises históricas/políticas etc. O objetivo da caixa de ferramentas é reunir todos os valores patrimoniais, construindo uma forma prática de subsidiar a elaboração de políticas e a tomada de decisão. O grande ganho dessa abordagem é a triangulação de dados, que nos permite produzir uma resposta mais precisa do que uma abordagem com poucos dados.

Oliveira (2020), em sua tese, teve como objetivo construir um modelo matemático automatizado para valorar objetos museológicos de forma qualitativa e quantitativa a partir do inventário e fichas catalográficas dos itens do acervo, bem como por meio de axiomas, associação de valores objetivos e valores subjetivos. Os valores são parametrizados por especialistas dos museus avaliados em conformidade com as respectivas políticas de preservação do acervo museológico (Oliveira, 2020). Dependendo do somatório dos pontos atribuídos a cada valor percebido nos objetos, estes podem receber rótulos de significância *alta*, *regular* ou *pequena* (Oliveira, 2020).

Entretanto, por mais que o método elaborado por Oliveira (2020) também tenha o objetivo de racionalizar a valoração, ele apresenta um resultado numericamente ponderado, sem uma declaração de significância. Prevê apenas um campo denominado “observações”, que pode conter informações retiradas de obras de referência, de registros institucionais anteriores ou de

depoimento de especialistas. Por mais que os números sejam uma forma objetiva de perceber alguma realidade, acreditamos que a declaração de significância, em forma de texto, pode tornar o resultado da valoração mais claro e acessível, servindo para uso em catálogos, exposições e demais formas de divulgação e estudo de coleções.

Observamos, assim, que a preservação de acervos e seus processos de seleção são um grande dilema evidenciado pela vontade inicial de preservar tudo, em contraponto com a escassez de recursos. Atkinson (2001) e Child (1982), nos anos 1980, criticaram a falta de critérios claros para descarte e o chamado "relativismo ético", que supervalorizava a inclusividade em detrimento da qualidade. Já Atkinson (2001) apontava que a dificuldade em definir o que era qualidade bibliográfica resultava na ideia de que "quantidade é qualidade". Nesse contexto, Child (1982) defendia uma "deterioração planejada", reconhecendo que nem tudo pode ser salvo, e defendeu ações e escolhas claras sobre o que e como preservar. Assim, influenciada pelo colega, Child (2001) endossou a categorização de Atkinson como uma forma prática de lidar com o problema, mesmo que isso implicasse a deterioração de alguns materiais.

Percebe-se que a decisão sobre *o que* preservar e *como* é central. Hazen (2001) destacou a importância de decidir a escala da preservação, desde o item até a coleção. Essa dificuldade na tomada de decisões foi apontada por Bluestone (2000), que sugeriu mais integração entre a conservação e a interpretação do significado dos objetos. Mason (2002) e Hazen (2001) enfatizaram que, além dos aspectos técnicos, os conservadores precisam considerar contextos econômicos, culturais e políticos, argumentando que a preservação não deve ser restrita a cientistas. Os bens culturais não se restringem a materialidade, também trazem consigo aspectos intangíveis, como os valores. Considerar os significados dos objetos, como ressaltado pelos autores acima, é fundamental para compreender melhor esses bens e com isso tomar decisões mais adequadas sobre como, por que e *quando* tratá-los. Nossa metodologia escolhida, o *Significance*, pode colaborar nessa tomada de decisão porque fornece subsídios para a análise de aspectos tangíveis (ex.: estado de conservação) e intangíveis (ex.: valores envolvidos), oferecendo informações embasadas e completas sobre um item ou coleção.

Sob outra perspectiva, Muñoz Viñas ([2004]) defende a conservação informacional, priorizando o conteúdo sobre o suporte físico para objetos considerados não simbólicos (notadamente, para este trabalho, os livros). Contudo, essa ideia atinge diferentes níveis a partir da singularidade de cada item, mesmo os aparentemente substituíveis, devido a características como proveniência e encadernação (Muñoz Viñas, [2004]; Weitzel; Santos, 2018). Para guiar o processo de avaliação, autores como Ogden (2001), Atkinson (2001) e Mason (2002) propuseram métodos

e ferramentas para avaliar e categorizar materiais de acordo com seu valor, uso e potencial de pesquisa. Já Oliveira (2020) buscou a automatização da valoração de objetos museológicos por meio de um modelo matemático, porém optou por não utilizar uma declaração de significância, como pretendemos aqui.

Um dos trabalhos sobre o *Significance* em bibliotecas é o de Starling (2021), que aplicou o método ao avaliar a coleção de livros raros da Donald Robinson Library, do Moore College, na Austrália. O trabalho foi fruto de uma bolsa do *Community Heritage Grants*, programa da Biblioteca Nacional da Austrália que tem como objetivo preservar bens culturais móveis do país. Pesquisando no *site*¹⁵ do programa, nos últimos cinco anos, foram contemplados nove projetos de avaliação de significância em bibliotecas na Austrália. Não encontramos o texto completo desses trabalhos, apenas o de Starling (2021), o qual passamos a explorar.

A autora resumiu sua avaliação da seguinte forma:

A coleção de livros raros da Donald Robinson Library possui significância histórica, de pesquisa e social, derivado dos próprios livros, das subcoleções discretas em que estão agrupados e da história da coleção como um todo.

A coleção de livros raros também possui grande significância de pesquisa. As coleções e os livros individuais que as compõem são de enorme valor para pesquisadores de diversas disciplinas históricas, incluindo teologia histórica, história colonial e história europeia moderna. Os pontos fortes da coleção são a história da Reforma e a história australiana (particularmente a história social e religiosa relacionada ao desenvolvimento e à influência do anglicanismo no contexto australiano).

A coleção possui certa importância espiritual e sociocultural. Vários itens da coleção, incluindo muitas Bíblias e livros de orações, seriam considerados por cristãos de diversas tradições religiosas como possuidores de um tipo de significância espiritual estendida ou derivada, com base em seu conteúdo e histórico de uso. Possui significância sociocultural devido à maneira como documenta a batalha do século XIX entre anglicanos de todo o espectro, desde os *High Tractarians* até os puritanos/evangélicos, e o impacto duradouro que essa batalha teve na cultura da diocese e (por extensão) da cidade em geral (Starling, 2021, p. 3, tradução nossa).

Contudo, a autora se ateve aos resultados de sua análise. Ela deixa claro que utilizou o *Significance*. Acreditamos que nosso diferencial está em explicar melhor cada uma das etapas em vez de apenas mostrar os resultados, como Starling preferiu fazer. Nossa intenção é contribuir para o aumento da visibilidade do método.

¹⁵ Disponível em:

<https://www.library.gov.au/services/grants/community-heritage-grants/community-heritage-grant-recipients-and-reports>. Acesso em: 09 set. 2025.

2.2 BIBLIOTECAS PARTICULARES

Ao longo da história das grandes bibliotecas do mundo, podemos perceber que muitas delas têm seus núcleos formadores compostos por bibliotecas particulares. Mas, antes, é necessário definir o que são bibliotecas particulares. No contexto deste trabalho, preferimos adotar os termos biblioteca pessoal, privada ou particular para nos referirmos a acervos bibliográficos que foram ou são propriedade de alguém, sejam eles mantidos por fundos públicos ou não (Cunha; Cavalcanti, 2008). Essa medida tem como objetivo facilitar a leitura e evitar a repetição excessiva de termos.

Seguindo as reflexões de Provenzano (2021), que pesquisou sobre as bibliotecas dos chamados museus-casa a partir da biblioteca de Rui Barbosa, a autora compilou alguns conceitos presentes na literatura estrangeira e brasileira e concluiu, com base nesses conceitos, que os adjetivos *pessoal*, *privado* e *particular* não denotam, inclusive, uma relação obrigatória entre biblioteca e um espaço domiciliar, já que tais bibliotecas podem estar em locais de trabalho ou até em mais de um imóvel, os quais podem ter sido adquiridos ou construídos especificamente para abrigar a totalidade ou parte dos acervos particulares (Provenzano, 2021). Essas coleções, não raro, foram doadas por desejo de seus respectivos proprietários ou familiares. Inclusive é comum que os acervos dessas bibliotecas cresçam a partir de outras doações feitas ao longo do tempo.

No contexto das bibliotecas universitárias brasileiras, por conta da difícil realidade orçamentária, muitas vezes são as doações de acervos particulares que ajudam a atualizar e aumentar as coleções das bibliotecas, apesar de haver compras de livros e assinatura de periódicos e bases de dados. Como nos diz Bessone (2018), o processo histórico brasileiro de compras e doações de acervos pessoais por parte de instituições públicas não ocorreu de forma sistemática e nem foi incentivado. Tais operações dependeram de “complexas negociações” que, de certo modo, ajudavam a combater uma tendência de desmembramento e dispersão (Bessone, 2018, p. 136). Esse processo histórico é parecido em outros países. Estudando o Antigo Regime em Portugal, Campos (2018, p. 37) afirma que o destino “mais comum” das bibliotecas particulares era a dispersão ocasionada por partilhas, heranças ou vendas.

Quando a família ou o proprietário decidem passar adiante algum acervo, as opções mais frequentes são a venda ou a doação. Já os destinos mais comuns costumam ser instituições culturais e científicas. No contexto universitário brasileiro dificilmente há compras de bibliotecas particulares. Segundo Beffa e Napoleone (2018, p. 90):

A doação de uma coleção traz a possibilidade de completar, enriquecer e atualizar o acervo ou um determinado assunto: é possível receber obras esgotadas, raras e especiais, em melhor estado de conservação do que a já existente no acervo. Ou ainda para aumentar o número de exemplares para melhor atender a demanda de consulta e empréstimo.

A própria existência e a formação de uma biblioteca privada é um ato voluntário que reflete, em certo grau, os gostos do seu proprietário (Campos, 2018). Ou, ainda, como ressalta Ferreira (2008, p. 3):

[...] uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros. O fato de um indivíduo ter escolhido determinados temas e autores, entre tantos outros, o hábito de preservar os livros em casa, guardá-los em móveis especialmente construídos para este fim, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor a esses objetos, não apenas por suas qualidades implícitas, mas por apreciar o seu toque, o seu cheiro, a sua encadernação. Esta seleção, seja por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por status, define uma razão que ajuda a fazer a diferença entre livros esparsos e espalhados, e uma biblioteca, mesmo que pequena.

Moles (1978, p. 40) corrobora essa visão ao dizer que, independentemente do tamanho, uma biblioteca “nunca é a soma de objetos caducos”, mas uma coleção construída progressivamente por acumulação. Ou seja, as bibliotecas particulares guardam características dos seus proprietários e também fornecem pistas sobre o contexto no qual foram criadas (Santiago, 2018). Frieiro (1945, p. 74), ao estudar a biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, participante da Inconfidência Mineira (1789), diante da falta de informações sobre a vida do religioso na época, afirmou “sem temor de errar” que a relação dos livros que lhe foram sequestrados era “a melhor notícia biográfica que dele nos ficou”. Desse modo, as bibliotecas particulares podem ser entendidas como “atos autobiográficos”. Como a construção ou reforço da identidade pessoal se realiza a partir de interações entre o “eu” e o “outro”, logo podemos concluir que, por mais particular, subjetiva e fechada que uma biblioteca pessoal possa parecer, ela também é construída “sempre em relação ao outro”, sendo uma forma frequente de expor objetos pessoais à esfera pública (Meneses, 1998, p. 97).

O estudo de bibliotecas privadas oferece diversas possibilidades e contribuições. Pode-se focar nos aspectos materiais (marcas de proveniência, marcas intrínsecas e extrínsecas), relações sociais (dedicatórias), gostos pessoais, influências literárias, entre outros. Um dos exemplos é a utilidade das pesquisas sobre a biblioteca de Machado de Assis:

Na verdade, a pesquisa sobre o que restou da biblioteca de Machado de Assis pode fornecer subsídios para várias questões: 1) o levantamento de obras que ele leu e a comparação de seu universo de leitura com os padrões da época, no Brasil e na Europa; 2) a comprovação (ou não) de hipóteses já levantadas por críticos, teóricos e historiadores da

literatura sobre as influências de outros escritores em Machado; 3) a comprovação da relação de Machado com o pensamento “científico” da época (psiquiatria, lingüística etc.); 4) a verificação das opiniões expressas em anotações à margem dos livros; 5) a reconstrução histórica do papel das obras do acervo no horizonte da época em que Machado viveu (Jobim, [1999], online).

Nesse contexto, como uma possibilidade de estudo, Campos (2018) sugere observar, a partir dos livros de alguém, o que é igual (isto é, a moda da época) e o que é diferente (interesse específico da pessoa). A primeira linha de investigação nos permitiria identificar, por exemplo, as obras mais lidas, o pensamento da época, as influências, estilos etc. A segunda linha possibilitaria compreender o perfil leitor/coleccionador individual (Campos, 2018). Santiago (2018, p. 35), ao discorrer sobre o processo de institucionalização da biblioteca particular do médico Fernandes Figueira, destaca seu potencial documental como fonte de pesquisa:

[As bibliotecas particulares] podem oferecer conhecimento pelo que está impresso ou pelo que foi agregado ao exemplar no decorrer de sua existência. A institucionalização de bibliotecas particulares permite à sociedade desfrutar de todos estes benefícios sem ter que anular a identidade da coleção ou de seu coleccionador, sendo ainda pertinente a uma instituição responsável pela guarda, preservar os seus itens e a sua memória.

O processo de doação e posterior institucionalização de acervos privados apresenta desafios, decisões importantes e cuidados. Beffa e Napoleone (2018) defendem a importância de políticas de doação e critérios de seleção e avaliação de cada obra em relação às demandas e à realidade da instituição. As autoras ressaltam aspectos que devem ser observados no momento da doação: existência de duplicatas (ou triplicatas), autores consagrados, obras antigas ou de um período que merece atenção, estado de conservação, recursos institucionais.

A dispersão e a decisão sobre o que será doado também são questões importantes e difíceis de responder, tanto para quem doa, quanto para quem recebe. Há casos de doadores que decidem doar parte do acervo para instituições diferentes, julgando ser mais pertinente. Também há casos de pessoas que, por acharem que determinado acervo não é interessante para uma instituição, decidem mantê-lo em família ou até descartá-lo. Ainda, há situações nas quais os doadores se desfazem de todos os materiais, sem qualquer seleção, e depois percebem que precisam de um ou mais itens, retornando à instituição para recuperar. Seja qual for a situação, o desmembramento de acervos pode afetar sua contextualização e posterior tratamento (Silva, 2021).

Contudo, devemos ter cautela ao estudar e analisar bibliotecas particulares como uma espécie de imagem “fidedigna” de seus donos, pois não necessariamente todos os livros foram lidos (ou sequer abertos), cuidadosamente selecionados e preservados deliberadamente (Provenzano, 2021). Benjamin (1987, p. 230) adverte que a suposição de que um coleccionador de livros leu tudo que possui é equivocada e antiga

Seria - vocês hão de perguntar - uma característica do colecionador não ler livros? Dir-se-ia que é a maior das novidades. Mas não, pois especialistas podem confirmar que é a coisa mais velha do mundo, e menciono aqui a resposta que Anatole France tinha na ponta da língua para dar ao filisteu que, após ter admirado sua biblioteca, terminou com a leitura obrigatória: - E o senhor leu tudo isso, *Monsieur France*? - Nem sequer a décima parte. Ou, por acaso, o senhor usa diariamente sua porcelana de Sèvres?

Ou seja, podemos perceber que a presença ou ausência de uma obra não revela, de forma taxativa, opiniões, ideologias ou predileções, e que, dada a complexidade existencial da trajetória de cada ser humano, é necessário compreender uma biblioteca privada de forma holística, abrangendo criador e criatura, em conjunto (Provenzano, 2021).

As bibliotecas particulares têm sido a base da formação de grandes acervos, um fenômeno ainda presente em bibliotecas universitárias brasileiras, onde as doações são cruciais para complementar ou até criar coleções, especialmente as especiais. Beffa e Napoleone (2018) enfatizam que essas doações podem enriquecer os acervos com obras raras, além de suprir a demanda dos usuários. No entanto, a história das compras e doações de acervos pessoais no Brasil sofreu com a falta de sistematização, dependendo de "negociações complexas" que, de certa forma, ajudam a evitar a dispersão dessas coleções (Bessone, 2018), que pode afetar a compreensão de seus contextos (Silva, 2021).

Apesar dos pontos positivos, a doação e institucionalização de acervos privados exigem cuidados. Beffa e Napoleone (2018) ressaltam a necessidade de políticas e critérios de seleção rigorosos, considerando duplicatas, estado de conservação e recursos institucionais, por exemplo.

O *Significance* pode colaborar no estudo das bibliotecas particulares inteiras porque contém mecanismos de análise tanto de itens, quanto de coleções. Como evidenciado pela literatura, o estudo de bibliotecas particulares, como é o caso da Coleção Maximiano de Carvalho e Silva, tem desafios e exige cuidados para compreender os contextos de criação e desenvolvimento desses acervos e também aspectos de seus proprietários. O *Significance* e suas etapas podem abranger tudo isso de forma documentada, metódica e mais aprofundada, evitando interpretações precipitadas e literais.

2.3 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

O termo patrimônio tem origem na palavra *pater*, que significa pai ou paterno, isto é, é algo que passa de pai para filho (Murguia; Yassuda, 2007). Choay (2001, p. 11) salienta que a palavra, em sua origem, estava ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável [...]”. Ao longo do tempo ela foi requalificada e ganhou diversos adjetivos

(histórico, genético, natural etc), o que a tornou um conceito nômade (Choay, 2001). A noção de patrimônio, tal como a conhecemos hoje, teve origem na França revolucionária, quando a ideia de nação era algo novo, causando rupturas com a visão da época (Chuva, 2009).

Gonçalves (2007) escreve que o patrimônio não é usado apenas para representar, simbolizar e comunicar, mas também para promover ação por meio dos símbolos que o compõem. O patrimônio, continua o autor, media humanos e divindades, mortos e vivos, passado e presente, construindo e formando pessoas. Esse patrimônio, segundo Melot (2004), transforma pessoas em povos e territórios em nações.

Nenhuma ideia social pode existir sem sua correspondente manifestação física (Pearce, 2000; Varoli-Piazza, 2007). A materialidade é algo inerente à noção de patrimônio (Chuva, 2009). Em seus respectivos textos, Melot (2004) e Pedraza Garcia (2010) usam o termo objetos patrimoniais. Melot (2004) os define como objetos sem os quais uma comunidade não poderia existir. O autor defende que o contrário também se aplica: os objetos patrimoniais também precisam das comunidades para existirem. Pedraza Garcia (2010) explica que esses objetos possuem valores artístico, histórico e, em menor medida, valor informativo, que ajudam a conhecer o passado.

Gonçalves (2003) explica que esses objetos materiais podem até ter propósitos práticos, mas possuem significados sociais e constituem uma espécie de extensão moral de seus proprietários. Sobre como essa relação objetos-pessoas ocorre, Murguía-Marañón (2007) defende que há quatro níveis: no primeiro nível os objetos são vistos de forma utilitária. No segundo nível, alguns objetos são produzidos para alterar ou fabricar outros objetos, isto é, tornam-se instrumentos ou ferramentas. No terceiro nível são estabelecidos vínculos simbólicos com os objetos. O quarto e último nível começa quando há acumulação, o ato de colecionar.

Há tipos de patrimônio. Um deles, que vale a pena citar, é o patrimônio de ciência e tecnologia (PC&T). Segundo Araújo, Ribeiro e Granato (2017, p. 17), na Carta do PC&T:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural. 2. [...] inclui artefatos, construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agrônomicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.

A Carta de 2017 menciona os livros e documentos, bem como as coleções científicas de todas as áreas de conhecimento, em seu item 3, ao elencar os objetos de significação cultural da ciência e tecnologia (Araujo; Ribeiro; Granato, 2017), reconhecendo sua função no desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Não é de hoje que os livros são reconhecidos como patrimônio. No contexto latinoamericano, desde pelo menos 1987, com o trabalho de Monte-Mór (1987), fala-se, com mais ou menos frequência, sobre patrimônio bibliográfico no Brasil. Gauz (2015), na época de publicação do seu artigo, considerava que o assunto estava se aprofundando principalmente por conta dos esforços de digitalização de acervos raros desde a década de 1990. Por outro lado, Pedraza Garcia (2010) escreveu que o patrimônio bibliográfico é uma das tipologias patrimoniais que mais tem demorado a ser incorporada aos dispositivos de proteção. No contexto brasileiro, Santos e Reis (2018, p. 229) observaram que a noção de patrimônio bibliográfico no País “está em processo de construção e que até o momento está associada à prática do depósito legal para obras correntes e ao controle da circulação de obras raras e antigas”. Os trabalhos de Gauz (2015) e Santos e Reis (2018) estudaram como o tema foi tratado na legislação e nos dispositivos legais brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI.

O patrimônio bibliográfico conta com diversas conceituações ao redor do mundo. É possível observar que os países latinoamericanos, além de Portugal e Espanha, para citar alguns exemplos, discutem o tema mais profundamente, ora utilizando o termo patrimônio bibliográfico, ora patrimônio documental ou ainda patrimônio bibliográfico e documental, que podem apresentar conceituações diferentes. A UNESCO, nas *Recomendações sobre a preservação e acesso ao patrimônio digital, incluindo em formato digital* (ou *Declaração de 2015*, como a chamam) define patrimônio documental como

O património documental compreende aqueles documentos únicos – ou grupos de documentos – de valor significativo e duradouro para uma comunidade, uma cultura, um país ou para a humanidade em geral, e cuja deterioração ou perda seria um empobrecimento prejudicial. O significado desta herança só pode tornar-se claro com o passar do tempo. O património documental mundial é de importância e responsabilidade global para todos, e deve ser totalmente preservado e protegido para todos, com o devido respeito e reconhecimento dos costumes e práticas culturais. Deve ser permanentemente acessível e reutilizável por todos, sem obstáculos. Fornece os meios para a compreensão da história social, política, coletiva e pessoal. Pode ajudar a apoiar a boa governança e o desenvolvimento sustentável. Para cada Estado, o seu património documental reflete a sua memória e identidade, contribuindo assim para determinar o seu lugar na comunidade global (UNESCO, 2015, p. 3, tradução nossa).

Considerando que nossa pesquisa é feita em contexto latinoamericano, interessa-nos o conceito abordado por Jaramillo e Marín-Agudelo (2014), que consideram o patrimônio bibliográfico como parte de um conjunto maior e mais amplo: o patrimônio documental é pontuado por eles como:

qualquer expressão de linguagem oral ou escrita, ou qualquer expressão gráfica, sonora, audiovisual ou multimídia, recolhida em qualquer suporte material, atual ou futuro, gerada no exercício da atividade de pessoas e sociedades em qualquer momento, passado ou presente (Garrido, p. 48, 2012 *apud* Jaramillo; Marín-Agudelo, p. 427, 2014, tradução nossa).

Na visão deles, patrimônio bibliográfico é

todo documento que represente o sea la expresión de identidad cultural de un conglomerado social, comunidad o nación, editado en cualquier soporte (papel, magnético, acetato, óptico o microforma), sin importar el formato de su presentación (libro o monografía, folleto, afiche, cartografía, revista, boletín o prensa) (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014, p. 428).¹⁶

Jaramillo e Marín-Agudelo (2014) pensaram primeiro na classe dos documentos e depois em uma subclasse, que é o patrimônio bibliográfico, o qual tem o livro como sua “máxima expressão” (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014, p. 428). Isso ajuda a localizar e delimitar espaços ao falarmos, por exemplo, de livros e documentos de arquivo. Ambos são documentos, mas os livros fazem parte do patrimônio bibliográfico segundo os autores. Complementando, Beffa e Napoleone (2017) também consideram patrimônio bibliográfico a produção intelectual de uma instituição, bem como obras que traduzam sua memória coletiva.

É evidente que conceitos podem ser alvo de debates, mas selecionamos a visão de Jaramillo e Marín-Agudelo (2014) por conta do seu aspecto lógico, claro e geral, além de estar alinhado com o pensamento latinoamericano, contexto do qual fazemos parte. Também nos interessa a visão ampla do período de produção das obras.

No Brasil isso é uma questão relevante porque a legislação insiste em chegar até o século XIX ou, dependendo do caso, até o XX (Santos; Reis, 2018; Azevedo, 2021). Santos e Reis (2018) fizeram um estudo sobre os dispositivos legais de proteção ao patrimônio bibliográfico no Brasil. Elas citam, por exemplo, as Leis nº 4.845/65 e 5.471/1968, que buscam proteger os livros e

¹⁶ Qualquer documento que represente ou seja expressão da identidade cultural de um conglomerado social, comunidade ou nação, publicado em qualquer suporte (papel, magnético, acetato, óptico ou microforma), independentemente do formato de sua apresentação (livro ou monografia, folheto, cartaz, cartografia, revista, boletim ou imprensa) (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014, p. 428, tradução nossa).

conjuntos bibliográficos antigos de saírem do Brasil ilegalmente. Santos e Reis (2018, p. 251-252), fazem uma crítica a essas duas leis:

[...] já bastante antigas, pecam pela utilização do critério temporal para definir o valor cultural, critério este não mais usado pela Constituição Federal. Assim, por esses diplomas legais, as obras de arte produzidas a partir de 16.11.1889 e os acervos bibliográficos do século XX e XXI ficam virtualmente desprotegidos. Isto levou à perda praticamente definitiva de uma obra de arte importante como o Abaporu, óleo de Tarsila do Amaral, que foi transferido para a Argentina. E permite a livre exportação de obras como a primeira edição de Os Sertões de Euclides da Cunha (1902), cujos exemplares receberam várias correções manuscritas a nanquim feitas pelo próprio autor.

Em nosso país, mesmo após décadas de legislação sobre patrimônio bibliográfico e documental, ainda temos muito a avançar na avaliação dos nossos acervos, pois ainda se usam critérios temporais, por exemplo, algo bastante raso para lidar com o tamanho da discussão sobre patrimônio bibliográfico.

No contexto local do nosso estudo, o chamado patrimônio bibliográfico universitário é uma questão recorrente. Ao mesmo tempo que as universidades devem estar atualizadas com os mais recentes avanços da ciência, também devem se atentar ao seu patrimônio. Ou seja, é necessário olhar para frente e para trás com o mesmo cuidado e responsabilidade.

Felizmente há diversos trabalhos sobre o patrimônio bibliográfico universitário. Souza (2017) buscou propor critérios de seleção e formação de coleções especiais universitárias a partir da Biblioteca Paulo Geyer, da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a aplicação dos critérios, a autora chegou a obras candidatas a possíveis coleções especiais, como aquelas de autoria de professores da Escola de Química da UFRJ e outros institutos da universidade.

Sobrinho (2019), em sua dissertação, elaborou uma política de formação e desenvolvimento de coleções especiais universitárias a partir da análise da biblioteca particular do Prof. Oswaldo de Almeida Costa, doada à Escola de Farmácia da UFRJ. A autora usou a “valoração patrimonial” a partir de autores como Alois Riegl e Norma Lacerda como estratégia de reconhecimento da importância da coleção junto à comunidade acadêmica do Curso de Farmácia da UFRJ e também como justificativa de preservação e conservação do material (Sobrinho, 2019, p. [8]). Sobrinho (2019) se aproxima da nossa pesquisa porque também aborda a valoração. Ela defende que a construção de valores pode servir como justificativa para preservar uma coleção. Uma vez construídos e atribuídos, esses valores ajudam na compreensão da importância e no estabelecimento de prioridades de tratamento, orientando a tomada de decisão (Sobrinho, 2019).

Conceição (2023) pesquisou a indexação e a materialidade das teses raras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como forma de acesso a esse patrimônio bibliográfico e recomendou diretrizes voltadas a esse tipo de material. A autora entende a catalogação como sinônimo de preservação *lato sensu*, pois não podemos preservar o que não conhecemos e o catalogador, ao descrever as particularidades de uma obra, tem papel importante nesse processo.

Porém, o trabalho que mais se aproxima do nosso intuito foi o de Carvalho (2021), bibliotecária que trabalhou por volta de 30 anos na UFF. Ela estudou a temática de formação e desenvolvimento de coleções especiais no âmbito da UFF. Preocupada com o risco de descarte em razão do baixo número de empréstimos de obras que podem ter integrado a bibliografia básica de cursos da Universidade, produziu um produto técnico-científico com critérios de seleção e avaliação das obras raras e coleções especiais nas bibliotecas da UFF partindo de documentação sobre a história dos cursos e da avaliação de livros e suas marcas de proveniência. O modelo da aplicação desses critérios, também criado pela autora, foi a proposta de criação da atual Coleção Paulo Py, constituída pelas obras adotadas no então Curso Autônomo de Biblioteconomia, atual Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação da UFF. Além disso, Carvalho (2021, p. 24) procurou analisar os critérios de seleção de livros raros e especiais já existentes na UFF e mapear as características mais importantes da atual coleção Paulo Py Cordeiro que “endossam e exemplificam a relação patrimonial com o curso de Biblioteconomia da UFF”.

Apesar de permear seu trabalho, a autora não teve como objetivo tratar propriamente de valores e significância, mas defende que a avaliação de acervos pode servir para atribuir valores aos documentos por meio de pesquisas sobre proveniência, importância para os cursos da UFF, quando foi adquirido, o motivo da aquisição, entre outros estudos. Assim, juntamente com o trabalho de Carvalho (2021), podemos dizer que a UFF está adiantada nessa discussão, haja vista o folheto *Documentos raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação*, publicado em 1987. O folheto tem como objetivo

[...] oferecer elementos que possibilitem a identificação, reunião, tratamento e manutenção desse acervo valioso, já existente ou por existir, nas coleções da UFF, destinando-se, principalmente, a profissionais que atuem nas suas bibliotecas. Pretende definir normas e procedimentos técnicos, além de propor recomendações que poderão contribuir para identificação e manutenção das obras raras e/ou valiosas do acervo geral da UFF (Documentos, 1987, p. [7])

Sant’Ana (2001) chama atenção para o trecho que fala sobre o acervo “já existente ou por existir”, pois, segundo ele, isso indica a preocupação da UFF sobre as futuras aquisições. A atual instrução normativa da Universidade que versa sobre esse assunto (Instrução Normativa SDC/UFF

nº 4, de 17 de maio de 2023¹⁷) mantém esse entendimento sobre o patrimônio local, ou seja, aquelas obras publicadas pela e sobre a UFF, por seus servidores, bibliografias do início dos cursos, além de periódicos. No documento publicado em 1987 estão descritos os critérios que abrangiam tanto “obras raras e/ou valiosas” de um modo geral, como o conteúdo de outros tipos de obra. Os principais para nós são os seguintes: “‘UFF’: importantes como documentário das atividades editoriais da Universidade e que, evidentemente, são o reflexo de sua ação e atuação’; ‘Editoras fluminenses’; ‘Autores fluminenses’; ‘Rio de Janeiro’; ‘Obras consagradas, no ensino da UFF’ (Documentos, 1987, p. 13).

Além disso, elencou “exemplares raros e/ou valiosos”, que têm a ver com características físicas (dedicatórias, marcas, etc), e “peças raras e/ou valiosas”, que abrangem os outros materiais como mapas, selos, plantas, cartazes etc. Há um critério sobre “selos comemorativos relacionados à UFF” (Documentos, 1987, p. 15), “diplomas e certificados da UFF ou por ela recebida” (Documentos, 1987, p. 16) e “móveis, lustres, louças, objetos de adorno, instrumentos científicos e de trabalho, máquinas diversas [...] e outras que, de algum modo, estejam ligadas à história e às atividades da UFF, até posterior deliberação” (Documentos, 1987, p. 16). Ou seja, podemos dizer que já havia uma preocupação com o patrimônio de ciência e tecnologia.

Para termos ideia do vanguardismo dessa iniciativa, a já citada Carta do PC&T, em 2017 (30 anos após a publicação do folheto da UFF) ainda destaca a pouca atenção e a inexistência de políticas voltadas para essa tipologia de patrimônio cultural (Araújo; Ribeiro; Granato, 2017).

Mesmo diante da importância desses livros e documentos, o patrimônio bibliográfico universitário no Brasil encara alguns percalços. Um deles é a questão dos critérios do MEC. Carvalho (2021, p. 21) argumenta que as bibliotecas universitárias precisam seguir critérios “draconianos” do Ministério da Educação, que “[...] parecem não levar em consideração as diferenças na forma de produção do conhecimento entre os cursos de Ciências Sociais e Biomédicas, por exemplo”. Segundo o Indicador 5.10 do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, documento que norteia o credenciamento e credenciamento de instituições de ensino, a nota máxima é atribuída se “há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores”(Instrumento, 2017, p. 28).

¹⁷ Disponível em:

<https://boletimdeservico.uff.br/wp-content/uploads/sites/620/2023/08/94-23-RETIFICADO.pdf#page=57>. Acesso em: 10 maio 2024.

Além disso, um critério recorrente na avaliação é a frequência de uso. Muitos bibliotecários e gestores também sempre perguntam a utilidade de livros e coleções, já que “ninguém os consulta” e, portanto, não faria sentido mantê-los na coleção pois estariam ocupando o espaço, recurso considerado valioso pelas bibliotecas, de outros livros mais novos que precisam ser dispostos nas estantes para os alunos e os avaliadores do MEC. Weitzel e Santos (2018, p. 61) citam essa questão e se preocupam com esse “descarte massivo e sistemático” de coleções impressas com baixo uso. Para Fernandez Zamora (2009), os gestores esquecem ou desconhecem que o que faz algo ser reconhecido é seu estudo e divulgação, de modo que não se pode valorizar aquilo que não se conhece. Ao mesmo tempo, os bibliotecários estão tomados de tarefas que muitas vezes dificultam/impedem de fazer essa pesquisa e divulgação. Aliado a isso, Azevedo (2021) aponta a deficiência em conhecimentos de História do Livro e Bibliografia Material, o que pode dificultar a identificação do potencial de pesquisa daqueles exemplares considerados velhos e sem utilidade.

Segundo Weitzel e Santos (2018, p. 63):

Por outro lado, tem sido consenso entre várias instituições e associações de bibliotecários de caráter internacional e nacional, tal como a Seção da IFLA de Obras Raras e Coleções Especiais (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2018), da American Library Association (2008) e Association of Research Library (2009), que um dos principais desafios que se apresenta hoje é a necessidade de lidar com coleções especiais, sobretudo coleções impressas, oriundas dos Séculos XIX e XX. Levine-Clark (2014) também considera que a melhor resposta que as bibliotecas universitárias podem dar no ambiente híbrido (materiais de informação impresso, eletrônicos, entre outros) é garantir o foco nas coleções especiais.

É fundamental compreender que, por mais que o patrimônio bibliográfico tenha raízes no passado, ele é construído hoje, de forma cotidiana e dinâmica para o futuro. Segundo Wain (2011), quando dizemos que preservamos para as gerações futuras, estamos nos referindo a pessoas, cientistas, historiadores e demais pesquisadores ainda não identificados que esperamos que utilizem os recursos patrimoniais. Devemos ter prudência porque não somos capazes de avaliar plenamente o valor de um documento no futuro, pois isso, geralmente, é papel das gerações seguintes (Zaher, 1989).

Assim, não é válido descartar algo apenas baseado em seu uso e aparente obsolescência atuais. O saber humano e a história não surgiram do nada, pelo contrário, são essencialmente cumulativos. Além do pragmatismo, que, sozinho, pode cegar e nos levar erroneamente à decisões simples para problemas complexos, é necessário identificar e registrar os diferentes significados presentes nos bens culturais. Criar, gerir, desenvolver e preservar coleções patrimoniais consiste,

entre outras ações, em entender e procurar representar os grupos sociais e atender, na medida do possível, seus interesses e necessidades de modo a obter ressonância e aderência entre pessoas e coleções, atraindo atenção para sua preservação e divulgação, garantindo acesso contínuo.

A noção de patrimônio que conhecemos hoje nasceu na França revolucionária, atrelada à ideia de nação (Chuva, 2009). O patrimônio não apenas simboliza, mas também promove ações por meio de seus símbolos, mediando relações entre humanos e divindades, passado e presente, transformando pessoas em povos e territórios em nações (Gonçalves, 2007; Melot, 2004). No contexto dos bens tangíveis, os chamados objetos patrimoniais são definidos por Melot (2004) como essenciais para a existência de uma comunidade, e vice-versa. A relação entre esses objetos e as pessoas se desenvolve em níveis, desde o utilitário até a acumulação para colecionar (Murguía-Marañón, 2007; Gonçalves, 2003). Esses níveis podem ser vistos nos diferentes tipos de patrimônio. Um desses tipos é o chamado patrimônio de ciência e tecnologia (PC&T). A chamada Carta do PC&T (2017) abrange o legado tangível e intangível do conhecimento científico e tecnológico, incluindo livros e documentos, reconhecendo seu papel no desenvolvimento do saber (Araújo, Ribeiro e Granato, 2017).

O tipo de patrimônio que nos interessa é o patrimônio bibliográfico. Embora seja discutido no Brasil desde pelo menos 1987 (Monte-Mór, 1987) e incentivado pela digitalização nos anos 1990 (Gauz, 2015), Pedraza Garcia (2010) observa que ele demorou a ser incorporado em dispositivos de proteção. No contexto brasileiro, sua noção ainda está em construção, associada ao depósito legal e ao controle da entrada e saída de obras raras do País (Santos; Reis, 2018). A legislação também tem falhas, pois foca em critérios temporais e acaba negligenciando obras mais recentes.

Já o patrimônio bibliográfico universitário enfrenta o desafio de equilibrar a atualização científica com a preservação de sua história. Trabalhos como os trabalhos de Souza (2017), Sobrinho (2019) e Conceição (2023) exploram a seleção, valoração e tratamento técnico de coleções especiais, reconhecendo a importância de atribuir valores para justificar a preservação e guiar a tomada de decisão, por exemplo: para conservação, reprodução e acesso. A UFF, onde estamos inseridos, demonstrou pioneirismo em 1987, estabelecendo critérios para identificar e preservar seu acervo, incluindo itens de ciência e tecnologia. Contudo, desafios persistem, como os critérios do MEC que priorizam o uso em detrimento do valor histórico, levando ao descarte massivo de materiais considerados "pouco consultados" (Weitzel; Santos, 2018). Isso contraria a visão que valoriza coleções especiais e a compreensão de que o valor de um documento no futuro

é praticamente imprevisível (Wain, 2011; Zaher, 1989). A preservação deve ir além do pragmatismo, criando critérios abrangentes para garantir o acesso futuro ao conhecimento.

3 COLEÇÃO MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

O professor Maximiano foi o segundo diretor do Instituto de Letras da UFF (1970-1974), além de outras funções (Universidade Federal Fluminense, 2025). Focou seus estudos em Crítica Textual, Lingüística Portuguesa, estudos literários e estudos históricos. Também foi membro da Comissão Diretora do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, bem como membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia (ABF) e também diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa entre 1970 e 1975 (Universidade Federal Fluminense, 2022). Lecionou na UFF entre 1957 e 1989, quando se aposentou. Ministrou aulas de Língua Portuguesa, de Orientação de Estudos e Pesquisas, de Filologia - Crítica Textual e de Estudo de Problemas Brasileiros na graduação e na pós-graduação em Letras (Curriculum..., 20-?). Também foi docente em instituições no atual Estado do Rio de Janeiro como o Colégio São Bento, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Colégio Pedro II, Colégio de Aplicação da então Faculdade Nacional de Filosofia (Curriculum..., 20-?).

As tratativas da doação da coleção bibliográfica do referido professor começaram em 2023, um ano após sua morte. A viúva, Sra. Dirce Carvalho e Silva, procurou a UFF para dar destino aos livros. O acervo estava localizado em um apartamento no bairro de Icaraí, em Niterói (RJ). A primeira visita, feita por nós e a bibliotecária responsável pelo CORES, ocorreu em 7 de junho de 2023. A coleção estava organizada ora por assuntos (Filologia, Linguística etc), ora por autores, principalmente brasileiros e portugueses, com destaque para Machado de Assis, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Joaquim Nabuco, José de Alencar, entre outros, conforme podemos ver na Figura 2. Na parte de livros técnicos sobre Letras, há autores considerados clássicos como Manuel Said Ali, Evanildo Bechara, Sousa da Silveira etc. Havia também livros de sua autoria e material arquivístico, como atas do Instituto de Letras, fotografias, materiais didáticos etc.

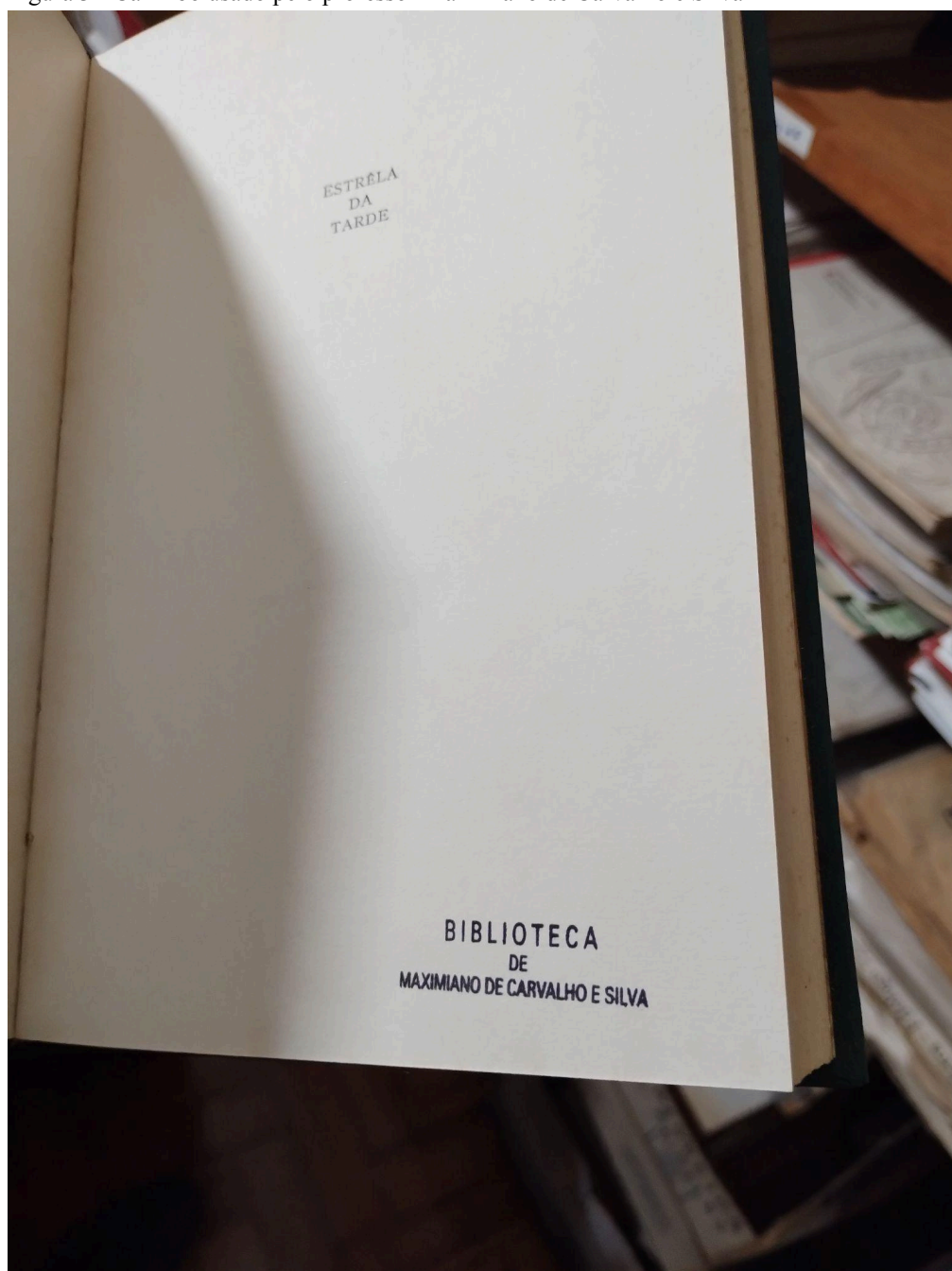
Figura 2 - Vista parcial da Biblioteca Maximiano de Carvalho e Silva



Fonte: O autor, 2023.

Muitos livros também trazem o carimbo do proprietário, conforme mostrado na Figura 3. A marca foi colocada pelo próprio Maximiano. Outras marcas presentes na coleção são anotações sobre a forma de aquisição, raridade e o preço pago pelo livro. Percebemos isso principalmente nas primeiras edições de autores célebres como Machado de Assis e Camilo Castelo Branco, objetos de estudo do professor.

Figura 3 - Carimbo usado pelo professor Maximiano de Carvalho e Silva



Fonte: o autor, 2023.

Podemos perceber que o acervo ajuda a compreender melhor o perfil de quem a possuiu, constituindo um ato biográfico voluntário que refletia gostos e interesses de leitura e pesquisa (Campos, 2018; Santiago, 2018). Ainda, seu arranjo e organização (no caso, por autores) pode revelar as formas de pensar e pesquisar de Maximiano (Moles, 1978).

A sra. Dirce afirmou desconhecer a existência de um catálogo e também não o localizamos, mas poderíamos estimar, pelo tamanho do apartamento e da quantidade de estantes (a

maioria repleta de livros), que havia mais de 10 mil exemplares. Por questões de espaço, a equipe não pôde levar toda a coleção à UFF. Como o professor trabalhava com Crítica Textual, ele frequentemente tinha várias edições de uma mesma obra. A Biblioteca Central do Gragoatá (BCG), que atende o curso de Letras, já enfrenta um grave problema de falta de espaço em seus três andares e dispõe de vários títulos que o Professor Maximiano possuía. Já o CORES possui um espaço ainda muito mais reduzido, o que motivou uma seleção criteriosa dos materiais à luz da Instrução Normativa SDC/UFF n. 4, de 17 de maio de 2023¹⁸, que estabelece critérios de raridade para o acervo bibliográfico da UFF (Anexo 2). A Instrução traz influências do trabalho de R. Greenhalgh (2022) ao englobar também periódicos e temáticas como movimentos sociais e identidades de gênero.

Sabemos que a totalidade é importante, que o arranjo é importante (Moles, 1978). Mas, considerando que ele foi estudioso de Machado e Camilo, tentamos ser representativos, cumprir a IN 04/2023 da UFF, aproveitar melhor o espaço disponível e trazer obras que transmitissem sua área de atuação e parte de seus interesses, como será demonstrado adiante. Na época da aquisição a IN era, e ainda é, o único instrumento relacionado à coleções especiais e livros raros no âmbito da UFF.

Conforme aponta a literatura citada, os critérios de raridade são importantes para avaliar e utilizar os recursos disponíveis com eficiência. Como o CORES e nem a BCG não têm espaço adequado, pessoal e recursos financeiros suficientes, não foi possível receber toda a coleção, o que levou a equipe a selecionar criteriosamente alguns poucos exemplares. Do conjunto total da biblioteca original do professor, a equipe do CORES e do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LACORD) selecionou 44 títulos distribuídos em 49 volumes de autores brasileiros e portugueses, que hoje formam a Coleção Maximiano de Carvalho e Silva, coleção especial sob a guarda do CORES, pois são livros considerados raros de acordo com os critérios da Instrução Normativa SDC/UFF n. 04/2023. Neste sentido, a seleção foi realizada com base nos critérios de raridade, considerando ainda títulos representativos para a trajetória acadêmica de Maximiano.

Após a assinatura do termo de doação em maio de 2024, iniciaram-se os trabalhos de catalogação e organização da coleção. Hoje, o conjunto está catalogado, separado e identificado dentro do acervo do CORES, que mantém outras coleções especiais na mesma condição. A

¹⁸ O documento é inspirado pelas diretrizes da Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional, 1984), com adaptações, e prosseguiu com a prática de incluir critérios que valorizassem Niterói e a Região Fluminense como um todo, como feito ainda em 1987, no documento da UFF mencionado (Documentos, 1987).

organização adotada pela unidade é a localização fixa e seu acesso é público e local, com agendamento prévio.

4 METODOLOGIA

Para realizar o processo de valoração dos livros da Coleção Maximiano de Carvalho e Silva foram utilizados as etapas e critérios do método *Significance* 2.0. Trata-se de um guia para valoração de coleções, publicado em 2009 pelas autoras Russell e Winkworth. Mais especificamente, o método busca “[...] determinar a significância de peças individuais, coleções e projetos transversais entre coleções” (Russell; Winkworth, 2009, p. 13). Segundo a primeira edição do *Significance*, suas origens remontam ao ano de 1996, quando o recém-criado *Heritage Collections Council* (HCC)¹⁹ identificou que as coleções australianas estavam pouco detalhadas em relação à avaliação de valores e significância cultural (National Library of Australia, 2010; Russell; Winkworth, 2001).

Como parte de um programa de coordenar políticas e estratégias para conservar e dar acesso às diversas coleções espalhadas pela Austrália, o HCC liderou o desenvolvimento da *Australian Museums On-line* (AMOL), uma base de dados que reuniria os acervos dos museus australianos. Durante o desenvolvimento da AMOL, o HCC pediu que os museus identificassem e listassem seus objetos mais significativos. Contudo, as listas entregues estavam mais focadas na descrição física dos objetos do que na sua importância. Por mais que muitos museus já adotassem o conceito de significância na época, era necessário um conjunto de critérios padronizados para avaliar a significância de quaisquer coleções (Russell; Winkworth, 2001).

Entre 2006 e 2007 o HCC decidiu verificar a utilidade da primeira edição do método *Significance* por meio de assessorias e conversas com os autores sobre suas experiências desde o lançamento. Em abril de 2007 foi lançada uma enquete, cujas respostas, além de pesquisas bibliográficas, orientaram a elaboração da segunda edição. Exatamente um ano depois, foi realizada uma oficina que permitiu os autores ouvirem a experiência de quem aplicou o método em uma “ampla variedade de coleções e cenários”. Em fevereiro de 2009 foi aprovada a primeira versão do *Significance* 2.0, avaliada por aproximadamente 100 pessoas envolvidas com o patrimônio cultural, principalmente na Austrália (Russell; Winkworth, 2009, p. 10). E esta é a versão utilizada atualmente. A experiência dos autores e o contato com profissionais do

¹⁹ Órgão responsável por fornecer assistência sobre preservação e acesso às coleções culturais da Austrália (National Library of Australia, 2010; Russell; Winkworth, 2001).

patrimônio cultural buscou escutar as necessidades das pessoas e instituições culturais, bem como dirimir possíveis dúvidas sobre a aplicação do método.

Desenvolvido pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) da Austrália e aprovado pelo HCC, abrange quatro grandes áreas: arquivos, galerias, bibliotecas e museus. Alguns de seus objetivos envolvem o avanço da estabilidade e sustentabilidade das coleções, o apoio aos programas de desenvolvimento da indústria cultural, o favorecimento de padrões e referenciais para o manejo e o cuidado de coleções e, por fim, a promoção do acesso e a participação popular em relação ao patrimônio cultural australiano (Russell; Winkworth, 2009). É útil também na redução da subjetividade na definição e atribuição de valores às coleções, visando à uniformidade e continuidade das atividades de valoração, para o qual esta dissertação fez uso.

A avaliação de significância é “[...] o processo de investigação e de compreensão dos significados e valores de peças e conjuntos” (Russel; Winkworth, [2021], p. 23). O objetivo dessa avaliação é entender como e por que um objeto ou coleção são relevantes. Há três tipos de avaliação de significância: itens individuais; coleções de temas específicos ou partes de uma coleção; e, por fim, projetos entre coleções. Cada uma dessas variações tem especificidades. O nosso caso é a avaliação de coleções, neste caso uma coleção especial. O método demanda os dez passos seguintes:

1) Recopilar informações sobre a história e o desenvolvimento da coleção, sendo composta por duas etapas: 1.1) Investigar a história da coleção: nessa etapa, de modo geral, documenta-se o histórico e o desenvolvimento da coleção por meio de documentos ou relatos. 1.2) Revisar os alcances e temas da coleção: quando são observados os temas e objetos mais significativos, bem como suas possíveis relações com a instituição mantenedora.

2) Consultar os especialistas: é recomendado conversar com pessoas envolvidas com a coleção (doadores, gestores etc), especialistas ou grupos da comunidade (como os alunos e usuários da biblioteca), à luz das ideias sobre participação social de Muñoz Viñas ([2004]), Zancheti e Hidaka (2014), Mason (2002) e Lowenthal (2000);

3) Explorar o contexto da coleção: orienta estudar o período, o edifício e local de armazenamento no qual a coleção se desenvolveu, bem como seus usos e contexto histórico e de que forma isso reflete a história e a identidade da comunidade envolvida com a coleção.

4) Analisar e descrever a condição da coleção: indica avaliar o estado físico da coleção, o que permite identificar e estabelecer necessidades e prioridades de conservação dentro de um plano ou política. Utilizaremos noções da abordagem materialística (Atkinson, 2001), que nos auxiliará a identificar e selecionar materiais a serem tratados de acordo com o valor e grau de

deterioração O principal instrumento para a coleta de dados será a ficha de diagnóstico utilizada pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos da UFF (LACORD) (Anexo 1);

5) Comparar a coleção com outras similares: conferir e confrontar a coleção com outras similares, para perceber fortalezas e particularidades do conjunto.

6) Identificar lugares e coleções relacionadas: procurar coleções, locais ou edifícios associados ao acervo analisado.

7) Avaliar a significância com base nos critérios primários e comparativos: examinar e determinar valores reconhecidos na coleção com base nos critérios primários e secundários propostos pelo *Significance*. São quatro critérios primários e quatro critérios comparativos. Os critérios primários são: significância histórica; artística ou estética; científica ou de investigação; social ou espiritual. Os critérios comparativos (procedência, rareza ou representatividade, condição ou integridade, capacidade interpretativa) avaliam o grau de significância (mais ou menos importantes) e se relacionam com os critérios primários (Russel; Winkworth, [2021]). Todos os critérios acompanham perguntas que auxiliam a análise. Para manter a clareza, preferimos retirá-las. Na prática, trata-se de um grande questionário. Nem todas as perguntas poderão ou necessitam ser respondidas.

8) Escrever a declaração de significância: quando de posse das informações reunidas e compiladas se produz a declaração de significância. Esta resume os valores e significados da coleção percebidos ao longo da análise. Para sua elaboração é importante a participação das pessoas envolvidas com a coleção e/ou que a conheçam. Também é fundamental assinar e datar a declaração, pois a significância pode mudar com o tempo. Orienta-se ainda a incluir referências utilizadas e um agradecimento aos colaboradores, para que possam ser consultados novamente no futuro, caso a declaração seja revisada.

9) Listar recomendações e agir: a última etapa é listar recomendações que surgiram da avaliação e implementá-las. Essas ações podem envolver questões de gestão, conservação, pesquisa, acesso, entre outras (Russel; Winkworth, [2021]). Vale ressaltar que as etapas são adaptáveis à coleção estudada (Russel; Winkworth, [2021]).

Todo esse processo deverá gerar uma declaração de significância, um texto sucinto, claro e fundamentado que sintetize como e por que um objeto ou coleção são relevantes. A declaração expressa os valores culturais e significados de um bem patrimonial para uma comunidade, sendo utilizada como justificativa dos motivos pelos quais algo deve ser preservado e também como referência para ações de gestão da preservação, pois apresenta quais aspectos do bem devem ser preservados (Azevêdo; Pontual; Zancheti, 2014; Zancheti; Hidaka, 2014).

A declaração de significância ganhou notoriedade quando passou a ser exigida pela UNESCO nos anos 1990, juntamente com o *World Heritage Centre* (WHC)²⁰, para inscrição na Lista de Patrimônio Mundial (Azevêdo; Pontual; Zancheti, 2014; Zancheti; Hidaka, 2014). Inclusive, segundo os autores referenciados, ela é utilizada pelo WHC para o teste de autenticidade antes mesmo do bem ser incluído na lista. Contudo, Zancheti e Hidaka (2014) criticam a falta de clareza conceitual sobre o que seria uma declaração de significância nas diretrizes operacionais do WHC, tendo em vista que o principal documento do programa nem explica, nem direciona para um modelo para sua produção.

De fato, quando consultamos as diretrizes do MoW, observamos que o item que versa sobre a declaração de significância, também obrigatória no processo de nomeação, não se alonga nas explicações e deixa espaço para dúvidas mais práticas²¹.

8.3.7.1. Os nomeadores devem incluir em suas nomeações uma declaração de importância. Este é um resumo dos pontos levantados nos critérios primários e comparativos e no teste de autenticidade e integridade.

8.3.7.2. Deveria continuar explicando:

- Por que este patrimônio documental é importante para a memória do mundo e por que sua perda empobreceria o patrimônio da humanidade.
- Qual é ou tem sido o seu impacto – positivo ou negativo – na vida e na cultura além do limites de um estado-nação ou região (Unesco, 2021, p. [13]).

Segundo o *Significance 2.0*, a declaração de significância combina todos os valores e atributos que indiquem o significado dos objetos ou coleções, como “[...] aspecto, desenho, materiais, contexto, meio ambiente, história, procedência, usos, função, valores sociais e associações intangíveis” (Russel; Winkworth, [2021], p. 55).

A declaração é, portanto, utilizada como um instrumento de suporte de memória e orientação para ação de conservação. Como suporte de memória grava, para o futuro, a avaliação cultural que uma comunidade realizou de um bem patrimonial. Como orientação para a ação de conservação, especifica as características do bem para as quais a comunidade atribuiu valor cultural, e que devem ser mantidas ao longo do tempo (Zancheti; Hidaka, 2014, p. 3).

Para colocar o método em prática, tivemos de tomar algumas decisões metodológicas sobre cada etapa. Como o *Significance* nos permite algumas liberdades, decidimos unir as etapas 1 *recopilar informações sobre a história e o desenvolvimento da coleção*), 1.1 (*investigar a história*

²⁰ Fundado em 1992 no âmbito da UNESCO, é o ponto focal e coordena os assuntos envolvendo patrimônio global. Mais informações em: <https://whc.unesco.org/en/world-heritage-centre/>. Acesso em: 21 out. 2025.

²¹ Há diversos documentos que fornecem orientações práticas sobre como escrever a declaração de significância, como o *Writing statements of significance*, do Canada's Historic Places e o *Guidelines for writing effective statements of significance*, do British Columbia Historic Places.

da coleção) e 1.2 (revisar os alcances e temas da coleção) em uma só, que será a nossa primeira, porque acreditamos que são ações similares. Dessa forma teremos apenas nove etapas em vez de dez:

- Para a nossa etapa 1 (*recopilar informações sobre a história e o desenvolvimento da coleção, investigar a história da coleção e revisar os alcances e temas da coleção*) procuramos documentos institucionais da doação do acervo, a saber: o termo de doação, a listagem encaminhada ao setor de patrimônio da UFF e a listagem do Sistema de Doações do Governo Federal. Contudo, ao buscar os arquivos da UFF e a família de Maximiano, não encontramos documentos importantes como o catálogo da biblioteca, que nos permitiria ter mais noção da totalidade da coleção, entender melhor seus processos de formação etc.
- A segunda etapa, de consulta aos especialistas, foi feita a partir de questionário com perguntas abertas remetido a alunos e professores de universidades federais no Estado do Rio de Janeiro. Este recorte se deve a alguns motivos: o fato da coleção Maximiano estar em uma universidade, o tempo limitado para realizar a análise e a grande quantidade variedade de especialistas em literatura brasileira e portuguesa. A partir de um levantamento nos *sites* dos cursos de Letras, encontramos 43 professores, sendo 19 na UFF, 14 na UNIRIO e 20 na UFRJ (estes apenas do Departamento de Ciências da Literatura). Desse universo identificamos e selecionamos oito pesquisadores, sendo dois da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dois da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e quatro da UFF. Os professores são especialistas em Crítica Textual, Literatura, Teoria Literária, Crítica Literária, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa. Os questionários foram elaborados *online* no *Google Form* e enviados para os endereços de *e-mail* dos professores obtidos a partir de consultas às instituições. Contactamos o Diretório Central dos Estudantes Fernando Santa Cruz (UFF) e o Centro Acadêmico de Letras da UFF, cujos alunos julgamos estarem mais alinhados com a temática da Coleção MCS. As perguntas foram: *Qual a importância dessa coleção para o ensino e a pesquisa em Literatura? Qual a contribuição do proprietário ao reunir essas obras e doá-las à UFF? Identifica ausências ou lacunas de obras importantes na listagem? Você tem conhecimento de outras coleções similares? Poderia fornecer mais informações? As obras e/ou suas respectivas edições ainda são referência nas suas respectivas áreas?* As respostas obtidas foram transcritas e parte delas será utilizada para elaborar a declaração de significância. Durante esse processo a principal dificuldade foi

obter resposta dos professores e dos alunos. De todo o recorte só obtivemos duas respostas, ambas de professores.

- Na terceira etapa (explorar o contexto da coleção) envolve entender as possíveis relações da coleção com a UFF. Para isso, coletamos informações principalmente com pessoas próximas ao professor Maximiano para entender sua representatividade e presença nos cursos da Universidade. Também analisamos o currículo e a produção acadêmica de Maximiano.
- A quarta etapa (analisar e descrever a condição da coleção) foi feita a partir de um formulário com pontos específicos e padronizados a serem observados sobre o estado de conservação dos itens da coleção, como, por exemplo, sinais de infestação, condição das encadernações, entre outros. Isso permite visualizar necessidades e prioridades de conservação. Nesta etapa fizemos uso de uma ficha de diagnóstico de conservação, seguindo na perspectiva da abordagem materialística (Atkinson, 2001). Como é uma coleção pequena, escolhemos analisar cada exemplar utilizando os campos da ficha de diagnóstico do LACORD, reproduzida no Anexo 1. Os dados e informações obtidas nessa análise foram registradas em uma planilha do aplicativo Google Form, gerando uma planilha que nos possibilitou tabular dados e produzir gráficos. Para caracterizar o estado de conservação, foram utilizados os parâmetros: bom, regular e ruim, cuja classificação foi elaborada no decorrer da análise.
- A nossa quinta etapa (comparar a coleção com outras similares) se deu por meio da escolha, considerando a especialidade e a proximidade geográfica (Estado do Rio de Janeiro), e consultas por email a bibliotecas de universidades públicas no Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, UFRJ, UFRRJ e UERJ) em busca de coleções centradas nas áreas de Letras. As dificuldades foram encontrar, dentro desta temática, coleções em tamanho assemelhado.
- A sexta etapa (identificar lugares e coleções relacionadas) foi feita com base nos documentos da doação e também do relatório da visita feita ao local onde estava o acervo.
- As etapas sete, oito e nove (avaliar a significância com base nos critérios primários e comparativos, escrever a declaração de significância) foram feitas de acordo com as instruções do *Significance*. As obras de referência utilizadas para pesquisa sobre a relevância e aspectos contextuais dos itens da coleção foram selecionadas a partir de uma publicação no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin²² sobre historiografia

²² Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2021/200-livros-historiografia-literaria-brasileira/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

literária brasileira, que destaca títulos considerados importantes para a área. Os títulos escolhidos para sustentar nossa análise foram: *História da literatura brasileira* (Silvio Romero), *A história da literatura brasileira* (José Veríssimo), *História da Literatura Brasileira - Prosa de Ficção - de 1870 a 1920* (Lucia Miguel-Pereira), *História concisa da literatura brasileira* (Alfredo Bosi) e *Formação da literatura brasileira* (Antonio Candido). Outras duas obras consultadas foram a *Brasiliiana Itaú* (Pedro Correa do Lago) e o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (Rubens Borba de Moraes e Willian Berrien). Para os autores e literatura portuguesa, escolhemos os livros *História da literatura portuguesa* (António José Saraiva e Óscar Lopes) e o *Dicionário bibliográfico português* (Innocencio Francisco da Silva). A última etapa (listar recomendações e agir) consistiu em uma lista de ações recomendadas de acordo com os resultados da análise.

5 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da aplicação do *Significance*. Como dissemos, fizemos algumas adaptações, mas buscamos seguir a estrutura proposta pelos autores. As etapas e suas respectivas informações serão detalhadas nas subseções seguintes. A seguir, é apresentada a análise levando em consideração o conjunto de livros que entrou na UFF como coleção especial. Hoje é conhecida como Coleção Maximiano de Carvalho e Silva (MCS). O olhar é voltado para toda essa coleção, mas, em alguns momentos, analisamos apenas algumas obras para descrever sua representatividade, ainda que de modo não exaustivo.

5.1 ETAPA 1: SOBRE A HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA COLEÇÃO

Em 2023, durante as visitas que fizemos à residência da viúva do Professor Maximiano, a Sra. Dirce de Carvalho e Silva nos informou que a coleção bibliográfica (e também o arquivo pessoal, que não analisamos) se formou e desenvolveu juntamente com a carreira de docência e pesquisa de Maximiano. Há vários livros que foram adquiridos no Brasil e, outros, no exterior. Por exemplo, ele comprou livros em Portugal enquanto pesquisava sobre o escritor Camilo Castelo Branco (1825-1890), para escrever uma edição crítica. Também trocou livros de presente. Participou dos famosos *Sabadoyles*, na casa de Plínio Doyle (1906-2000), quando teve a chance de se corresponder (e trocar) com diferentes amantes do livro (Silva, 2000).

A coleção MCS que hoje está na UFF desde maio de 2024 é um recorte de tudo que o professor possuía. Isso se deve à falta de espaço disponível no Centro de Obras Raras e Especiais

da UFF. Procurou-se selecionar as obras mais representativas, com base na mais recente Instrução Normativa da UFF sobre critérios de raridade bibliográfica da referida norma mencionada na seção 3. Na aquisição, levamos em consideração aspectos intrínsecos e extrínsecos dos livros, que nos permite oferecer aos usuários tanto o objeto, quanto o transmissor de ideias e visões de mundo (Sant'Ana, 2009). Além disso, critérios são uma ferramenta de relações públicas, indicando o motivo da separação de alguns itens em função de suas características (Bishop, 1942).

São 49 obras distribuídas entre 44 volumes. O conjunto de livros selecionados abrange, principalmente, literatura brasileira e portuguesa, as quais foram objeto de estudo do professor Maximiano. São romances publicados, em sua maioria, na segunda metade do século XIX, com alguns poucos do século XX. O item mais antigo é a primeira edição da *Confederação dos tamoios*, datada de 1857. O mais recente é a *Bibliografia de Machado de Assis*, de 1955. Identificamos 29 itens publicados no século XIX, representando cerca de 59% das 49 obras da coleção. Já os autores mais frequentes são: José de Alencar (1829-1877), com 13 obras, Machado de Assis (1839-1908), com 12 obras e Camilo Castelo Branco (1825-1890), com dez obras. Há também autores como Carlos Gomes (1836-1896) e Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Essas informações foram retiradas da planilha produzida para diagnóstico da coleção, etapa descrita mais adiante.

Os volumes foram tombados pela Coordenadoria de Administração Patrimonial da UFF por meio do Ofício n. 10/2024/CBI/SDC/UFF, de 14 de maio de 2024. A doação aconteceu após tratativas entre a Sra. Dirce, a Coordenação de Bibliotecas e a Superintendência de Documentação. Ela destacou o interesse do casal de disponibilizar os livros ao acesso público, preferencialmente por meio da UFF, instituição onde Maximiano lecionou por vários anos. Nos dias combinados, a equipe responsável pela seleção dos livros na residência do proprietário fez uma listagem (Anexo 3) que consta no documento de doação. Os protocolos foram respeitados pelas partes: houve a assinatura de um termo simplificado de doação e o registro no Sistema de Doações do Governo Federal. A Sra. Dirce não soube informar se havia uma lista ou catálogo da íntegra da biblioteca de MCS. Sobre o restante do acervo, o plano da família era esvaziar o imóvel doando os livros à instituições, alunos, pesquisadores e demais interessados.

A incorporação da coleção do professor Maximiano vai ao encontro das ideias de Sobrinho (2019), que, no âmbito universitário, defendeu o reconhecimento da importância de coleções relacionadas à comunidade acadêmica como justificativa de preservação e conservação desses acervos. Na UFF, essa coleção adquire a condição de patrimônio bibliográfico segundo a definição adotada por Jaramillo e Marín-Agudelo (2014), citada na seção 2.3, que abrange as expressões registradas

em qualquer suporte e geradas no exercício da atividade de pessoas e sociedades em qualquer momento da história. O acervo também está enquadrado como coleção especial, pois além de contar com obras peculiares, singulares e valiosas para a UFF (vide Instrução Normativa SDC/UFF 04/2023), ainda é importante porque tem associação com uma pessoa importante para a história da Universidade (Association of Research Libraries, 2003).

Entre os itens da coleção incorporada à UFF, há alguns que podem ser destacados. Um deles é a segunda edição das *Poesias completas* (1902) de Machado de Assis. Ela contém o “erro mais célebre e infeliz da literatura brasileira” (Lago, 2009, p. 382), citado por bibliófilos como José Mindlin (2008), Rubens Borba de Moraes (2005). Segundo Salla (2018), a obra reúne seus três primeiros livros de poemas (*Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas*), além do então mais recente trabalho do gênero: *Ocidentais*. Ainda de acordo com Salla (2018, p. 137)

Nessa parte [na *Advertência*], ao se referir à exclusão do prefácio de Caetano Filgueiras presente no livro *Crisálidas*, Machado se justificava dizendo que assim procedia, pois a afeição por ele manifesta pelo referido amigo “cegara o juízo” deste. Todavia, devido a uma gralha, o “e” do verbo “cegara” deu lugar a um “a”, resultando na palavra “cagara”.

A solução encontrada foi corrigir à mão o erro presente nos exemplares ainda não vendidos. Houve uma raspagem da letra “a” e a inserção da letra “e” com tinta nanquim. Por algum tempo acreditava-se que o próprio Machado teria feito a correção, mas estudos realizados por Salla (2018) revelaram que o responsável foi Eduardo Lemos, funcionário da Editora Garnier, no Rio de Janeiro. A Garnier também providenciou um lote impresso corretamente. Então, há três variantes desta segunda edição: uma com o erro, outra com o erro corrigido à mão (que é o caso da edição de Maximiano) e uma terceira impressa corretamente (Moraes, 2005; Lago, 2009). Sabe-se que a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin possui as três variantes (Mindlin, 2008).

Outro destaque é a primeira edição do poema épico *A confederação dos Tamoios* (1857), de Gonçalves de Magalhães. Lago (2009, p. [356], p. 362) a considerou uma “obra marcante da nossa literatura”, “talvez a obra literária brasileira que maior entusiasmo causou em D. Pedro II”. Muito comentada durante o século XIX, sendo criticada e elogiada no meio literário. Envolveram-se, por exemplo, José de Alencar (que criticava duramente a obra), o poeta Manuel de Araújo Porto-Alegre e D. Pedro II, editor do poema (ambos defendendo a obra e o autor) (Candido, 2000; Veríssimo, 2012; Bosi, 2015). José Veríssimo assinalou que seu aparecimento foi um “acontecimento literário” (Veríssimo, 2012, p. 212). Silvio Romero, sobre Gonçalves de Magalhães, escreveu que “nenhum escritor brasileiro fez tão rápida e tão brilhante carreira; nenhum teve tanta fama, tão fácil nomeada e nenhum caiu tão depressa e tão profundamente”

(Romero, 1903, p. 14, v. 2). Candido (2000, p. 834), apesar de classificar o poema como “mediocre”, escreve que

A publicação d'A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães, em 1856, deu lugar ao movimento polêmico mais importante do nosso Romantismo, geralmente tão acomodado e sem bulha. O poema fora impresso à custa do imperador, como obra suprema de um poeta que representava por assim dizer a literatura oficial.

O terceiro destaque é a segunda edição do romance *Iracema* (1870). É apontada frequentemente junto com *O guarani* (1857) como uma obra importante na literatura brasileira. Lago (2009, p. 368) considera que as duas obras provavelmente são os romances mais famosos e populares do autor. Romero (1903, p. 158, v. 2), na mesma linha, classifica-os como os “mais valentes” de Alencar. Veríssimo (2012, p. 385) escreve que, ao lado de outros clássicos da literatura brasileira (*Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Memórias de um sargento de milícias*, *Inocência* etc), não há, na literatura dramática brasileira nada como *O Guarani* e *Iracema*. Lucia Miguel-Pereira (1950, p. 62) aponta *Iracema* e *O guarani* como “um dos pontos culminantes do romance no Brasil”. Bosi (2015, p. 111) assinala que, ao lado de *Senhora* (1875) é “uma das obras-primas de Alencar”. Por fim, Candido (2000, p. 659) elogia *Iracema* como “o exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica”.

A literatura portuguesa também está presente na Coleção MCS. Um autor bastante presente é o português Camilo Castelo Branco (1825-1890). Não há dúvidas de que é um dos autores mais importantes e prolíficos de Portugal. Remédios (1914, p. 638) o classificou como “[...] a pena mais bem dotada, mais rica e mais fecunda” da literatura portuguesa. Figueiredo ([19–], p. 193) o considera “[...] um dos romancistas de maior valor do século XIX e o mais fértil em obras, pois a sua produção conta-se por centenas de volumes”. Silva (2003, p. 194) faz elogios à capacidade do escritor de retratar “ambientes, usos e costumes de sua terra [...]” numa “singular técnica descritiva e narrativa”, além de “opulento vocabulário” e da alusão a autores e textos modernos e antigos. Tudo isso, de acordo com o autor, fez com que o Brasil estudasse e lesse Camilo, a ponto de haver aqui camilianas “das mais completas”, como a do médico e bibliófilo João Marinho, do jornalista e empresário Assis Chateaubriand e do comerciante e bibliófilo português Francisco Garcia Saraiva, que doou o manuscrito autógrafo de *Amor de perdição* por testamento ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1943 (Silva, 2003, p. 194).

Na Coleção MCS há primeiras edições de obras como *O bem e o mal* (1863), *Os brilhantes do brasileiro* (1869), *O demonio do ouro* (1873) e *Nas trevas* (1890). Destaque para *Maria da fonte* (1885), romance histórico sobre a revolução de mesmo nome ocorrida no norte de Portugal

em 1846. Registra que o evento foi desencadeado pela insatisfação popular em relação aos impostos e a interferência do governo português nos costumes sociais e religiosos, bem como na organização administrativa, judicial e fiscal tradicional das comunidades, característica que remonta ao absolutismo português (Assembleia da República, 2025; Arquivo Histórico Militar, 2025).

Camilo tem destaque na vida de Maximiano desde sua infância. Segundo ele mesmo, o pai, Osvaldo Monteiro de Carvalho e Silva, possuía uma “incompleta, mas valiosa” camiliana de cerca de 300 livros e folhetos, que foi incorporada a sua biblioteca e depois ampliada (Silva, 2003).

Outro expoente da literatura portuguesa na Coleção MCS é Eça de Queirós (1845-1900), autor de *Os maias*, publicada em dois volumes, cuja primeira edição (1888) está na coleção. António José Saraiva, figura importante para os estudos literários portugueses (Mariotto, 2025), assim classifica a obra:

“Os Maias são uma obra-prima pela integração de múltiplos episódios, ambientes e acções convergindo para um drama único e ao mesmo tempo para uma síntese de todo um grupo social. O individual e o social combinam-se de tal maneira que cada persoa nagem é um tipo social, representante de uma classe, um meio, um género de educação; e ao mesmo tempo consegue ter personalidade e individualidade autónoma” (Saraiva, 1965, p. 158).

Além da importância para a literatura, a primeira edição está na seção de *Reservados* da Biblioteca Nacional de Portugal, segundo o catálogo²³. Por fim, a edição é frequentemente vendida por altos preços no mercado nacional e estrangeiro.

5.2 ETAPA 2: CONSULTAR ESPECIALISTAS

É importante ressaltar que o conjunto recém adquirido é parte da biblioteca do professor Maximiano, por isso houve necessidade de recorrer a uma busca sucinta sobre sua relevância. Uma das etapas propostas pelo *Significance* é a consulta aos especialistas da área (no caso, literatura brasileira e portuguesa) sobre a importância da coleção. Assim, decidimos encaminhar um questionário com seis perguntas à oito professores universitários de instituições federais do Estado do Rio de Janeiro. Os únicos retornos obtidos foram dos professores Ceila Maria Ferreira Batista²⁴, professora associada do Instituto de Letras da UFF, e Antonio Carlos Secchin²⁵,

²³ Catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal:

<https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!454986~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>. Acesso em: 06 ago. 2025.

²⁴ Currículo Lattes disponível em: <https://lattes.cnpq.br/2184322471606808>. Acesso em: 19 maio 2025.

²⁵ Biografia de Antonio Carlos Secchin feita pela ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D217/biografia>. Acesso em: 01 ago. 2025.

professor emérito da UFRJ, acadêmico da Academia Brasileira de Letras (ABL), escritor e crítico literário, que assim responderam nosso questionário:

1) Qual a importância dessa coleção para o ensino e a pesquisa em Literatura?

Ceila: *“O Professor Maximiano é, pois sua obra continua viva, um dos maiores nomes da Crítica Textual no país. A Coleção é importante porque foi criada por alguém, alicerçado pelos princípios da Crítica Textual, [que] buscou edições importantes para o estudo de textos autorais, assim como de parte do processo de transmissão dessas obras”.*

Secchin: *“Contém alguns livros de destaque na bibliografia de seus autores, em edições valiosas”.*

2) Qual a contribuição do proprietário ao reunir essas obras e doá-las à UFF?

Ceila: *“Imensa, porque poderá servir de base para muitos estudos importantes sobre a obra desses autores (Machado de Assis, José de Alencar, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós), como também para estudos de Crítica Textual”.*

Secchin: *“Demonstra a generosidade dos herdeiros, similar à generosidade que era a marca do professor Maximiano”*

3) Identifica ausências ou lacunas de obras importantes na listagem?

Ceila: *“A Coleção é preciosa e como toda coleção tem lacunas, mas é muito importante”.*

Secchin: *“Muitas, porque em vida ele já tinha cedido obras importantes a outros pesquisadores e bibliófilos”.*

4) Você tem conhecimento de outras coleções similares? Poderia fornecer mais informações?

Ceila: *“De particulares, no Brasil, não”.*

Secchin: *“Há importantes coleções de literatura brasileira que pertencem a particulares, mas não sei se os proprietários autorizariam informações a respeito”*

4) As obras e/ou suas respectivas edições ainda são referência nas suas respectivas áreas?

Ceila: *“Na área dos Estudos Literários, dependendo da abordagem, sim, pois houve um tempo em que o estudo da transmissão de textos e o próprio contexto de produção das obras foram considerados desimportantes para tais Estudos. Mas, com o fortalecimento do contato do Brasil com outros países e também com o fortalecimento da Crítica Textual em nosso país, a tendência é que tais obras e tais edições, em que elas estão materializadas, sejam cada vez mais valorizadas”.*

Secchin: *“Sim, todas as primeiras edições, ou as últimas em vida do autor, têm grande relevo para a ecdótica²⁶, para o levantamento de variantes e determinação da definitiva ‘vontade autoral’ do escritor”.*

Os especialistas consultados concordam que a Coleção MCS tem valor de pesquisa atual e futuro, contribuindo para os estudos da Ecdótica e Crítica Textual²⁷. Também concordam sobre a importância das obras e seus respectivos autores, bem como o valor das edições.

Para evitar uma análise e consequentes decisões baseadas apenas na opinião “vertical” de especialistas, como criticam Zancheti e Hidaka (2014), buscamos contato por e-mail com as representações estudantis dos cursos de Letras da UFF (diretório acadêmico e centro acadêmico) para enviar o mesmo questionário destinado aos especialistas. Até a finalização deste trabalho não obtivemos resposta desse grupo comunitário.

5.3 ETAPA 3: EXPLORAR O CONTEXTO DA COLEÇÃO

As duas principais fontes sobre o professor e crítico Maximiano e o uso da biblioteca foram a Sra. Dirce, sua viúva, e o Antonio Carlos Secchin, que conviveu com ele nos últimos 15 anos de sua vida. O contato com Secchin foi realizado via e-mail no dia 31 de julho de 2025. E com a viúva, no momento da transferência das obras.

Durante o processo de empacotamento da coleção, ela relatou algumas histórias sobre o titular e seus livros. Segundo ela, o professor costumava passar longas horas em sua biblioteca estudando e trabalhando. Como ele pesquisava sobre crítica textual, pudemos encontrar várias edições de uma mesma obra, pois ele buscava analisar as variações entre uma edição e outra, bem

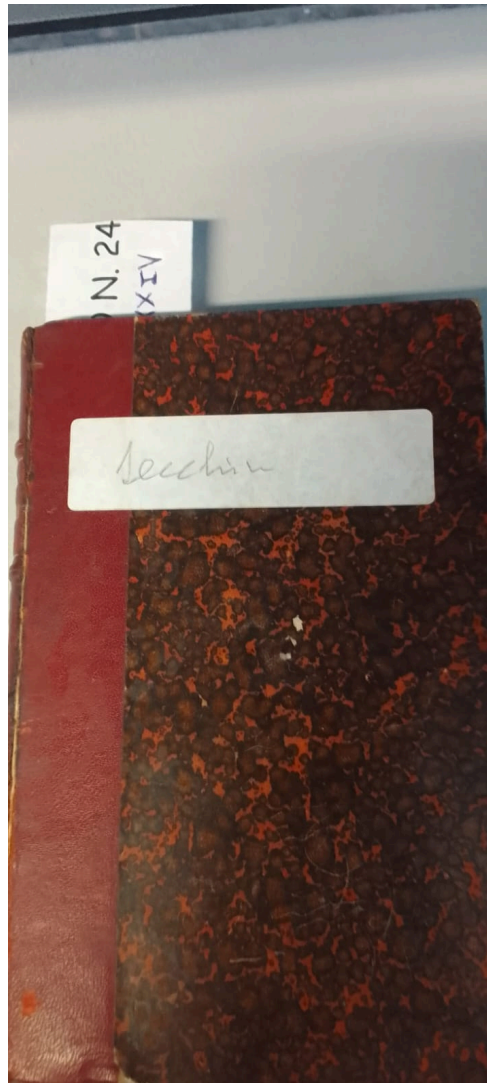
²⁶ Os termos Ecdótica, Crítica Textual e Filologia, não raro, costumam ser tomados como sinônimos. A Ecdótica abrange “todos os aspectos da técnica editorial, ou seja, desde os estudos, as metodologias filológicas até a preparação de um texto para a publicação” (Universidade Federal Fluminense, 2025b, *online*).

²⁷ “[...] busca restaurar textos por meio do uso e do desenvolvimento de teorias e de metodologias de edição que aproximem, o mais possível, textos do que foi publicado, em sua versão final, pelo autor ou pela autora, contribuindo assim para a preservação do patrimônio cultural escrito. [...] também trabalha com o comentário e a interpretação de textos [...] (Ferreira, 2021, p. 18).

como mudanças no estilo, narrativa etc. Inferimos que seja por isso que a parte de literatura de sua biblioteca fosse organizada por autores. Para suas análises, Maximiano precisava de aportes de teóricos. Então podemos encontrar em sua biblioteca obras de autores considerados clássicos como Sousa da Silveira, Gladstone Chaves de Melo, Manuel Said Ali, Evanildo Bechara, Antenor Nascentes, entre outros.

Ele também convivia com bibliófilos, principalmente nos encontros na casa de Plínio Doyle, como já mencionado. Um dos traços de sua bibliofilia era carimbar, como já apresentado, alguns livros de sua biblioteca particular, principalmente primeiras edições ou edições raras. Por outro lado, Secchin nos revela o aspecto prático de Maximiano, que, segundo ele, preocupava-se mais com o texto do que com a condição dos exemplares (Secchin, 2025). Ainda de acordo com Secchin (2025), Maximiano lhe cedeu “várias preciosidades” e ainda prometeu vários outros de seus livros, mas não especificou quais. Ao ser perguntado sobre algumas etiquetas com seu sobrenome coladas em alguns livros (Figura 4), Secchin acredita que esses exemplares seriam destinados a ele após a morte de Maximiano, o que não aconteceu por falta de contato com a família (Secchin, 2025).

Figura 4 - Etiqueta com anotação: “Secchin”



Fonte: o autor, 2025.

A Sra. Dirce nos informou que Maximiano era querido por seus alunos e, sempre que possível, os trazia à sua biblioteca para pesquisas. Como lecionou por um tempo na Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto (Curriculum..., 20-?), no Japão, chegou a levar alunos da Universidade de Kyoto, que vieram ao Brasil para, entre outras coisas, conhecer sua biblioteca.

Maximiano costumava utilizar seus livros para estudo da língua portuguesa. Analisando os exemplares, verificamos a presença de anotações e grifos em palavras e expressões linguísticas. Um exemplo é o exemplar da terceira edição de *Iracema* (1878), de José de Alencar, no qual há um índice manuscrito à lápis no fim do volume com algumas palavras e as páginas em que aparecem. No exemplar de *Contos fluminenses* (1924), de Machado de Assis, há anotações sobre expressões, verbos, locuções verbais, uso da crase etc.

Até o momento, de acordo com os registros do CORES, não houve consultas à Coleção MCS. Provavelmente isso ocorre por conta da restrição de acesso ao CORES, sua especificidade e ao pouco tempo de chegada do acervo à UFF.

Essas observações estão em consonância com o que dizem Ferreira (2008), Campos (2018) e Moles (1978) sobre as escolhas voluntárias e conscientes que fazem parte do processo de formação, desenvolvimento e organização das bibliotecas particulares, que podem ocorrer por motivos ligados à simples fruição, ao desejo de colecionar, à necessidades profissionais, entre outros.

5.4 ETAPA 4: ANALISAR E DESCREVER A CONDIÇÃO DA COLEÇÃO

Nesta etapa, trazemos os resultados do diagnóstico do estado de conservação dos 44 volumes da Coleção MCS. Como dito, utilizamos o modelo de ficha de diagnóstico do LACORD. Os dados foram compilados em planilha e transformados em percentuais e gráficos para compor a análise.

Sobre a materialidade, reunimos informações sobre a parte externa e interna dos volumes (figuras 5 e 6). Começamos pela externa. Quarenta e três volumes possuem capa dura em papelão com cobertura, e um volume é brochura em papel cartão. Os estilos de encadernação mais frequentes são a plena²⁸ e a meia sem cantos²⁹, cada uma representando 48,8%. O restante (um volume ou 2,3%) traz meia encadernação com cantos³⁰. A grande maioria das lombadas possui douração (90,7%). Os materiais mais frequentes no revestimento da capa são o couro legítimo (46,5%) e o couro sintético (41,9%), isso inclui as combinações couro+papel e couro legítimo+papel. Nenhum dos itens possui nervos verdadeiros. A maioria não tem nervos (63,4%) e o restante (36,6%) conta com nervos falsos. A maioria dos itens tem cabeceado (93,3%). Por fim, 48,8% dos volumes têm papel marmorizado.

²⁸ “Aquele em que se emprega um único tipo de material para a cobertura da lombada e das pastas; encadernação total; plena” (Tartaglia, 2018, p. 156).

²⁹ “[...] estilo de encadernação composta por um tipo de material na lombada e parte das pastas, geralmente couro, e o restante coberto com tecido ou papel” (Tartaglia, 2018, p. 157).

³⁰ “Encadernação na qual um material, geralmente o couro, cobre a lombada, uma parte das pastas e os dois ângulos exteriores de cada pasta, sendo as restantes partes revestidas por outro material; meia-amador; meia com pontas” (Tartaglia, 2018, p. 157).

Figura 5 - Detalhe da Coleção MCS



Fonte: o autor, 2025.

Figura 6 - Parte interna da obra *Confederação dos tamoios* (1857)



Fonte: o autor, 2025.

Os três danos mais frequentes na encadernação são: abrasão³¹ (54,8%), manchas (42,9%) e descoloração³² (38,1%). Outros danos são: buracos (26,2%) e sujidades (23,8%). Vale ressaltar que o mesmo livro pode ter mais de um dano, o que afeta a contagem das porcentagens. Sobre o miolo, verificamos que quase todos os livros têm os cadernos costurados. Mais da metade dos

³¹ “Desgaste de superfície decorrente de ação mecânica causadora de atrito. A abrasão fragiliza o material, ajudando os processos de rasgos e perdas” (Paglione, 2017, p. 26).

³² “Alteração de tom ou coloração do suporte, devido a mudanças nas propriedades físico-químicas do material e/ou do pigmento empregado no tingimento [...]” (Paglione, 2017, p. 44).

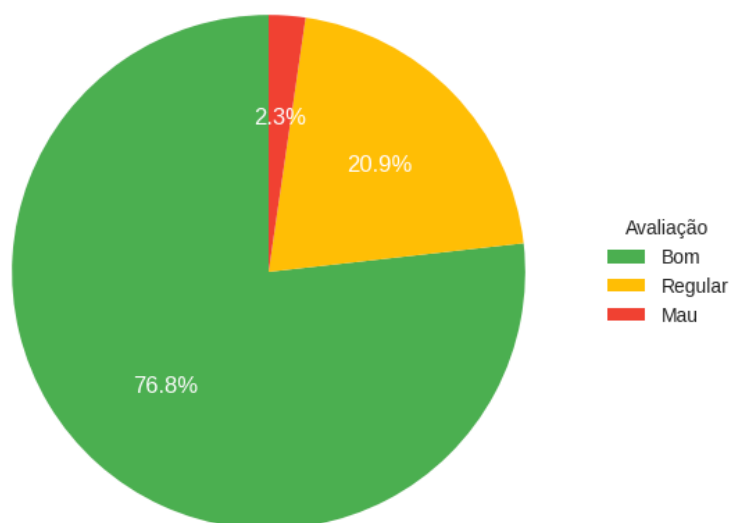
itens (53,7%) apresenta papel artesanal. Os principais danos presentes são oxidação³³/foxing³⁴ (95,5%) e ataques de insetos e/ou roedores (25%). Outros danos incluem fita adesiva (4,5%) e rasgos (6,8%). Relembremos que um exemplar pode trazer mais de um dano.

A ficha de diagnóstico do LACORD tem um campo para o estado geral da obra, que pode ser classificado como *bom*, *regular* ou *mau*. Não encontramos a definição de cada um deles na ficha do LACORD. Então definimos assim os conceitos para o escopo do nosso estudo:

- *Bom*: não necessita de nenhum procedimento;
- *Regular*: necessita de pequenos reparos;
- *Mau*: necessita de restauração.

Baseados nessas definições, classificamos 76,7% da coleção como *bom*, 20,9% como *regular* e 2,3% como *mau*, como nos mostra o gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Estado geral das obras



Fonte: o autor, 2025.

Ou seja, percebe-se que a maioria dos itens está com a encadernação íntegra, com poucos danos, pouca ou nenhuma perda de suporte-e a legibilidade está perfeita.

³³ “Processo químico no qual um composto é formado com oxigênio. Substâncias orgânicas como papel, couro ou pergaminho se degradam por meio desse processo. Oxidação é acelerada pelo calor, água e o ar” (Valk, 2018, p. 159, tradução nossa).

³⁴ “Manchas arredondadas causadas no papel pela presença de pequenos depósitos metálicos, geralmente na fase de produção do papel. Podem estar em associação com fungos” (Paglione, 2017, p. 54).

Embora as marcas de propriedade e as anotações e marginálias não possam ser diretamente apontadas como danos, elas podem interferir na escolha dos processos de conservação, em função da forma como foram inscritas, como por exemplo: carimbos úmidos, tintas hidrossolúveis, agregados adesivos etc. Neste sentido, foram identificadas as seguintes marcas: carimbo de Maximiano (72,7%), anotação a grafite (50%) e à tinta (31,8%). Identificamos quatro livros de José de Alencar com a já citada etiqueta com o nome “Secchin”, a lápis. São eles a terceira edição de *Iracema* (1878), *O sistema representativo* (1868), *Luciola* (1872) e *Ubirajara* (1875).

Como já comentado na etapa 1, alguns itens se destacam, como a primeira edição das *Poesias completas* (1902), da *Confederação dos tamoios* (1857), além dessa segunda edição de *Iracema* (1870). Essas obras são apontadas pela literatura como livros raros e importantes para a história da literatura brasileira. A análise realizada pode ser resumida assim:

- A maioria das obras foi publicada no século XIX. O item mais antigo data de 1857 e o mais recente de 1955;
- Os estilos de encadernação mais frequentes são a inteira e a meia sem cantos. Os materiais mais frequentes no revestimento da capa são o couro legítimo e o couro sintético e apenas um volume é brochura;
- Os três danos de encadernação mais frequentes são abrasão, manchas e descoloração;
- Os principais danos presentes no miolo são oxidação/foxing e ataques de insetos;
- A maioria da coleção MCS se encontra em boas condições de legibilidade e manuseio;

Finalmente, a análise demonstrou que a maioria da coleção não necessita de cuidados especiais ou intensivos, apesar da idade das obras majoritariamente oitocentistas. Quase toda a coleção está com a encadernação (seja ela original ou refeita) em bom estado de conservação. Higienização e acondicionamento devem ser o suficiente para salvaguardar a coleção no momento.

5.5 ETAPA 5: COMPARAR A COLEÇÃO COM OUTRAS SIMILARES

Na consulta às bibliotecas de universidades públicas dos cursos de Letras do estado do Rio de Janeiro, a UFRRJ e a UERJ afirmaram não possuir coleções especiais ou particulares voltadas especificamente para a área de Letras ou temas correlatos. Até a conclusão desta pesquisa a UFRJ ainda não nos respondeu, mas por meio de pesquisa no sítio da Biblioteca de Letras e em textos acadêmicos, encontramos a Coleção Celso Cunha. Na UFF, temos as coleções Rosalvo do Valle (1927-2018) e Ismael Coutinho (1900-1965). A UNIRIO respondeu que tem diversas coleções de Letras e Arte, e que a coleção Guilherme Figueiredo possui uma expressiva parte literária.

O tamanho das coleções a serem comparadas foi uma questão para nós. De acordo com nosso escopo de pesquisa, não encontramos coleções tão pequenas como a de Maximiano, todas têm centenas ou milhares de itens. Assim, escolhemos destacar apenas as coleções de Rosalvo do Valle, Ismael Coutinho e Celso Cunha porque eram estudiosos da língua portuguesa e provavelmente formaram suas bibliotecas para subsidiar seus estudos, tal como Maximiano.

Ismael Coutinho foi professor e filólogo. Sua coleção chegou à UFF em 1968 por intermédio de Rosalvo do Valle, seu aluno, e foi parte da antiga Biblioteca do Instituto de Letras. Em seu texto sobre Ismael, Rosalvo classificou a biblioteca como “preciosa” (Valle, 2000, p. 18). Atualmente seus 5158 itens estão no setor de obras raras e coleções especiais da BCG. Em busca ao catálogo da UFF³⁵, encontramos 81 obras indexadas como Literatura Brasileira, ou seja, apenas 1,57% do total. Destas, 11 são de Machado de Assis. Há duas obras do autor que também existem na Coleção MCS: *Várias histórias* e *A mão e a luva*, mas não nas mesmas edições. Não encontramos nenhuma obra de José de Alencar ou de Camilo Castelo Branco. Isso é compreensível porque a coleção é mais centrada em latim e grego.

Sobre Rosalvo do Valle, o texto de Uchôa (2018) nos fornece alguns dados biográficos. Rosalvo foi professor, latinista e filólogo. Formado em Letras Clássicas pela então Faculdade Nacional de Filosofia, lecionou Latim e Português em diversas instituições. Foi o primeiro diretor do recém-criado Instituto de Letras da UFF, onde se aposentou. Depois foi lecionar História da Língua Portuguesa no Liceu Literário Português. Faleceu em março de 2018, aos 91 anos (Uchôa, 2018). Sua coleção, estimada em cinco mil itens, chegou à UFF em 2018. É composta por livros, folhetos e periódicos na área de Letras e afins (Universidade Federal Fluminense, 2018). Uma comparação não pôde ser realizada devido a falta de acesso à listagem das obras da coleção.

O professor Celso Cunha foi um estudioso da Língua Portuguesa. Apesar de se formar em Direito, não exerceu a profissão e se dedicou às Letras, licenciando-se em Letras Clássicas pela então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou sua carreira docente no Colégio Pedro II (1952-1956), mas depois escolheu a UFRJ, onde entrou em 1957 e se aposentou após 39 anos de trabalho. A Coleção Celso Cunha, salvaguardada pela UFRJ, é considerada uma das maiores bibliotecas de Letras da América Latina, contendo aproximadamente 25 mil itens em seu acervo, incluindo livros raros e com encadernações especiais (Silva, 2018).

³⁵ Disponível em:

https://catalogobibliotecas.uff.br/pesquisa_geral?direction=C&for=INDICE_2&index=899&page=1&perPage=20&q=Literatura%2520brasileira. Acesso em: 26 nov. 2025.

As coleções Maximiano, Celso Cunha e Isamel Coutinho guardam algumas semelhanças como assuntos abrangidos (Letras e Literatura), perfis de proprietários (ambos professores, ambos estudiosos da Língua Portuguesa). Por exemplo, em consulta à Base Minerva³⁶, da UFRJ, encontramos títulos e até edições semelhantes, como é o caso da obra *Iracema*, de José de Alencar. Ambas as coleções contam com a segunda edição de 1870, considerada rara (Lago, 2009).

Podemos dizer até que as coleções se complementam de certa forma. Por exemplo, a Coleção Maximiano conta com a obra *A confederação dos tamoios* (1857), ao passo que as *Cartas sobre a confederação dos tamoios* (1856), de José de Alencar, que criticou duramente a obra (Candido, 2000; Veríssimo, 2012; Bosi, 2015), estão na Coleção Celso Cunha³⁷.

5.6 ETAPA 6: IDENTIFICAR LUGARES (EDIFÍCIOS, TERRITÓRIOS) E COLEÇÕES RELACIONADAS

No momento da doação, a coleção MCS estava armazenada no apartamento do falecido professor, no bairro de Icarai, em Niterói (RJ). Não sabemos se esteve sempre lá e em qual momento passou a ser armazenada lá. No contexto da UFF, os livros foram diretamente para o acervo do CORES.

A Sra. Dirce informou que alguns professores da UFF e seus alunos foram ao apartamento e levaram alguns livros. Ela também nos disse que uma parte da biblioteca foi destinada a sebos. O professor Antonio Carlos Secchin confirmou essa informação ao escrever, em julho de 2025, que “boa parte da biblioteca apareceu recentemente num leilão” e que chegou a comprar alguns livros (Secchin, 2025).

5.7 ETAPA 7: AVALIAR POR CRITÉRIOS E GRAU DE SIGNIFICÂNCIA

Como dito anteriormente, o *Significance* propõe critérios primários e comparativos para verificar *como* e *por que* um objeto ou coleção é importante. É importante ressaltar que, de acordo com o próprio documento do *Significance*, não é necessário encontrar evidências em todos os critérios para que a significância seja justificada. Isso ocorre porque um objeto ou coleção podem

³⁶ Registro disponível em:

https://minerva.ufrj.br/F/R7UVUVFHDDSJIHKFJY8FUD556JHGVN552CU2SK4S7D5R1TG1CH-31091?func=full-set-set&set_number=011589&set_entry=000040&format=001. Acesso em: 27 maio 2025.

³⁷ Disponível em:

https://minerva.ufrj.br/F/R7UVUVFHDDSJIHKFJY8FUD556JHGVN552CU2SK4S7D5R1TG1CH-38095?func=full-set-set&set_number=011731&set_entry=000004&format=999. Acesso em: 27 maio 2025.

ser relevantes de acordo com apenas, por exemplo, um critério primário (Russel; Winkworth, [2021]). Seguem os resultados da análise dos quatro critérios primários e quatro comparativos:

CRITÉRIOS PRIMÁRIOS

Significância histórica

A significância histórica se relaciona diretamente com o valor histórico conceituado e desenvolvido por Riegl (2014), que por sua vez foi inspirado no manifesto de William Morris e Philip Webb (Society for the Protection of Ancient Buildings, 2025). Esse valor nos permite enxergar os objetos como um vestígio do passado, ajudando-nos a compreender os estágios do desenvolvimento humano. Vai além de avaliar se o bem é “novo” ou “antigo” (valor de antiguidade); é necessário conhecimento prévio (Riegl, 2014; Fabris, 2014).

O conjunto de livros pertenceu ao professor Maximiano de Carvalho e Silva, estudioso da Língua Portuguesa que lecionou em diversas instituições do Estado do Rio de Janeiro, como o Colégio Pedro II e notadamente a UFF (Universidade Federal Fluminense, 2022; Universidade Federal Fluminense, 2025a; Curriculum..., 20-?). A coleção traz obras e edições basilares da literatura brasileira e portuguesa. No contexto brasileiro ajuda a entender, por exemplo, o movimento indigenista na literatura brasileira do século XIX a partir de obras como *Iracema*, *Ubirajara* e *A confederação dos tamoios* (Bosi, 2015; Candido, 2000; Lago, 2009; Miguel-Pereira, 1950; Veríssimo, 2012). No contexto português, as obras de Camilo Castelo Branco, como *Maria da fonte* (1885), abordam questões sociais de Portugal no século XIX.

Significância artística ou estética

No quadro feito por Mason (2002) (Quadro 1), no qual ele compara os valores citados por cinco fontes, percebemos que o valor estético está presente em três delas, o que indica sua importância nos estudos do valor. A beleza, tal como o valor de antiguidade (Riegl, 2014), pode ser percebido e apreciado sem conhecimento prévio. O já citado Moraes (1981) acredita que, para o colecionador particular, o importante é a beleza do exemplar; ele precisa estar bem conservado.

Pudemos verificar na etapa 4 que praticamente toda a coleção foi encadernada em capa dura. Um dos estilos predominantes de encadernação é a meia sem cantos, surgida no século XIX como uma solução à demanda dos livreiros, que queriam aumentar a resistência dos livros ao abrir e, ao mesmo tempo, utilizar menos o couro, material caro (Tartaglia, 2018). Baseados nisso, podemos afirmar que a maioria da coleção mantém a encadernação da época. Aliado a isso, quase

todos os livros têm a lombada com douração, o que colabora para a beleza do conjunto na estante. Isso é realçado por conta do bom estado de conservação geral de 76,7% dos livros.

Significância científica ou de investigação

A coleção tem potencial para ser investigada porque foi criada, segundo depoimento da Profa. Dra. Ceila na etapa 2, tendo como alicerces os “princípios da Crítica Textual”. Ainda segundo ela, a coleção “poderá servir de base para muitos estudos importantes sobre a obra desses autores (Machado de Assis, José de Alencar, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós), como também para estudos de Crítica Textual”. Já o Prof. Dr. Secchin ressalta, ao analisar a relação dos itens da coleção, que “todas as primeiras edições, ou as últimas em vida do autor, têm grande relevo para a ecdótica, para o levantamento de variantes e determinação da definitiva ‘vontade autoral’ do escritor”.

A importância de algumas das obras para a literatura brasileira e portuguesa, como *Iracema*, *Confederação dos tamoiós* e *Maria da fonte*, foram pioneiras ao retratar aspectos das sociedades dos dois países de forma ímpar e até hoje são consideradas obras clássicas, vide os autores consultados nas etapas 1 e 2.

O aspecto material também é relevante fonte de informação. Quase todos os itens foram publicados no século XIX, então as encadernações de época, a presença de papel feito à mão, bem como elementos tipográficos oitocentistas são alvo de investigação de autores como Tartaglia (2018), Moraes (2005), Lago (2009), Paglione (2017), Valk (2018), entre outros interessados na materialidade dos livros.

Significância social ou espiritual

Não identificamos significância espiritual na Coleção MCS, pois não há registros indicando que os livros foram usados para cerimônias religiosas, rituais, práticas tradicionais etc. No que se refere ao seu valor social, para a comunidade, foram consultados por e-mail o Diretório Acadêmico Fernando Santa Cruz (UFF) e o Centro Acadêmico de Letras da UFF, para buscar outras relações que envolvessem o público interessado, mas até a conclusão desta pesquisa não obtivemos resposta.

CRITÉRIOS COMPARATIVOS

Procedência

Seu proprietário foi Maximiano de Carvalho e Silva, segundo diretor do Instituto de Letras da UFF entre 1970 e 1974 (Universidade Federal Fluminense, 2025). Lecionou na UFF entre 1957 e 1989, quando se aposentou. Ministrou aulas de Língua Portuguesa, de Orientação de Estudos e Pesquisas, de Filologia - Crítica Textual e de Estudo de Problemas Brasileiros na graduação e na pós-graduação em Letras (Curriculum..., 20-?). Podemos ver o carimbo do proprietário em grande parte da atual Coleção MCS. Não encontramos ex-libris, nem exemplares dedicados.

A doação foi iniciativa da família. O processo foi documentado em termo de doação assinado pela viúva, Sra. Dirce de Carvalho e Silva, bem como por meio de registro da doação em sistema informatizado do Governo Federal. No contexto da UFF, a coleção está totalmente catalogada no sistema Pergamum.

Não obtivemos mais informações sobre o destino de todo o restante da coleção. O que sabemos é que, “boa parte” da coleção foi colocada em leilão, de acordo com informações de Secchin (2025).

Rareza ou representatividade

A raridade bibliográfica, abordada na seção 2.1.1, é de difícil conceituação. Estão envolvidos aspectos comerciais, institucionais e regionais/locais (Sant’Ana, 2009; Rodrigues, 2011; Kilmarx et al., 2020; Azevedo, 2021). Porém, sabemos que a escassez (Rodrigues, 2011; Robinson, 2012), o pioneirismo e a procura (Moraes, 2005) são elementos importantes para compreender a raridade.

A Coleção MCS conta com livros considerados raros e/ou historicamente importantes. Como abordado na etapa 1, destacamos as seguintes obras sucintamente, sem ordem definida:

- Segunda edição das Poesias completas (Machado de Assis, 1902): contém o “erro mais célebre e infeliz da literatura brasileira” (Lago, 2009, p. 382) e é citada por bibliófilos como José Mindlin (2008) e Rubens Borba de Moraes (2005). Também foi estudada por Salla (2018);
- Primeira edição da Confederação dos tamoios (Gonçalves de Magalhães, 1857): obra bastante comentada no século XIX, é considerada “marcante” (Lago, 2009, p. [356]), um

“acontecimento literário” (Veríssimo, 2012, p. 212), entre outras avaliações, como as de Candido (2000), Romero (1903) e Bosi (2015).

- Segunda edição de *Iracema* (José de Alencar, 1870): obra bastante elogiada por diversos críticos literários, como Romero (1903), Veríssimo (2012), Miguel-Pereira (1950), Candido (2000) e Bosi (2015).
- Primeira edição de *Os Maias* (Eça de Queirós, 1888): elogiada por Saraiva (1965), está na sala de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal e costuma alcançar altas cifras no Brasil e exterior.

Essas são algumas das obras consideradas raras e aclamadas pela crítica. Além dos autores citados acima, Secchin (2025) reforça isso em seu depoimento ao escrever que a Coleção “contém alguns livros de destaque na bibliografia de seus autores, em edições valiosas”.

Por fim, todos os livros estão listados no CPBN como medida de segurança, divulgação e captação de recursos.

Condição ou integridade

Integridade e autenticidade são critérios (e, às vezes, exigências) presentes em diversos textos de referência sobre patrimônio cultural, como os trabalhos de Gonçalves (1988), Chagas (2002) e as diretrizes do Programa Memória do Mundo, da UNESCO (2021), apresentados anteriormente. A chamada autenticidade é criticada por Gonçalves (1988) e considerada por Chagas (2002) como algo atribuído. Como vimos, a integridade não é apreciada por todos os povos, vide o caso já citado da tribo Zuni, que produz objetos para propósitos cerimoniais e religiosos que devem ter como fim a destruição (Lowenthal, 2000).

Por mais que adquirir um item em bom estado seja geralmente o mais indicado, colecionadores e instituições públicas costumam diferir no peso dado a esse critério. Como explicado no item 2.1.1, Moraes (1981) considera que o particular busca o exemplar mais perfeito possível, enquanto a biblioteca busca potencial de estudo e investigação.

Nós, que fizemos parte da equipe que selecionou e recomendou a aquisição dos itens, buscamos aliar integridade com potencial de pesquisa. É bom lembrar que, segundo depoimento de Secchin (2025), Maximiano se importava mais com o texto do que com o estado das obras. Mesmo assim, isso não prejudicou o estado de conservação dos livros, haja vista que 76% dos itens estão em bom estado.

A atual Coleção MCS é formada a partir de um conjunto de itens selecionados da biblioteca do Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Tampouco a UFF, ao aceitar a doação, não

teve (e não tem) a intenção de colecionar um assunto, obras de um autor etc. Portanto, não podemos dizer que é uma coleção completa, mas uma coleção construída sob critérios institucionais (IN UFF/SDC 04/2023) e condições reais da UFF (pessoal, espaço, dinheiro etc), como explicitado na seção 3.

Há sinais que indicam intervenções e usos dos itens da coleção: pequenos procedimentos de conservação anteriores, encadernações em estilos posteriores à data de publicação, carimbo e anotações a lápis ou tinta.

Capacidade interpretativa

A biblioteca e a produção intelectual de Maximiano estão intimamente ligadas. Primeiro, como já dito, o acervo era organizado por autores e assuntos. Esse fato, aliado à formação e atuação do professor nos campos da Crítica Textual e Ecdótica, indicam que ele procurou organizar os livros para facilitar o acesso às obras e edições de autores específicos.

Seu currículo aponta que trabalhou em diversas edições críticas e esforços de publicação das obras completas de autores importantes da literatura. A etapa 4 demonstrou que os autores mais frequentes da atual Coleção MCS são Machado de Assis e Camilo Castelo Branco. Isso não parece ser um acaso. Segundo Silva (2014), na década de 1960 foi convidado pelo filólogo Celso Cunha para auxiliá-lo a preparar a edição crítica de *Dom Casmurro*, como parte das celebrações do centenário da morte do autor, em 1958. Depois, Maximiano foi convidado pela editora Melhoramentos para elaborar uma edição crítica da mesma obra (Silva, 2014).

Maximiano também estudou muito a obra de Camilo. Em 1993 foi convidado “como um dos principais integrantes” da equipe de trabalho do Professor Aníbal Pinto de Castro (Universidade de Coimbra), para preparar a obra completa de Castelo Branco em edições críticas, segundo o plano da Secretaria de Estado da Cultura portuguesa (Curriculum..., 20–?). Em 1991 e 2005 foi convidado para participar das duas primeiras edições do Congresso Internacional de Estudos Camilianos, formulado pelo mesmo Professor Aníbal, então Diretor da Casa de Camilo (Curriculum..., 20–?; Silva, 2003). Maximiano resumiu seu histórico pessoal de estudos camilianos e abordou as iniciativas de reunião das obras de Camilo em um artigo na Revista *Confluência*, do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (Silva, 2003).

Outro indício do uso da biblioteca é por meio das anotações manuscritas. Como explicitado na etapa 3, há grifos e sublinhados em palavras e expressões nos exemplares de *Iracema* (1878) e *Contos fluminenses* (1924). É possível inferir que tais anotações foram incorporadas às edições críticas feitas por Maximiano.

Conforme exposto até aqui, a Coleção MCS foi formada por um professor universitário, tem indícios de que foi formada por conta das suas atividades de pesquisa e ensino, e hoje está em uma universidade à disposição da comunidade acadêmica. A literatura especializada e especialistas da área de Literatura atestam a relevância dos itens e de seu proprietário. Assim, conclui-se que a Coleção MCS se encaixa perfeitamente no contexto de ensino, pesquisa e extensão, pilares das universidades.

A Coleção MCS está salvaguardada no CORES juntamente com outros acervos especiais, como a Coleção Paulo Py, tema de estudo de Carvalho (2021).

Quadro 3 - Critérios primários e secundários na Coleção MCS

Quadro Resumido das informações de análise dos critérios de avaliação do método Significance 2.0				
CRITÉRIOS PRIMÁRIOS	HISTÓRICA	ARTÍSTICA/ESTÉTICA	CIENTÍFICA/INVESTIGAÇÃO	SOCIAL/ESPIRITUAL
	Pertenceu ao professor Maximiano de Carvalho e Silva, estudioso da Língua Portuguesa que lecionou em diversas instituições do Estado do Rio de Janeiro e na UFF. A coleção traz obras e edições basilares da literatura brasileira e portuguesa (Bosi, 2015; Candido, 2000; Lago, 2009; Miguel-Pereira, 1950; Veríssimo, 2012)	Há dois estilos predominantes de encadernação: plena (48,8%) e meia (48,8%) sem cantos. Quase tudo tem douração. No geral (76,7%) os livros estão em bom estado de conservação.	A coleção é fundamental para estudos de Crítica Textual e pode embasar pesquisas sobre autores como Machado de Assis, José de Alencar, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós. As edições publicadas em vida são relevantes para a Ecdótica e para identificar a ‘vontade autoral’, além de incluir obras clássicas que retratam a sociedade brasileira e portuguesa.	Não foi possível avaliar, pois houve ausência de dados e informações.
CRITÉRIOS SECUNDÁRIOS (COMPARATIVOS)	PROVENIÊNCIA	RAREZA OU REPRESENTATIVIDADE	CONDIÇÃO OU INTEGRALIDADE	CAPACIDADE INTERPRETATIVA
	Entre 1957 e 1989, Maximiano foi professor no curso de Letras da UFF. Foi o segundo diretor do Instituto de Letras (1970-1974). Seu carimbo está em grande parte da atual Coleção	Livros considerados raros e/ou historicamente importantes.	É formada a partir de um conjunto de itens selecionados da biblioteca do Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Portanto, não podemos dizer que é uma coleção completa,	A biblioteca e a produção intelectual de Maximiano estão intimamente ligadas. Ele trabalhou em diversas edições críticas e esforços de publicação das obras completas de

	MCS. Não encontramos ex-libris, dedicatórias etc. A doação da coleção foi realizada pela família, por processo registrado e inscrito em sistema do Governo Federal.		mas uma coleção construída sob critérios institucionais e condições reais da UFF (pessoal, espaço, dinheiro etc). Há sinais de intervenções e uso efetivo dos itens da coleção.	autores importantes da Literatura. A Coleção MCS foi formada por um professor por conta das suas atividades de pesquisa e ensino, e hoje está à disposição da comunidade acadêmica. A literatura especializada e especialistas atestam a relevância dos itens e de seu proprietário.
--	---	--	---	--

Fonte: o autor, 2025

Conforme o *Significance*, todos os critérios se relacionam, uma vez que os secundários intensificam os primários. É possível estabelecer algumas conexões. A significância histórica se relaciona com a rareza/representatividade porque os acontecimentos históricos retratados têm sua importância potencializada com o ineditismo e o valor das primeiras edições, como relatam os autores consultados. A significância artística/estética tem relação com a condição/integridade, pois ambos são critérios focados no aspecto material. A significância científica/investigação é abrangente e guarda relações com os demais critérios, incluindo os primários, pois todos oferecem possibilidades de pesquisa científica.

A partir dos resultados presentes no quadro acima, temos subsídios para identificar os itens mais relevantes da coleção de forma clara. Com isso podemos estabelecer prioridades, elaborar planos de ação, políticas e, por fim, a declaração de significância.

5.8 ETAPA 8: ESCREVER A DECLARAÇÃO

Esta etapa reúne e resume as informações coletadas até aqui e abrange os resultados das etapas um a sete. As referências serão citadas após a declaração, como sugere o *Significance*.

DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

A atual Coleção Maximiano de Carvalho e Silva (MCS) foi oficialmente doada à Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2024. Esse conjunto é um recorte do acervo do professor, que não pôde ser adquirido totalmente pela UFF por questões de espaço e de recursos. Um dos especialistas consultados, próximo à família, informou que “boa parte” da coleção foi posta em leilão e que até comprou alguns livros. A UFF selecionou 44 títulos, que por sua vez estão distribuídos em 49 volumes por meio de critérios previstos em sua política de aquisição.

Maximiano foi, entre outras funções, professor da UFF e segundo diretor do Instituto de Letras, nomeado Professor Emérito da UFF em 1998. A coleção, focada em Literatura, contém livros apontados como raros ou históricos por autores como Antonio Candido, Alfredo Bosi, Antônio Saraiva, Lucia Miguel-Pereira, Silvio Romero e José Veríssimo. Exemplos são a segunda edição das Poesias completas (1902), de Machado de Assis, a primeira edição do épico A confederação dos tamoios (1857), de Gonçalves de Magalhães, a segunda edição de Iracema (1870), de José de Alencar e a primeira edição de Os maias (1888), de Eça de Queirós, entre primeiras edições de Camilo Castelo Branco.

A biblioteca original de Maximiano foi formada, entre outros motivos, por razões profissionais. Os livros trazem anotações e o carimbo de Maximiano, o que demonstra sua proveniência e o uso da biblioteca pelo proprietário, que, conforme pudemos verificar em sua trajetória profissional, utilizou-os para elaborar edições críticas de grandes autores como Machado de Assis e Camilo Castelo Branco, os mais presentes na Coleção MCS da UFF.

O item mais antigo é de 1857 (Confederação dos tamoios) e o mais recente, de 1955 (Bibliografia de Machado de Assis). Mais da metade da coleção data do século XIX. Cerca de metade traz encadernação de época e com lombada douração. A coleção está em bom estado de conservação, com a encadernação íntegra, com poucos danos, e legibilidade perfeita.

O conjunto possui valor histórico, artístico/estético e científico. Ajuda a compreender eventos do século XIX no Brasil e em Portugal, como o movimento indigenista na literatura

brasileira e a revolta de Maria da Fonte, em Portugal. Por conta de sua encadernação de época, possui harmonia estética enquanto conjunto na estante. Especialistas consultados afirmaram seu potencial investigativo no campo da Crítica Textual, bem como obras de referência atuais reiteram a importância dos itens da Coleção MCS.

A procedência é bem documentada: há um termo simplificado de doação assinado pela viúva do proprietário e também registro em sistema informatizado do Governo Federal. A coleção também está inteiramente catalogada no sistema utilizado pela UFF.

A Coleção contribui para cumprir a missão da UFF enquanto universidade pública comprometida com o ensino, pesquisa e extensão. Seu acesso é público e gratuito. Suas obras são consideradas clássicas e suscitam novas edições e estudos até os dias de hoje.

9 de setembro de 2025

Thalles Augusto de Carvalho Siciliano

Bibliotecário (Biblioteca Central do Gragoatá/UFF)

Agradecimentos

Agradecemos à bibliotecária da UFF, Monica Azeredo da Costa, pelo acesso à documentação da coleção, à família de Maximiano pelas informações orais e aos professores Ceila Maria Ferreira e Antonio Carlos Secchin por responderem ao nosso questionário. Agradecimentos especiais à orientadora deste estudo, Ozana Hannesch, pelas observações valiosas.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (Portugal). **Maria da Fonte e Patuleia (1846-1847)**. 2025. Disponível em: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=201728&ht=maria%7cda%7cfonte&detailsType=Description>. Acesso em: 05 ago. 2025.

ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA (Portugal). **A revolta da Maria da Fonte**. 2025. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Revolta-Maria-da-Fonte.aspx>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. **Formação da cultura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 2 v.

CURRICULUM vitae: Maximiano de Carvalho e Silva. [Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filologia, 20–?]. Disponível em: <http://www.filologia.com.br/arquivos/curriculos/Maximiano%20de%20Carvalho%20e%20Silva.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FERREIRA, Ceila Maria. **Sobre conceitos de crítica textual**. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Niterói, RJ, v. 27, p. 18-30, 2021. Disponível em: http://www.filologia.com.br/revista/rev_xxvii_p18.html. Acesso em: 07 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Renato. **Breves noções de História da Literatura Portuguesa**. 3. ed. Porto: Domingos Barreira, ([19-]). Disponível em: <https://archive.org/details/breves-nocoos-de-historia-da-literatura-portuguesa/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 04 ago. 2025.

LAGO, Pedro Corrêa do. **Brasiliana Itaú**: uma grande coleção dedicada ao Brasil. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

MARIOTTO, Elisabeta. **António José Saraiva**. 2025. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/antonio-jose-saraiva>. Acesso em: 06 ago. 2025.

MIGUEL-PEREIRA, Lucia. **História da literatura brasileira - Prosa de Ficção - de 1870 a 1920**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

MINDLIN, José. **Uma vida entre livros**. São Paulo: EdUSP, 2008.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 4. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PAGLIONE, Camila Zanon. **Glossário Visual de Conservação: Um Guia de Danos Comuns em Papéis e Livros**. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. **História da literatura portuguesa desde as origens até á actualidade**. Coimbra: F. França Amado, 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/histriadaliter00menduoft/page/636/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ROMERO, Sylvio. **História da litteratura brasileira**. 2. ed. melhorada pelo autor. Rio de Janeiro: Garnier, 1902-1903. 2 t.

SARAIVA, António José. **História da literatura portuguesa**. 8. ed. Lisboa: Europa-América, 1965. Disponível em: <https://archive.org/details/dli.ernet.447987/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 08 ago. 2025.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996. Disponível em: <https://archive.org/details/historia-da-literatura-portuguesa-aj-saraiva-oscar-lopes/mode/2up?q=>. Acesso em: 08 maio 2025.

SECCHIN, Antonio Carlos. [E-mail enviado sobre Maximiano de Carvalho e Silva]. Destinatário: Thalles Augusto de Carvalho Siciliano. Rio de Janeiro, 31 jul. 2025. 1 e-mail.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **Biobibliografia e crítica textual: notas e comentários II**. Confluência, Rio de Janeiro, n. 20, p. 103-115, 2000. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1067/829>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **Estudos camilianos I**. Confluência, Rio de Janeiro, n. 25-26, p. 193-208, 2003. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1185>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **O romance Dom Casmurro, de Machado de Assis**. Niterói, RJ: EdUFF, 2014.

TARTAGLIA, Ana Roberta. **As encadernações da coleção de obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz**: um estudo para sua preservação. 2018. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/423bfd72-68a6-49e4-8640-7b500f5f2f9b/content>. Acesso em: 05 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Apresentação**. 2025. Disponível em: <https://www.uff.br/sobre/apresentacao/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Letras. **Direção**. [Niterói]: UFF, 2025. Disponível em: <http://letras.uff.br/direcao/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Laboratório de Ecdótica. **Programa**. 2025b. Disponível em: <https://labec.uff.br/programa/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Nota de falecimento do professor Maximiano de Carvalho e Silva**. [Niterói]: UFF, 2022. Disponível em: <https://www.uff.br/informe/nota-de-falecimento-do-professor-maximiano-de-carvalho-e-silva/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

VALK, Marijn de. **Library damage atlas: a tool for assessing damage**. Antwerp: Vlamsee Erfgoedbibliotheek, 2018.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Brasília, DF: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.

5.9 ETAPA 9: AGIR

Com base nas informações coletadas na etapa 4, propõe-se que a coleção inteira seja higienizada como procedimento preventivo. Como dito anteriormente, a maioria da coleção está em bom estado de conservação, não demandando procedimentos.

Além da higienização, identificamos que apenas três volumes necessitam ser acondicionados mais urgentemente devido à fragilidade da encadernação e/ou do miolo, enquanto não for possível encaminhar a obra para tratamentos de conservação. Um exemplar em especial, a segunda edição de *Iracema* (1870), necessita de nova costura e reencadernação, seja para manutenção da originalidade, seja para manter sua integridade. Isso ainda precisa ser decidido pelo CORES e o LACORD, pois o miolo também precisa de cuidados.

Uma das alternativas pode envolver a digitalização de parte ou da totalidade da coleção. A digitalização oferece acesso e ainda preserva o material, diminuindo a necessidade de manuseio e promovendo maior tempo de vida. Não encontramos documentos no âmbito da UFF que

orientassem sobre a digitalização de livros, apenas um pequeno manual de conversão de processos físicos para processos eletrônicos³⁸.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho debatemos os conceitos e dinâmicas presentes na Teoria dos Valores do patrimônio cultural no âmbito da Conservação-Restauração. Pudemos perceber que diversos autores abordam as questões envolvendo a atuação dos sujeitos definidores de valor e seus efeitos no campo do patrimônio. Esse processo de reconhecimento e atribuição é repleto de mudanças, dinâmicas e conflitos por motivos como: a coexistência de distintos valores em um mesmo bem cultural; a diversidade de concepções dos grupos sociais sobre o significado ou valor dos bens (Mason, 2002; Muñoz Viñas, [2004]; Lowenthal, 2000); o aspecto político do campo da cultura e do patrimônio (Meneses, 2009); o peso das decisões dos especialistas; a exclusão de pessoas fora da academia (Zancheti; Hidaka, 2014, p. 4); entre outras questões.

Não há resolução inequívoca para os problemas de atribuição de valores. Porém, acreditamos que o método *Significance* possui algumas vantagens. Primeiro, ajuda a lidar melhor com algumas dessas e de outras questões, porque estabelece uma metodologia, garantindo transparência e clareza. Segundo, não determina uma hierarquia de valores e busca abordá-los de maneira ampla por meio de critérios primários e secundários, resultado de mais de 20 anos de experiência dos autores no ramo de significância cultural. Terceiro, auxilia a reconhecer as diferentes funções dos bens culturais, porque possibilita diversas formas de perceber suas significâncias (cultural, histórica, espiritual etc). Por fim, prevê soluções para a escuta das comunidades e atores sociais relacionados aos bens culturais analisados, possibilitando respaldo e ressonância junto ao público relacionado com o bem cultural analisado (Gonçalves, 2005). Escutar outros públicos pode suscitar novas visões, valores e significados.

Contudo, o *Significance* não serve para substituir a atribuição de raridade, isso é resultado da aplicação de critérios institucionais. São propósitos diferentes. Na verdade, o *Significance* serve para aprofundar, complementar e comunicar os conhecimentos sobre os sentidos e interpretações de um item ou coleção (Russell; Winkworth, 2009). Utilizar o *Significance* permite abranger e comunicar a significância e a raridade de forma mais ampla e rica, além do cumprimento de uma lista de critérios, mas produzindo um texto simples, curto e explicativo sobre *como e por que* algo

³⁸ Disponível em:

https://www.uff.br/wp-content/uploads/2024/03/manual_conversao_de_processos_fisicos_gpca-uff.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

é significativo (Russell; Winkworth, 2009). Essas informações podem ser incluídas no registro catalográfico do livro (por exemplo, no campo de notas) ou ainda se tornar um texto explicativo em uma exposição.

Ainda sobre livros, o *Significance* pode colaborar no estudo das bibliotecas particulares inteiras, porque contém mecanismos de análise tanto de itens, quanto de coleções. O *Significance* e suas etapas podem abranger tudo isso de forma documentada, metódica e mais aprofundada, evitando interpretações precipitadas e literais. O estudo de bibliotecas particulares exige cuidados para compreender contextos de criação e desenvolvimento de coleções e também aspectos de seus proprietários.

Analisando a Coleção MCS sob a ótica do *Significance*, temos uma noção geral de sua história, formação e desenvolvimento. Nosso processo, porém, não foi perfeito e identificamos algumas dificuldades:

- Perda do contato dos doadores;
- Dificuldade de obter respostas de especialistas e alunos; e
- Dificuldade em comparar a coleção, muito pequena, com outras similares e muito maiores.

Devemos ressaltar que, apesar de alguns critérios não terem sido devidamente contemplados (ex.: espiritual), isso não é considerado por nós uma dificuldade, visto que o *Significance* prevê esse cenário e não obriga ou invalida o processo. Apesar dessas intercorrências, conseguimos levantar a maioria das informações e atingir os resultados esperados.

Como explicamos, não pudemos levar toda a coleção de Maximiano para a UFF por questões de espaço e falta de recursos, mas buscamos adquirir as obras que mais representassem sua trajetória acadêmica e também sua relação com a UFF. Os resultados alcançados nos fizeram compreender ainda mais a relevância, os usos e a história da Coleção MCS. As conversas com a família e pessoas próximas a Maximiano nos forneceram informações muito importantes e que não podem ser encontradas em quaisquer documentos, como lembranças carinhosas e relatos não registrados. A pesquisa documental nos ajudou a confirmar ou complementar essas informações. Por fim, a consulta aos livros em si revelou um mundo ainda mais particular: marginálias, anotações sobre ortografia, notas sobre a raridade das edições, etiquetas de nomes de amigos... Enfim, tivemos a oportunidade de acessar três esferas da Coleção MCS: a família, Maximiano e a nossa, composta por todas as outras fontes combinadas.

Nossa pergunta de pesquisa foi: que valores foram percebidos pela UFF na formação da coleção Maximiano de Carvalho e Silva? Assim, nosso objetivo principal foi identificar esses possíveis valores. A literatura consultada e a aplicação do *Significance* nos permitiram concluir

que o conjunto possui valor histórico, artístico/estético e científico. O valor histórico se refere à compreensão de eventos como o movimento indigenista na literatura brasileira e a revolta de Maria da Fonte, em Portugal, uma literatura correspondente à contemporaneidade do século XIX. O valor artístico/estético se refere à encadernação de época, apresentando harmonia estética enquanto conjunto na estante, especialmente por estarem em bom estado de conservação. O valor científico ou de investigação se mostrou por meio do depoimento dos especialistas consultados, que afirmaram seu potencial para a pesquisa no campo da Crítica Textual, bem como a atualidade das obras de referência.

Visando aprimorar novas aplicações do *Significance* dentro e fora da UFF, principalmente no registro de informações desejáveis, sugerimos as seguintes ações:

- Entrevista oral ou escrita com doadores registrando informações como a biografia do proprietário, formação e desenvolvimento da coleção, bem como outras informações consideradas relevantes para a instituição recebedora;
- Pesquisa sobre o destino de materiais não recebidos pela biblioteca (no caso de doação parcial). São exemplos materiais bibliográficos fora do escopo da instituição, objetos museológicos, material arquivístico etc.;
- Consulta a professores ou especialistas externos sobre os itens a serem recebidos pela UFF;
- Criação de uma ficha diagnóstico que possa auxiliar ao trabalho de avaliação do estado de conservação e definição de procedimentos para estas coleções permanecerem em condições de preservação e acesso
- Criar e manter atualizada uma relação de professores e bibliotecas que tenham acervos de interesse para obtenção de informações, intercâmbio etc.

É difícil formar, manter e preservar coleções na ausência de instrumentos, pessoal e infraestrutura adequados. Instrumentos como políticas de desenvolvimento de coleções para acervos especiais, políticas de preservação, planos de gestão de riscos (todas em elaboração na UFF), além de um método como o *Significance*, que abrange vários aspectos da doação, desde o recebimento até os planos de ação podem ser úteis nesse sentido. Um corpo técnico e capacitado também é importante para, por exemplo, avaliar a relevância de doações e pensar em ações de gestão, atos que deveriam ser mais coletivos do que individuais. Ainda, uma infraestrutura adequada (ex.: equipamentos de climatização, estanteria, iluminação, sistemas informatizados etc.) permite receber e preservar coleções de forma sustentável (no sentido de continuidade) e perene.

Finalmente, sugerimos como proposta futura a aplicação do *Significance* em outras coleções especiais da UFF, bem como em itens individuais. Também há a possibilidade de se trabalhar com as coleções gerais/correntes, que configuram a maioria do acervo bibliográfico da UFF. Talvez até dividir por tipologias (livros, folhetos, periódicos, por exemplo). A Universidade também possui outros materiais além do bibliográfico, como arquivos e objetos museológicos. O método é aplicável a todas essas tipologias e pode ajudar os gestores a garantir a uniformidade dos processos de tratamento técnico das coleções e tomar decisões fundamentadas e responsáveis, garantindo a preservação e divulgação das obras.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, José de Melo. **O conceito de bem cultural**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Versão provisória do texto da lição proferida em 3 de Dezembro de 2009, no Curso de PósGraduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a coordenação dos Professores Doutores Carla Amado Gomes e José Luís Bonifácio Ramos. Disponível em: <https://icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

ARAÚJO, A. V. de F. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-32. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. O Livro Raro na Biblioteconomia Brasileira: influências, impactos e delimitações dos discursos da Bibliofilia nas práticas profissionais e institucionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA ESCRITA NO MUNDO MODERNO, 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: [UFMG], 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/40585>. Acesso em: 18 set. 2024.

ARIZPE, Lourdes. Cultural heritage and globalization. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; LA TORRE, Marta de (Orgs.). **Values and heritage conservation**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000. p. 32-37. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html. Acesso em: 11 jan. 2024.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (Portugal). **Maria da Fonte e Patuleia (1846-1847)**. 2025. Disponível em: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=201728&ht=maria%7cda%7cfonte&detailsType=Description>. Acesso em: 05 ago. 2025.

ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA (Portugal). **A revolta da Maria da Fonte**. 2025. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Revolta-Maria-da-Fonte.aspx>. Acesso em: 05 ago. 2025.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **ACRL Code of Ethics for Special Collections Librarians**. 2020. Disponível em: https://rbms.info/standards/code_of_ethics/. Acesso em: 07 jul. 2025.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. **The Unique role of special collections**: Special collections: statement of Principles, 2003. Research Libraries and the commitment to special Collections. Washington, DC, 2003. Disponível em: <https://www.arl.org/wp-content/uploads/2003/02/special-collections-statement-of-principles-2003.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ATKINSON, Ross W. Seleção para preservação: uma abordagem materialística. In: HAZEN, Dan et al (Org.). **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. p. 17-30. (CPBA, 34) Disponível em: <https://arqsp.org.br/cpba/>. Acesso em: 17 set. 2024.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Perspectivas e apontamentos sobre patrimônio bibliográfico e documental. In: LOSE, Alícia et al. (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2021. p. 177-221. Disponível em: https://www.academia.edu/45073119/Perspectivas_e_apontamentos_sobre_Patrim%C3%B4nio_Bibliogr%C3%A1fico_e_Documental. Acesso em: 25 mar. 2024.

AZEVÊDO, Gabriela; PONTUAL, Virginia; ZANCHETI, Silvio. Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO, 12., 2014, Bauru, SP. **Anais eletrônicos** [...]. Bauru, SP: Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio, 2014. p. 1-13. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308120390_DECLARACAO_DE_SIGNIFICANCIA_U_M_INSTRUMENTO_DE_SALVAGUARDA_DO_PATRIMONIO_ARQUITETONICO. Acesso em: 08 ago. 2024.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. **Patrimonio bibliográfico**: reflexiones de las recomendaciones y programas de la UNESCO y de la IFLA. In: JORNADA “EL PATRIMONIO BIBLIOGRÁFICO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS”, 2017, Buenos Aires. Anais eletrônicos..., Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno; IFLA, 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/Patrimonio%20bibliografico%20beffa%20y%20napoleone.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Da minha casa para todos**: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. p. 76-98. Disponível em: https://daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/files/LIVRO_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf. Acesso em: 14. fev. 2025.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERDUCOU, Marie. The “values” of cultural property and conservation-restoration: a historical perspective. In: VAROLI-PIAZZA, Rosalia (Ed.). **Sharing conservation decisions**. Rome, Italy: ICCROM, 2007. p. 48-52. Disponível em:

https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/iccrom_15_sharingconservdecisions-lt_en.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

BESSONE, Tania. De meu acervo para o público: Francisco Ramos Paz e seus livros. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Da minha casa para todos**: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. p. 8-25. Disponível em:

https://daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/files/LIVRO_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf. Acesso em: 14. fev. 2025.

BESSONE, Tania Maria. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920). 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Ordem de Serviço no 12, de 25 de setembro de 1984. [Estabelece] critérios para a qualificação de obra rara. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 25 set. 1984. Datiloscrito.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **16º Curso Informativo Sobre Preservação de Acervos**. 2014. Disponível em:

<https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional/criteriosraridadefbn.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

BISHOP, William Warner. Rare book rooms in libraries. **The Library Quarterly**: Information, Community, Policy, Chicago, USA, v. 12, n. 3, p. 375-385, jul. 1942. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/4302972>. Acesso em: 25 set. 2024.

BLUESTONE, Daniel. Challenges for heritage conservation and the role of research of values. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; LA TORRE, Marta de (Orgs.). **Values and heritage conservation**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000. p. 65-67. Disponível em:

https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html. Acesso em: 11 jan. 2024.

BOLETIM INFORMATIVO DO PLANOR. Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, 1995. ISSN 1413-4802. Disponível em:

<https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/colecoes-e-servicos-aos-leitores/plano-nacional-de-recuperacao-de-obras-raras-planor/boletim-do-planor-1/bip02-02.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BULLOCK, Veronica M. Relevamiento de métodos y herramientas de evaluación de la significación. In: **ENSAYOS del Seminario Taller en Valoración de Acervos Museológicos**. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura; IberoMuseus, 2014. p. 72-85. Disponível em:

<https://www.iberomuseos.org/pt/recursos/publicacoes/significancia-20/>. Acesso em: 04 out. 2024.

CABRAL, Maria Luísa. **Bibliotecas e patrimônio bibliográfico na construção da identidade**. [2012]. Disponível em: https://viverabiblioteca.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/12/marialuisacabral_texto.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. Os livros de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766) e suas itinerâncias. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Da minha casa para todos**: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. p. 37-53. Disponível em: https://daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/files/LIVRO_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf. Acesso em: 14. fev. 2025.

CANDIDO, Antonio. **Formação da cultura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 2 v.

CARVALHO, Anne Marie Lafosse Paes de. **Patrimônio bibliográfico universitário**: construindo parâmetros para a formação de coleções especiais na Universidade Federal Fluminense. 2021. Dissertação (Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) - Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. 143 f. Disponível em: <http://site.mast.br/ppact/2021/dissertacao-completa/anne-carvalho.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CARTA DE ATENAS. [S. l.: s.n.], 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

CARTA DE VENEZA. [S. l.: s.n.], 1964. Publicada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

CENTRO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS. **Conheça a biblioteca**. [Niterói, RJ]: UFF, 2024. Disponível em: <https://bibliotecas.uff.br/cores/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CHAGAS, Mario. **Cultura, patrimônio e memória**. 2002. Disponível em: <http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/05/36culturapatrimonio.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CHILD, Margaret. Deciding what to save. **Abbey Newsletter**, [s. l.], v. 6, n. 4, suppl. Selection for preservation, aug. 1982. Disponível em: <https://cool.culturalheritage.org/byorg/abbey/an/an06/an06-4a/an06-a402.html>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CHILD, Margareth S. Considerações complementares sobre “Seleção para preservação – uma abordagem materialística” In: HAZEN, Dan et al (Org.). **Planejamento de preservação e**

gerenciamento de programas. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. p. 30-40. (CPBA, 35) Disponível em: <https://arqsp.org.br/cpba/>. Acesso em: 17 set. 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COMITÊ NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO. **Apresentação**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2024]. Disponível em: <https://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.html>. Acesso em: 13 set. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **The Burra Charter**. Sydney: Australia ICOMOS Incorporated, 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CÓSCIA, Vera Lúcia. UFSCAR: Coleções especiais em uma biblioteca comunitária. *In*: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 71-87. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

CULLINGFORD, Alison. **The Special Collections Handbook**. 3. ed. London: Facet, 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURRICULUM vitae: Maximiano de Carvalho e Silva. [Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filologia, 20–?]. Disponível em: <http://www.filologia.com.br/arquivos/curriculos/Maximiano%20de%20Carvalho%20e%20Silva.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DOCUMENTOS raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação. [Niterói]: Universidade Federal Fluminense, 1987.

DOOLEY, Jackie M.; LUCE, Katherine. **Taking our pulse: the OCLC Research survey of special collections and archives**. Dublin, USA: OCLC Research, 2010. Disponível em: <http://www.oclc.org/research/publications/library/2010/2010-11.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ESTADOS UNIDOS. National Archives and Records Administration. **Intrinsic Value In Archival Material**. Staff Information Paper, Washington, DC, n. 21, 1999. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/alic/reference/archives-resources/archival-material-intrinsic-value.html#note>. Acesso em: 23 jun. 2025. Versão online preparada em 1999 e baseada em na publicação *Intrinsic Value In Archival Material*, publicada no periódico *Staff Information Paper*, n. 21, pelo National Archives and Records Administration (Washington, DC, 1982).

FABRIS, Annateresa. Os valores do monumento. In: RIEGL, Alois. **O culto moderno aos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 9-21.

FERNANDEZ ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS; IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 75., 2009, Milan, Italy. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

FERREIRA, Ceila Maria. **Sobre conceitos de crítica textual**. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Niterói, RJ, v. 27, p. 18-30, 2021. Disponível em: http://www.filologia.com.br/revista/rev_xxvii_p18.html. Acesso em: 07 ago. 2025.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. A biblioteca de Rui Barbosa: uma concepção de cidadania. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13., Rio de Janeiro, 2008. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. p. 1-8. Disponível em: https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212979382_ARQUIVO_AbibliotecadeRui.cidadania.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

FIANKAN-BOKONGA, Catherine. **Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural**. 05 nov. 2017. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/uma-resolucao-historica-para-proteger-o-patrimonio-cultural#:~:text=O%20processo%20come%C3%A7ou%20ao%20final%20do%20s%C3%A9culo,sobre%20as%20Leis%20e%20Costumes%20da%20Guerra.&text=%E2%80%9CDano%20a%20bens%20culturais%20pertencentes%20a%20qualquer,ao%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20de%20toda%20a%20humanidade%E2%80%9D>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Renato. **Breves noções de História da Literatura Portuguesa**. 3. ed. Porto: Domingos Barreira, ([19-]). Disponível em: <https://archive.org/details/breves-nocoos-de-historia-da-literatura-portuguesa/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego**. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1945.

GAUZ, Valeria. **O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico**: aportes históricos e interdisciplinares. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, DF, v. 4, n. 8, p. 71-87, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905>. Acesso em: 17 set. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2163>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>. Acesso em: 29 maio 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: [Garamond], 2007. p. 107-116. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em: 06 dez. 2024.

GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 28, Nova Série, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WPLBNYjYYMdm6SsRwJQ4tvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2025.

GREENHALGH, Raphael Diego. Critérios de raridade para periódicos: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, Marília, SP, v. 16, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12715/8499>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GREENHALGH, R. D.; GREENHALGH, M. G. G., Coleções especiais: uma análise da formação dos acervos nas bibliotecas brasileiras. **Biblos**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 31-52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/13340>. Acesso em: 09 dez. 2023.

GRUPO DE ESTUDOS EM OBRAS RARAS DO RIO DE JANEIRO. **Segurança em acervos raros**. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1994.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: **Dicionário do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN, [2015]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso em: 27 ago. 2024.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 229f. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/ozana_hannesch.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

HAZEN, Dan et al (Org.). **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. p. 7-16. Disponível em: <https://arqsp.org.br/cpba/>. Acesso em: 17 set. 2024.

HORNE, Thomas Hartwell. **An introduction to the study of bibliography**. London: G. Woodfall, 1814. v. 1. Disponível em: <https://archive.org/details/anintroductiont00horngoog/page/n2/mode/2up>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INSTRUMENTO de avaliação institucional externa presencial e a distância: credenciamento. Brasília, DF: [MEC], 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

JACKSON, William A. The importance of rare books and manuscripts in a university library. **Harvard Library Bulletin**, v. 3, n. 3, p. 315-326, 1949. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:42672646>. Acesso em: 02 abr. 2024.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El profesional de la información**, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014. Disponível: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 25 abr. 2018.

JENSEN, Uffe Juul. Cultural heritage, liberal education, and human flourishing. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; LA TORRE, Marta de (Orgs.). **Values and heritage conservation**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000. p. 38-43. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_rese_arch_report.html. Acesso em: 11 jan. 2024.

JOBIM, José Luís. Por que é importante pesquisar a biblioteca pessoal de Machado de Assis? [1999]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/19991023055010/http://www.unicamp.br/iel/histlist/jobim.html#abc>. Acesso em: 24 set. 2024.

KILMARX, Beth T. et al. Noções básicas sobre Coleções Especiais seus contextos e as finalidades das competências. In: KILMARX, Beth T. et al. **Diretrizes sobre as Competências do Profissional Responsável por Livros Raros e Coleções Especiais**. Holanda: IFLA, 2020, p. 4-9. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/2534>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LAGE, Maria Otília. **Abordar o património documental**: territórios, práticas e desafios. Guimarães, Portugal: NEPS, 2002. (Cadernos NEPS; n. 4). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/792>. Acesso em: 29 jan. 2025.

LAGO, Pedro Corrêa do. **Brasiliana Itaú**: uma grande coleção dedicada ao Brasil. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIBRARY OF CONGRESS (Estados Unidos). **About this Collection**. 2025. Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/rare-book-selections/about-this-collection/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

LIMA, Igor Falce Dias de; ALMEIDA, Fátima Duarte de; RISI, Maria Tereza. AIDS, homossexualidade e estigma social nos anos 1980: as vozes da mídia nos jornais brasileiros da Coleção ABIA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória, ES. **Anais [...]**. São Paulo: Febab, 2019. p. 1-6. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37263?show=full>. Acesso em: 27 fev. 2025.

LOWENTHAL, David. Stewarding the past in a perplexing present. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; LA TORRE, Marta de (Orgs.). **Values and heritage conservation**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000. p. 22-29. Disponível em:

https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html. Acesso em: 11 jan. 2024.

MARIOTTO, Elisabeta. **António José Saraiva**. 2025. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/antonio-jose-saraiva>. Acesso em: 06 ago. 2025.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. 2002. In: DE LA TORRE, Marta (Ed.). **Assessing the values of cultural heritage**: research report. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002. p. 5-30. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/assessing.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

McKITTERICK, David. **The invention of rare books**: private interest and public memory, 1600-1840. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., Ouro Preto. **Anais eletrônicos** [...]. Ouro Preto: IPHAN, 2009. p. 25-40. Conferência Magna. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>. Acesso em: 08 abr. 2024.

MIGUEL-PEREIRA, Lucia. **História da literatura brasileira** - Prosa de Ficção - de 1870 a 1920. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

MINDLIN, José. **Uma vida entre livros**. São Paulo: EdUSP, 2008.

MOLES, Abraham A. Biblioteca pessoal, biblioteca universal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 39-52, 1978. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29059>. Acesso em: 17 out. 2025.

MORAES, Rubens Borba de. [Entrevista de Rubens Borba de Moraes parte 4/6]. Entrevistadores: José Mindlin, Aracy Amaral, Etelvina Lima, Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 29 set. 1981. Entrevista. Disponível em: <https://acervo.mis-sp.org.br/audio/depoimento-de-rubens-borba-de-moraes-2>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 4. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, [2004].

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamentos de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 65-82, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MURGUIA-MARAÑON, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma reflexão sobre o livro para além da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007. p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p87>. Acesso em: 31 jan. 2024.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. **Heritage Collections Council (1996-)**. 2010. Disponível em: <https://nla.gov.au/nla.party-549953>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NATIONAL PARK SERVICE (Estados Unidos). **About us**. 2024. Disponível em: <https://www.nps.gov/aboutus/index.htm>. Acesso em: 05 fev. 2025.

OGDEN, Sherelyn. Planejamento para preservação. In: OGDEN, Sherelyn; GARLICK, Karen (Orgs.). **Planejamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. p. 7-16. (CPBA, 30) Disponível em: <https://arqsp.org.br/cpba/>. Acesso em: 16 set. 2024.

OLIVEIRA, Antonio Carlos dos Santos. **Modelagem para valoração de objetos museológicos: estudos de caso para o MNBA e o MAST**. 2020. 1452 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/antonio_carlos_santos_oliveira.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

PAGLIONE, Camila Zanon. **Glossário Visual de Conservação: Um Guia de Danos Comuns em Papéis e Livros**. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

PEARCE, Susan M. The making of cultural heritage. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; LA TORRE, Marta de (Orgs.). **Values and heritage conservation**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000. p. 59-64. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html. Acesso em: 11 jan. 2024.

PEREIRA, Silvia Fernandes. O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN). **Memória e Informação**, [Rio de Janeiro], v. 4, n. 2, p. 223-239, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/140/98>. Acesso em: 10 maio 2024.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. **R. Bibliotecon, & Comun.**, Porto Alegre, n. 5, p. 45-50, 1990. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/99659>. Acesso em: 19 ago. 2024.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. **Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica**. Rio de Janeiro: Presença, INL, 1989.

PINHEIRO, Ana Virgínia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro das coleções especiais. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE OBRAS RARAS. **O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor/>. Acesso em: 08 maio 2024.

PROVENZANO, Letícia Krauss. **Biblioteca de museu-casa: uma “estranha entidade”?** Reflexão a partir da Biblioteca de Rui Barbosa. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2021.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. **História da literatura portuguesa desde as origens até á actualidade**. Coimbra: F. França Amado, 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/histriadaliter00menduoft/page/636/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 04 ago. 2025.

REPORT on research. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; LA TORRE, Marta de (Orgs.). **Values and heritage conservation**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000. p. 3-10. Disponível em: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html. Acesso em: 11 jan. 2024.

RIEGL, Alois. **O culto moderno aos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROBINSON, Fred C. What is a rare book? **The Sewanee Review**, Sewanee, USA, v. 120, n. 4, p. 513-520, 2012. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 04 set. 2024.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. O que é livro raro? **ComCiência**, Campinas, n. 127, abr. 2011. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2024.

ROMERO, Sylvio. **História da litteratura brasileira**. 2. ed. melhorada pelo autor. Rio de Janeiro: Garnier, 1902-1903. 2 t.

RUSSELL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. **Significance: a guide to assessing the significance of cultural heritage objects and collections**. Canberra: Heritage Collections Council, 2001. Disponível em: http://web.archive.org/web/20050719002415/http://sector.amol.org.au/_data/page/61/significance_complete.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

RUSSELL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. **Significância 2.0: um guia para avaliar o significado das coleções**. Tradução: Adriana Toledo de Almeida. [Madrid]: Ibermuseus, [2021]. Disponível em: <https://www.iber museos.org/pt/recursos/publicacoes/significancia-20/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SALLA, Thiago Mio. Gralhas em Machado de Assis: bibliofilia e estudo das formas materiais de edição, correção e circulação de uma obra. **Revista BBM**, São Paulo, n. 1, p. 134-156, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2595-5802.v1i1p135-157>. Acesso em: 17 out. 2025.

SANT'ANA, R. B. Critérios para a definição de obras raras. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2009. DOI: 10.20396/etd.v2i3.577. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTIAGO, Maria Cláudia. O processo de institucionalização da Biblioteca do médico Antônio Fernandes Figueira. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. p. 26-36.

SARAIVA, António José. **História da literatura portuguesa**. 8. ed. Lisboa: Europa-América, 1965. Disponível em: <https://archive.org/details/dli.ernet.447987/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 08 ago. 2025.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996. Disponível em: <https://archive.org/details/historia-da-literatura-portuguesa-aj-saraiva-oscar-lopes/mode/2up?q=>. Acesso em: 08 maio 2025.

SARRAF, Viviane Panelli. Preservação, acesso e participação no patrimônio cultural: o legado teórico e empírico de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 71, p. 304-324, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/152777>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SECCHIN, Antonio Carlos. [E-mail enviado sobre Maximiano de Carvalho e Silva]. Destinatário: Thalles Augusto de Carvalho Siciliano. Rio de Janeiro, 31 jul. 2025. 1 e-mail.

SICILIANO, Thalles Augusto de Carvalho. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor): 1983-2018. 2019. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/43358164/O_Plano_Nacional_de_Recupera%C3%A7%C3%A3o_de_Obras_Raras_PLANOR_1983_2018. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. O legado do escritor Fernando Py e a organicidade entre arquivo e biblioteca. In: **ARQUIVO, documento e informação em cenários híbridos**. Anais [...]. São Paulo: Eventus, 2021. p. 1-11. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/au/o-legado-do-escriptor-fernando-py-e-a-organicidade-entre-arquivo-e-biblioteca/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **Biobibliografia e crítica textual: notas e comentários II**. Confluência, Rio de Janeiro, n. 20, p. 103-115, 2000.. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1067/829>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **Estudos camilianos I**. Confluência, Rio de Janeiro, n. 25-26, p. 193-208, 2003. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1185>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **O romance Dom Casmurro, de Machado de Assis**. Niterói, RJ: EdUFF, 2014.

SILVA, Rosângela Coutinho da. **Sob a pele dos livros da coleção Professor Celso Cunha**. 2018. 181f. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36558>. Acesso em: 20 maio 2025.

SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANCIENT BUILDINGS. **The SPAB Manifesto**. 2025. Disponível em: <https://www.spab.org.uk/about-us/spab-manifesto>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SOBRINHO, Luana Peleja. **Formação e desenvolvimento de coleções especiais através dos olhares sobre a biblioteca particular de Oswaldo de Almeida Costa**. 2019. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. 186 f. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/50287>. Acesso em: 22 jan. 2024.

STARLING, Nicole. *Significance Assessment of the Donald Robinson Library Rare Books Collection (Moore Theological College, Sydney)*. [Sydney, Australia]: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/community.32024259?seq=1>. Acesso em: 29 mar. 2025.

TARTAGLIA, Ana Roberta. **As encadernações da coleção de obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz: um estudo para sua preservação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/423bfd72-68a6-49e4-8640-7b500f5f2f9b/content>. Acesso em: 05 ago. 2025.

UCHÔA. Carlos Eduardo Falcão. Mestre Rosalvo do Valle. **Boletim da Associação de Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 4, ano XII, maio 2018, p. 3. Disponível em: http://www.aspiuff.org.br/arquivos/pdf/boletins/2018_05_mai.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

UNESCO. **Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado**: com regulamento de execução da dita Convenção. Brasília, DF: [UNESCO], 2010. Texto aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado pelo Senado Federal por meio do Decreto Legislativo n. 32, de 1956. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384965_por. Acesso em: 28 jan. 2025.

UNESCO. **General guidelines of the Memory of the World (MoW) Programme**. [Paris?: UNESCO], 2021. 23 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378405>. Acesso em: 13 set. 2024.

UNESCO. **General guidelines to safeguard documentary heritage**. Revised edition 2002. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000125637>. Acesso em: 13 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Apresentação**. Niterói, 2025. Disponível em: <https://www.uff.br/sobre/apresentacao/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Letras. **Direção**. [Niterói]: UFF, 2025a. Disponível em: <http://letras.uff.br/direcao/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Laboratório de Ecdótica. **Programa**. 2025b. Disponível em: <https://labec.uff.br/programa/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Nota de falecimento do professor Maximiano de Carvalho e Silva**. [Niterói]: UFF, 2022. Disponível em: <https://www.uff.br/informe/nota-de-falecimento-do-professor-maximiano-de-carvalho-e-silva/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Instrução Normativa nº 4, de 17 de maio de 2023**. Estabelece critérios para identificação de obras especiais e raras do acervo bibliográfico da Universidade Federal Fluminense. Boletim de Serviço: seção 3, Niterói, RJ, ano 57, n. 94, p. 53-56, 19 maio 2023. Disponível em: <https://boletimdeservico.uff.br/wp-content/uploads/sites/620/2023/08/94-23-RETIFICADO.pdf#page=57>. Acesso em: 22 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. UFF – superintendência de documentação recebe acervo raro e especial na área de Letras. 2018. Disponível em: <https://www.uff.br/node/11724#main>. Acesso em: 22 mar. 2023.

UNIVERSITY OF GLASGOW. **What are Special Collections**. [2019]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190521171905/https://www.gla.ac.uk/myglasgow/specialcollections/whatarespecialcollections/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

VALENTIM, Davi Dornelles Rodrigues de Souza. A declaração de significância do sítio histórico do bairro do Recife. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA, 5., 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: [S.n.], 2017. p. 1-15. Disponível em: <https://lup-ufpe.net.br/temp/download/a-declaracao-de-significancia-do-sitio-historico-do-bairro-do-recife/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

VALENTIM, D. D. R. de S.; PONTUAL, V. P.; LORETTO, R. P. A noção de significância cultural segundo teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros. **Rev. CPC**, São Paulo, v. 17, n. 34, p.10-31, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/171785/190610/602676>. Acesso em: 11 jun. 2024.

VALLE, Rosalvo do. Ismael Coutinho: o homem e a obra. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 9-35, 2000. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1058nfluência>. Acesso em: 26 nov. 2025.

VALK, Marijn de. **Library damage atlas: a tool for assessing damage**. Antwerp: Vlamsee Erfgoedbibliotheek, 2018.

VALOR. In: MICHAELIS dicionário brasileiro da língua portuguesa. [São Paulo]: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=valor>. Acesso em: 12 mar. 2024.

VALORAÇÃO. In: MICHAELIS dicionário brasileiro da língua portuguesa. [São Paulo]: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=valora%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 jan. 2025.

VAROLI-PIAZZA, Rosalia. The values of cultural patrimony and some references to history. In: VAROLI-PIAZZA, Rosalia (Ed.). **Sharing conservation decisions**. Rome, Italy: ICCROM, 2007. p. 46-47. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/iccrom_15_sharingconservdecisions-lt_en.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Brasília, DF: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.

WAIN, Alison. Values and significance in conservation practice. In: CONSERVATION IN AUSTRALIA: PAST PRESENT AND FUTURE, 2011, Canberra, Australia. **Preprints from the AICCM National Conference**. Canberra, Australia: Australian Institute for the Conservation of Cultural Material, 2011. p. 1-11. Disponível em: https://aiccm.org.au/wp-content/uploads/2019/11/WAIN_NatConf2011.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

WEITZEL, Simone da Rocha; SANTOS, Ana Rosa dos. Coleções Especiais em bibliotecas universitárias: desafios para a nossa geração. In: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida et al. (Org.) **Produção, tratamento, disseminação e uso de recursos informacionais heterogêneos: diálogos interdisciplinares**. Niterói, RJ: IACS/UFF, 2018, p. 61-70. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9195/1/livroppgci5seminarioinformacao.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

WRIGHT, Louis B. The utility of the special research library. **Library Trends**, Urbana, Illinois, v. 5, n. 4, p. 434-440, 1957. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/5685>. Acesso em 03 set. 2024.

ZAHER, Celia Ribeiro. Apresentação. In: PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. **Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica**. Rio de janeiro: Presença, 1989. p. [xiii-xv].

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci-br/publicacoes/59/666-texto-para-discussao-v-57.html>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ANEXO 1 - FICHA DE DIAGNÓSTICO DO LACORD



Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos – LACORD

Ficha de Diagnóstico

IDENTIFICAÇÃO:

Título:			
Autor :			
Prioridade no tratamento:	Acervo:	Ano:	
Altura: cm.	Largura: cm .	Lombada:	cm.

1- TIPO DA OBRA:

() Livro () Folheto () Periódico () Mapas () Plantas () Fotos () Cartazes
 () Correspondências () Outro _____

2- SUPORTE DA OBRA:

() Papel Tipo Jornal () Papel Trapo () Papel Revestido -Couché () Outro _____

3- CAPA/PROTEÇÃO:

() Capa Dura () Capa Brochura

4- REVESTIMENTO:

() Tecido () Couro () Sintético () Papel
 () Meia Capa () Capa Inteira () Meia Capa com Canto

5- TIPO DE ENCADERNAÇÃO:

() Costura () Grampo () Cola

6- CAPA /ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

() Danos na Lombada () Perda de Lombada () Danos de Capa () Perda de Capa () Costura Frouxa
 () Descosturado () Ressecamento do Couro () Couro Pulverulento

7- MIOLO/ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

() Abrasão () Acidez () Foxing () Oxidação

Manchas: () Sujidade Superficial () Sujidade Profunda () Fungos Inativos () Fungos Ativos

Ataque Biológico: () Ativo () Inativo

Suporte: () Folhas Soltas () Folhas Faltantes () Dobras () Quebradiço () Ondulação

() Rasgos () Pequenos Furos () Perda de Suporte () Intervenções Anteriores

8- Agregados:

() Adesivos () Carimbos () Clipes () Anotações () Dedicatória

9- Proposta Técnica Emergencial:

() Anoxia/Congelamento () Higienização () Acondicionamento

10- Indicação de Procedimentos Técnicos Futuros:

() Reparos de Encadernação () Nova Encadernação () Reparos de Lombada () Costura
 () Banho de Desacidificação () Obturações () Enxertos () Pequenos Reparos
 () Retirada de sujidades () Planificação

11- Observações e comentários:

12 – Fotografias: _____

Data: ____/____/____ Avaliador: _____

ANEXO 2 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SDC/UFF N° 4, DE 17 DE MAIO DE 2023**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDC/UFF N° 4, DE 17 DE MAIO DE 2023**

Estabelece critérios para identificação de obras especiais e raras do acervo bibliográfico da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A SUPERINTENDENTE DE DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme a Portaria n.º 2.238 de 27/12/2022, publicada no Diário Oficial da União, de 02/01/2023, e no Boletim de Serviço ANO LVII – N° 01 02/01/2023 SEÇÃO IV P.114, considerando a necessidade de fornecer subsídios para a identificação das obras especiais e raras do acervo bibliográfico da Universidade, visando garantir a preservação da história e memória, resolve:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Estabelecer critérios para identificação de obras especiais e raras do acervo bibliográfico da Universidade Federal Fluminense.

Parágrafo único. A esse conjunto de critérios abrangente e fundamentado na literatura, elencado neste documento, poderão ser acrescentados critérios adicionais de especialistas na área.

CAPÍTULO II**DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS E RARAS**

Art. 2º São consideradas obras especiais ou raras, manuscritos em geral, livros, periódicos e demais documentos bibliográficos com as seguintes características:

§1º Todas as obras manuscritas e impressas datadas até o Século XVIII, pelo fator data, que se impõe sobre os demais que possam ser considerados, como: autores, comentadores, editores e assuntos, embora todos, por si ou associados, possam e devam ser avaliados;

§ 2º As obras brasileiras do Século XIX, pois a tipografia só foi oficialmente permitida no Brasil a partir de 1808 com o estabelecimento da Impressão Régia;

§ 3º As obras esgotadas, não reeditadas, incluindo as obras do século XX cujas edições não estejam mais disponíveis para aquisição, pela dificuldade de localização de cópias dessas obras;

4º As de 1ª edição quando marcam o aparecimento da obra e, em muitos casos, são únicas;

§ 5º As edições especiais, de luxo para bibliófilos, numeradas e/ou com tiragens reduzidas; com ex libris, selos e/ou carimbos de editoras e livrarias importantes; § 6º Os itens em miniaturas ou em suportes não convencionais;

§ 7º As Obras da Coleção Brasileira;

§ 8º As edições clandestinas por motivos políticos, religiosos, morais, etc.;

§ 9º As ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores;

§ 10. As apreendidas - quando exemplares retirados de circulação por decisão legal ou arbitrária de uma autoridade constituída;

§11. As suspensas - quando a edição é sustada após o início de sua impressão, por decisão de uma autoridade, do próprio autor, de sua família ou de seu herdeiro legal;

§ 12. As recolhidas - quando o próprio editor promove a retirada de circulação, por medida de precaução, por imposição do autor ou de sua família;

§ 13. As que possuem anotações, dedicatórias e/ou autógrafos de pessoas importantes para a instituição, premiadas, de relevância em sua área de estudo ou atuação e/ou de notório reconhecimento público;

§ 14. As obras editadas pela própria Universidade, sendo consideradas como a memória da Instituição;

§ 15. As obras sobre a UFF, sendo consideradas como a memória da Instituição;

§16. Todas as obras acadêmicas publicadas pelos servidores da Universidade, por serem consideradas como produção intelectual e científica institucional, especialmente, mas não exclusivamente, as produzidas antes do ano do lançamento do Repositório Institucional (Ri-UFF) da Universidade, ou seja, anteriores a 2011;

§17. As bibliografias que pertenceram ao início de um curso ministrado pela Universidade, tendo suas marcas de proveniência como os carimbos de registro e de transferência entre Instituições;

§18. As clássicas em todos os ramos do conhecimento que forem identificadas como tal, por especialistas das respectivas áreas;

§19. Publicações independentes, zines, plaquetes e outros formatos produzidos como forma de resistência e combate ao mercado editorial por grupos minoritários socialmente (movimentos sociais, movimento negro, lgbtqia+, coletivos e outros grupos).

Art. 3º Além dos critérios citados acima, para publicações seriadas/periódicas de cunho científico, incluídos jornais e revistas, devem ser considerados alguns específicos:

§1º Os periódicos nacionais com publicação iniciada até o século XX;

§2º As publicações periódicas nacionais, jornais e revistas disponibilizados pela imprensa alternativa, evidenciando o movimento de defesa da liberdade de imprensa, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985);

§3º As publicações periódicas de teor abolicionista e as identificadas como oriundas da imprensa negra;

§4º As publicações periódicas nacionais da imprensa feminista e da “comunidade LGBTQ”, até os anos de 1990.

Art. 4º Os critérios dispostos nesta instrução normativa devem ser aplicados também às obras digitais, natas-digitais e/ou disponíveis para leitura exclusivamente por equipamento eletrônico ou digital.

Parágrafo único. Não se aplicam os critérios à cópias digitais (digitalização) de obras impressas que possuam exemplares físicos íntegros.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Estes critérios devem ser utilizados por todos os servidores em quaisquer acervos bibliográficos da Universidade Federal Fluminense para a identificação das obras especiais e raras, tendo o apoio dos bibliotecários. Orientações complementares serão oferecidas pelas equipes especializadas da Coordenação de Bibliotecas, em parceria com professores especialistas em cada área.

Art. 6º Os casos não previstos nesta instrução normativa deverão ser submetidos à Superintendência de Documentação (SDC/UFF);

Art. 7º Fica revogada a Ordem de Serviço N° 02/2000 de 05 de maio de 2000.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 01 de Maio de 2023.

DEBORA DO NASCIMENTO
Superintendente de Documentação

ANEXO 3 - LISTA DE OBRAS DA COLEÇÃO MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

ALENCAR, José de. **O systema representativo**. 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868. 202 p.

ALENCAR, José de. **Verso e reverso / O demonio familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

ALENCAR, José de. **Alfarrabios**: cronica dos tempos coloniaes. 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [1873]. 201 p.

ALENCAR, José de. **As Minas de prata**: romance. [3.ed.]. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. 338 p. 3 v.

ALENCAR, José de. **Azas de um anjo**: comedia em um prologo, quatro actos e um epilogo. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. 250 p.

ALENCAR, José de. **Encarnação**: romance. 1. ed. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1893. 179 p.

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. 260 p.

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878. 270 p.

ALENCAR, José de. **Lucíola**: um perfil de mulher. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. 269 p.

ALENCAR, José de. **Mãe**: drama em quatro actos. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. 193 p.

ALENCAR, José de. **O gaúcho**: romance brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. 2 v..

ALENCAR, José de. **O guarany**: romance brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [18?]. 2 v.

ALENCAR, José de. **Sonhos D'ouro**: romance brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. 283 p.

ALENCAR, José de. **Ubirajara**: lenda Tupy. 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875. 207 p.

ALENCAR, José de. **Verso e reverso**: comedia em dois actos. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. 91 p.

ARAGUAIA, Domingos José Gonçalves Magalhães Visconde de. **A confederação dos Tamoyos**: poema. Segunda ed. revista, correcta e acrescentada pelo auctor. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. 354 p.

ARAGUAIA, Domingos José Gonçalves Magalhães Visconde de. **A confederação dos Tamoyos**: poema. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro, 1857. 324 p.

- ASSIS, Machado de. **A mão e a luva**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907. 190 p.
- ASSIS, Machado de; ALENCAR, Mário de. **Crítica**. Rio de Janeiro: Garnier, [1910]. 230 p.
- ASSIS, Machado de. **Contos fluminenses**. [2. ed.]. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1899]. 310 p.
- ASSIS, Machado de. **Contos fluminenses**. Nova ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1924]. 310 p.
- ASSIS, Machado de; CUNHA, Euclides da. **Cartas de Machado de Assis e Euclides da Cunha**. 1. ed. Rio de Janeiro: Waissman, Reis & Cia Ltda, 1931. 171 p.
- ASSIS, Machado de. **Helena**. Nova Edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905. 297 p.
- ASSIS, Machado de. **Memorial de Ayres**. Nova Edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1908]. 273 p.
- ASSIS, Machado de. **Memorial de Ayres**. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1908]. 273 p.
- ASSIS, Machado de. **Memórias posthumas de Braz Cubas**. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1896]. 387 p.
- ASSIS, Machado de. **Resurreição**. Nova ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1905]. 260 p.
- ASSIS, Machado de. **Várias histórias**. Rio de Janeiro: Garnier, [1924?]. 280 p. (Collecção dos Autores Celebres da Litteratura Brasileira).
- ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Nova ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. 320 p.
- ASSIS, Machado de. **Poesias completas**: chrysalidas, Phalenas americanas, Occidentaes. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902. 376 p.
- CASTELO BRANCO, Camilo; CASIMIRO, padre. **Maria da Fonte**: a proposito dos apontamentos para a historia da Revolução do Minho em 1846 publicados recentemente pelo reverendo Padre Casimiro. [1.ed.]. Porto: Livraria Civilisação de Eduardo da Costa Santos, 1885. 425 p.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Memórias do carcere**. [1. ed.]. Porto: Casa de viúva Moré, 1862. 213 p + 197 p.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Os brilhantes do brasileiro**. 2. ed. Lisboa: Livraria de Campos Junior, [1872]. 260 p.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Os brilhantes do brasileiro**. [1. ed.]. Lisboa: Livraria de Campos Junior, [1869]. 256 p.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **A filha do doutor negro**: romance original. [1.ed.]. Porto: Typographia do Commercio, 1864. 304 p.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Nas trevas**: sonetos sentimentaes e humoristicos. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmãos, 1890. 83 p.

CASTELO BRANCO, Camilo. **O bem e o mal**: romance. [1. ed.]. Porto: Typographia do Commercio, 1863. 216 p.

CASTELO BRANCO, Camilo. **O demonio do ouro**: romance original. [1. ed.]. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1873-1874. 211 p + 221 p. (Romances Nacionaes).

CASTELO BRANCO, Camilo. **O demonio do ouro**: romance original. [1. ed.]. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1873-1874. 211 p + 221 p. (Romances Nacionaes).

CASTELO BRANCO, Camilo. **O regicida**: Romance historico. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1875. 232 p. (Romances Nacionaes).

GOMES, Carlos. **O Guarany**: opera em 4 actos. Pará: Alfredo Silva & Ca., 1896. 40 p.

MATOS, Mario. **Machado de Assis**: o homem e a obra: os personagens explicam o autor. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 454 p. (Brasiliana - Biblioteca Pedagógica Brasileira ; Série 5^a, Vol. 153).

QUEIRÓZ, Eça de. **Os maias**: episódios da vida romantica. 1. ed. Porto: Chardron, Lugan & Genelioux: 1888. 2 v.

SOUSA, José Galante de; ASSIS, Machado de. **Bibliografia de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955. 772 p. (Coleção B1; Bibliografia, X).